UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O TRABALHO TECENDO MEMÓRIAS: COTIDIANO DAS MULHERES NA CIDADE-FÁBRICA DE RIO TINTO (1948-2014)

LETÍCIA DE CARVALHO SANTOS

RECIFE
2015

LETÍCIA DE CARVALHO SANTOS

O TRABALHO TECENDO MEMÓRIAS: COTIDIANO DAS MULHERES NA CIDADE-FÁBRICA DE RIO TINTO (1948-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção de título de Mestre.

Orientador(a): **Profa. Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima**

RECIFE
2015

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S237t Santos, Letícia de Carvalho.
O trabalho tecendo memórias : cotidiano das mulheres na cidade-fábrica de Rio Tinto (1948-2014) / Letícia de Carvalho Santos. – Recife: O autor, 2015.
184 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.
Inclui referências e anexos.

1. História. 2. Memória. 3. Mulheres. 4. Tecelagem. 5. Indústria têxtil. I. Lima, Maria do Socorro de Abreu e (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2015-125)

Letícia de Carvalho Santos

"O TRABALHO TECENDO MEMÓRIAS:

COTIDIANO DAS MULHERES NA CIDADE-FÁBRICA DE RIO TINTO (1948-2014)"

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre** em **História**.

Aprovada em: **24/08/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro de Abreu e Lima
Orientadora (Departamento de História/UFPE)

Prof.ª Dr.ª Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Membro Titular Interno (Departamento de História/UFPE)

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Membro Titular Externo (Departamento de História /UFPB)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

AGRADECIMENTOS

Quando cheguei
Quando saí
Olhei pr'o sangue em minha mão e pensei:
É aço!
(Alessandra Leão, 'Aço')

A difícil e solitária tarefa de escrita desta dissertação, que recebeu a ajuda de inúmeras pessoas, também foi possível pela existência da música, por isso ela abre essa dedicatória. Companheira dos longos dias e das madrugadas aflitas e silenciosas, a música foi importante instrumento na busca de concentração para a realização deste trabalho. Em especial, destaco a trilogia de Alessandra Leão, artista pernambucana, que assim como eu, se desafia na busca de se reiventar a partir de sua produção. Pedra de Sal- Aço- Língua foram uma síntese, em forma de música e poesia, desse período.

No coletivo, na acolhida e no aprendizado é feito o caminho que aprendi a trilhar. Na verdade, sigo aprendendo isso e mais um monte de coisa. Mas o atual processo, que está em vias de conclusão, foi de longe, um dos mais ricos em aprendizados, acolhidas e coletividade. Se cheguei ao momento dos agradecimentos, é porque todas essas pessoas foram fundamentais.

A escrita me fez diminuir a proximidade com quem mais amo, me fez desacelerar na militância, mas me ensinou que "quem risca nesse chão comigo, não acha perigo que não meta a cara!".

Começo agradecendo à Giulia que foi essencial para me animar e me dar enorme segurança para enfrentar o tal do mestrado. Além disso, por ser desde a graduação uma enorme amiga, é uma das pessoas e historiadoras mais incríveis que conheço. Aos amigos da graduação, continuo agradecendo à Henny, por me mostrar sempre o melhor da vida, com análises das mais animadoras e esperançosas, por sempre (sempre) me falar que eu vou conseguir. À Gabi, outra grande amiga de graduação, agradeço por ter me acordado e brigado comigo durante o intercâmbio, por ter me posto para estudar. Por ofertar sempre o ombro, por me dizer na lata que eu preciso 'priorizar as prioridades' e por estar sempre disposta a dividir uma cerveja. À Mariana, que desde o começo é amiga de aventuras e grande incentivadora, e que sempre, onde estiver, manda enorme carinho, fundamental para a caminhada.

Ao curso de História também agradeço pelo presente de ter conhecido Victor, pior-melhor amigo de todos, que apesar dos sumiços transforma sempre nossos encontros em momentos tão queridos. A graduação também proporcionou amizades que hoje moram longe, mas que nunca somem da minha vista, e por isso as tenho sempre perto, com muito carinho e cumplicidade. Dessas amizades destaco Luyse e Eduarda (Dudinha). Lu obrigada pelas acolhidas, por me deixar montar acampamento no teu apartamento e na tua vida. Tua amizade é tão bonita quanto teus rabiscos. Dudinha foi para longe, porém, é uma das que mais perto se encontra. Obrigada por ser uma fonte de sensatez e de tranquilidade para mim. Os longos telefonemas no meio do dia ou tarde da noite foram essenciais para que eu conseguisse seguir firme nessa jornada. Foram muita paciência e cuidado partilhados, e eu sou eternamente grata!

Ganhei durante a graduação amigas emprestadas de outras amigas e elas são hoje mulheres essenciais na minha vida. À Moama (Moa) por ter me iniciado num mundo lindo da poesia e do cuidar. Por ser uma dessas arianas que me enchem sempre de tanta alegria quando estou por perto. Pela confiança de dividir chaves, histórias, livros, músicas, poemas, copos e pela revisão do projeto. Às minhas meninas da Comunicação, minhas Dulces dessa vida, que é difícil mas é bonita! À Isa Paula pela morada compartilhada e pela amizade de cuidado e de suspiros com olhares mais bonitos e contempladores para a vida. Obrigada por me ajudar a respirar e entender que vai dar certo! À Cybele (Cyba) praticamente minha cópia em forma de amiga. Obrigada por compartilhar humores, carinhos, comidas, incentivos e uma amizade que é requisitada cotidianamente. À Mayra maior narradora de causos que já conheci nessa vida, pelos ensinamentos da vida, pela amizade, por nos ensinar sempre a desenrolar tudo, por ser tão querida pelas nossas mães e por nos encher de cartinhas e mimos. À Ceci que ousa, mesmo que pense o contrário. Obrigada por compartilhar essa visão tão despretenciosa e despreconceituosa do mundo e das pessoas. Por nos ensinar a ver e ouvir o que é potencial e bom. À Inara, um Dindi, que foi embora para Bahia, mas antes disso me mostrou como a gente pode transformar a amizade numa irmandade tão bonita, e mesmo ela pensando diferente, ela me renova a fé na vida, me encantando diariamente com seu conhecimento sobre um tudo que possa existir nessa vida e com um cuidado grande comigo. À Bárbara e Alessandra, amigas de amigas (hoje amigas) também necessárias nesse processo. Obrigada por sempre compartilharem comigo os prazeres e as dificuldades deste processo. E por me ensinarem tantas coisas maravilhosas!

Às amigas do sul, que se dividem em São Paulo e Porto Alegre, presentes que me chegaram em momentos não esperados e se transformaram em pessoas essenciais nesse caminhar. À Nina que segue me produzindo desde o dia que conhecemos, por ser uma parceira tão fiel e valiosa. Teus ensinamentos são importantes demais. À Gabi e Manu, amo vocês e a capacidade que vocês têm de me fazer imensamente querida. Muito feliz por poder compartilhar sempre as alegrias e as incertezas, e sempre contar com o maior carinho das três. A André e ao Tiago, outros queridos amigos do sul, pela amizade e por terem me iniciado e me ajudado a seguir no mundo da militância. Vocês são grandes queridos.

A amizade, aos olhos atentos e a gramática afiada de Guga e Bruna, fundamentais para revisão de boa parte deste trabalho.

À Marlene (Marlis!) por ter sido essencial na minha curta e intensa estadia em terras portuguesas. Minha mainha portuguesa serei eternamente grata pelos mimos, pelo espaço para bagunçar sua cama, por dividir sua mãe com a gente e pelo carinho que atravessa esse oceano.

Às minhas meninas de Recife, minhas verdadeiras pontes e portos seguros nessa cidade de caos e de alegria também. À Carol por ter me acolhido em sua casa e pela enorme amizade e carinho. À Lis, Nathália, Priscilla e Maitê, que me acolheram em suas vidas e casas sem fazer muitas perguntas, só me oferecendo muito carinho, cuidado e feminismo. A Jerferson grande companheiro de angústias e alegrias do mestrado.

Ao Movimento Levante e Levante Popular da Juventude, onde aprendi a lutar. Às companheiras e companheiros, que se transformaram em amigos e amigas dessa vida de luta e utopia: Elida, Bia, Susi, Doris, Mari, Laíla, Suca, Lucas.

Às companheiras da Marcha Mundial das Mulheres essenciais na construção diária da mística e da luta das mulheres. Obrigada por ensinarem e me inspirarem a seguir marchando.

Às mulheres da Consulta Popular que me mostram diariamente que são minhas referências na militância e na vida. Essenciais para a minha formação enquanto feminista e militante.

Agradeço a universidade pública e a quem luta todos os dias pela sua manutenção e ampliação para o povo brasileiro.

À Professora Maria do Socorro de Abreu e Lima, pela orientação do trabalho. Com sua enorme paciência e generosidade durante todo o percurso. À banca que me acompanhou desde a qualificação: Prof.ª Christine Paulette Yves Rufino Dabat e Prof.º

Tiago Bernardon de Oliveira. Por terem sido além de examinadores, verdadeiros co-orientadores, pontuando sempre contribuições necessárias para a realização deste trabalho. A Eltern Vale pelas inúmeras trocas de informações e pela grande generosidade na ajuda com o trabalho.

À Sandra e Patrícia funcionárias da Secretaria da Pós-Graduação. Pela atenção diária, e por todas as ajudas com a burocracia durante o mestrado.

À Capes, pela concessão da bolsa pesquisa.

Não teria conseguido realizar este trabalho sem a ajuda de Silvano Carvalho, filho de Rio Tinto, que se dispôs a me apresentar sua cidade. Desde o princípio não mediu esforços de contar histórias e apresentar pessoas. Agredeço à Marcia, seu Biu e dona Marlene, família querida que me acolheu e me mostrou mais sobre Rio Tinto. Meu muito obrigada. Aos grupos da melhor idade: 'Melhor idade: Unidas para vencer' e 'Vivendo a melhor idade', por me deixar participar das reuniões e pelas minhas queridas que abriram à porta de suas casas para compartilhar comigo histórias de vida.

Aos meus irmãos Arthur e Pedro. Minha tia Vera.

Por último, mas com toda certeza não menos importante, aos meus pais, responsáveis pela minha existência e por muito do que sou hoje. É necessário reconhecer todo esforço para minha formação, por todo o amor diariamente recebido e pela paciência. Sandra, minha mãe, é a maior companheira que tenho nesta vida. Obrigada mãe por todos os dias me lembrar que eu nunca estou só. Por cuidar de mim todos os dias. E por ser essa mãe que sabe de tudo um pouco. Valdemir, meu pai, que mesmo com poucas palavras me ensinou a importância do livro e da luta incansável pela justiça para quem mais precisa dela.

Quando a sirene não apita
Ela acorda mais bonita
Sua pele é sua chita, seu fustão
E, bem ou mal, é seu veludo
É o tafetá que Deus lhe deu
E é vendito o fruto do suor
Do trabalho que é só seu
(Milton Nascimento e Chico Buarque, 'Primeiro de Maio')
Dedico à todas as mulheres da classe trabalhadora.

RESUMO

Dentro do cotidiano, baseado no trabalho fabril e no trabalho doméstico, como as mulheres vivenciaram esse dia a dia da dupla jornada de trabalho? Como experiência do cotidiano, diferente dos homens, as ex-operárias da Fábrica de Tecidos Rio Tinto (inaugurada em 1924) ocuparam em grande número a tecelagem, local de destaque na produção. Primeiro foram construídas as instalações da fábrica e uma parte da vila operária, hoje é possível de se ler a cidade através de seus prédios e da população idosa, antiga força de trabalho da companhia. A fábrica permanece estática, carregando em seus tijolos histórias de resistência e de tantos cotidianos, de quem migrou com toda a família, largando seu pedaço de terra em busca de trabalho, moradia e das torneiras que "jorravam leite e água". Como fechamento da fábrica, as mulheres tiveram que retornar ao trabalho doméstico, poucas conseguiram se inserir em outro atividade. Essas, mesmo suportando rotinas exaustivas, contaram com orgulho o trabalho que desempenharam, na produção dos tecidos. Foram mais valia, poucas horas de sono, muitos cuidados com os/as filhos/as, comidas feitas, roupas lavadas, mas na memória, elas lembram um tempo difícil, porém, gratificante.

Palavras-chave: Cotidiano. Memória. Mulheres. Classe operária. Rio Tinto.

ABSTRACT

Inside the daily life, based on manufacturing and work in housework, as women have experienced that day the day of the double workday? As everyday experience, unlike men, former workers of Rio Tinto Textile Factory (inaugurated in 1924) occupied in large numbers weaving, prominent location in production. First it was built the factory premises and a part of the working village, it is now possible to read the city through its buildings and the elderly population, old company's workforce. The factory remains static, carrying in its bricks and resistance of so many stories every day, who migrated with the whole family, dropping his piece of land in search of work, housing and from the taps that "pouring out milk and water". As closure of the factory, women had to return to domestic work, few have managed to insert into another activity. These, while enduring exhaustive routines, told with pride the work that played for the production of fabrics. It was added value, little sleep, many care of / the children / as made meals, washed clothes, but in memory, they remember a difficult time, but rewarding.

Keywords: Daily life. Memory. Women. Working class. Rio Tinto.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Entrada da cidade de Rio Tinto (2008)	**74**
Figura 2	Localização de Rio Tinto - PB	**88**
Figura 3	Mapa dos setores da cidade de Rio Tinto – PB	**93**
Figura 4	Entrada da Fábrica de Tecidos Rio Tinto - PB	**99**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cronologia da fábrica. Principais acontecimentos.	**114**
Quadro 2	Características de alguns processos (1948-1963)	**154**
Quadro 3	Média salarial baseada em processos do ano de 1948	**161**

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CTP	Companhia de Tecidos Paulista
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IAP	Instituto de Assistência Previdenciária dos Industriários
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
SAMDU	Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	16
1.1	QUESTÕES CENTRAIS	18
1.2	FONTES DE PESQUISA	20
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO E DISCUSSÕES TEÓRICAS	21
2	**MULHERES DESDOBRÁVEIS: TRABALHO E FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA**	23
2.1	FORMAÇÃO DO OPERARIADO NO BRASIL	25
2.2	INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO	28
2.2.1	**Mulheres no mercado de trabalho brasileiro**	33
2.3	A FÁBRICA DE TECIDOS RIO TINTO E A HISTÓRIA: CLASSE, GÊNERO, ESPAÇO, COTIDIANO E MEMÓRIA	39
2.3.1	**Classe**	41
2.3.2	**Gênero**	44
2.3.3	**Espaço**	54
2.3.4	**Cotidiano**	64
2.3.5	**Memória**	69
3	**TRABALHO E INDUSTRIALIZAÇÃO: A FÁBRICA DE TECIDOS RIO TINTO NO CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL**	73
3.1	APONTAMENTOS SOBRE A INDÚSTRIA TÉXTIL	74
3.1.1	**O fazer-se da classe trabalhadora brasileira**	77
3.1.2	**Urbanização e industrialização**	79
3.2	CONSTRUÇÃO DAS PRIMEIRAS VILAS OPERÁRIAS	80
3.2.1	**Especulação imobiliária e vilas operárias**	81
3.2.2	**Expulsão dos moradores para as zonas periféricas e a normatização da classe trabalhadora**	83
3.2.3	**Construção dos complexos fabris no interior**	84
3.3	COMO NASCE RIO TINTO?	88
3.3.1	**Compras das terras e primeiras edificações**	89
3.3.2	**Condições naturais**	93
3.3.3	**Estruturas**	98
3.3.4	**Aspectos do cotidiano na formação da cidade-fábrica: o espaço, o cotidiano e as proximidades com Paulista**	99
3.4	MODERNIZAÇÃO E DECLÍNIO DA FÁBRICA	109
3.5	E A PRESENÇA DAS MULHERES?	115
4	**O MOTO-CONTÍNUO DA MEMÓRIA, DO TRABALHO E DAS LUTAS COTIDIANAS**	118
4.1	MEMÓRIA CONTADA	119

4.2 MOTO-CONTÍNUO DA LEMBRANÇA 123
4.2.1 O chegar… 125
4.2.2 O ofício e os salários 129
4.2.3 Moradia 132
4.2.4 Famílias e as pequenas ajudas do cotidiano 136
4.2.5 E o lazer? 139
4.2.6 Acidentes de trabalho e saúde 141
4.2.7 Homens, mulheres e espaço 144
4.2.8 Sindicato e lutas 147
4.3 PROCESSOS TRABALHISTAS 152

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 165

REFERÊNCIAS 170

ANEXOS 177
ANEXO A - Entrevistas e Processos utilizados 178
ANEXO B – Planilha dos Entrevistados 182

1 INTRODUÇÃO

Nascida com uma estrutura de "fábrica-vila operária", termo constantemente empregado por Leite Lopes (1988), a cidade de Rio Tinto, na Paraíba, guarda, em todos os seus pormenores, materiais e memorialísticos, a implantação de uma das grandes responsáveis pela expansão econômica da Paraíba e pela exploração em massa da classe trabalhadora, do local e das redondezas: a Fábrica de Tecidos Rio Tinto, inaugurada em 1924. Famílias são recrutadas, e a notícia de emprego, moradia e fartura se espalha nas pequenas comunidades rurais mais próximas. Aos poucos, a vila operária começa a se povoar.

Fundada pela família Lundgren, cuja mesma experiência com uma companhia de tecido já havia sido posta em prática na cidade de Paulista, em Pernambuco, o território ocupado atualmente pela cidade de Rio Tinto — que dista da capital paraibana cinquenta quilômetros e conta atualmente com uma população de aproximadamente 22.976 mil habitantes[1]— parece, para quem desconhece a história, não ter sido palco de uma experiência industrial dessa proporção. Desde o encerramento da Companhia, em 1983, a cidade encontrava-se esquecida, tendo ganhado, porém, mais dinamismo com a chegada de um dos câmpus da Universidade Federal da Paraíba no ano de 2007.

Neste trabalho será estudado o cotidiano a partir da memória de idosos e idosos, operários da fábrica, no período do seu funcionamento. As mulheres e os homens construíram experiências distintas, mesmo que ambos estivessem envoltos pela mesma estrutura de classe. No entanto, as oportunidades e os postos de trabalho ocupados, bem como o lazer, atividades domésticas e algumas experiências, foram sentidas e hoje são rememoradas de maneira diversa.

O período de estudo da pesquisa inicia com a data dos primeiros processos trabalhistas pesquisados (1948) no Arquivo das Varas do Trabalho em João Pessoa e se prolonga até o último ano (2014) quando as entrevistas com antigos operários e antigas operárias foram realizadas. A memória não se baseia apenas no passado, mas é construída também nas experiências do tempo presente, portanto, a periodização se refere às lembranças da fábrica, e como o cotidiano vivenciado em outro momento é comparado ao de agora.

---

[1] Dados do IBGE, segundo o Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=251290&search=%7Crio-tinto&lang=> .Acesso em: 25 jul. 2012.

O trabalho fabril e doméstico deixou memórias nas mulheres atreladas ao local que elas ocupavam nessa estrutura produtiva da cidade-fábrica. Conforme cresceram, as responsabilidades pelos cuidados com a casa e com os irmãos e as irmãs mais novas, eram destinados a elas. Com a chegada da adolescência, aprenderam o ofício do trabalho na tecelagem, e o tempo passou a ser administrado com a dupla jornada. Era preciso ainda contribuir nos serviços da casa. Ao casar, algumas continuaram trabalhando na fábrica e acumularam o cuidado com os filhos e as filhas. Outras deixaram o trabalho na fábrica, mas continuaram no doméstico. A palavra trabalho está tanto no vocabulário, como no cotidiano e na memória.

São esses pormenores, de divisões que marcam o trabalho e os espaços ocupados, que serão discutidos adiante. Um dos entrevistados, seu Zezinho, presidente do Sindicato desde um pouco antes do fechamento da fábrica, até agora (ele ainda conserva a sede e os documentos), conta com bastante entusiasmo o conhecimento que tinha sobre vários setores da fábrica. Por ter mudado de posto de trabalho com frequência, ele terminou por conhecer vários espaços, enquanto as mulheres concentravam-se na tecelagem, fiação e preparação, na grande maioria:

> Aí da fiação eu fui ser ajudando na limpeza dos filatórios. Aí dos filatórios, eu fui ser ajudando e mecânico de maçaroqueira, Aí daí eu fui desenvolvendo, aí me pegaram me deram dois meninos pra me ajudar e eu toquei o barco. Eu fazia manutenção em passador, maçaroqueira… manutenção em batedor. Pegava montagem… com a minha equipe ia fazer montagem de máquina, em outro setores […] só assim eu me tornei rápido, e fui contra-mestre, mecânico… cheguei a tirar férias de mestre de produção[2].

A família responsável pela construção do projeto era de origem sueca, cujo principal integrante a chegar ao Brasil, foi Herman Theodor Lundgren. Em meados do século XIX, este se encontrava no país e inicia seus primeiros experimentos comerciais, e posteriormente, os industriais. Após algumas tentativas, ele dá início aos seus investimentos em fabricação de pólvora na cidade de Recife, fundando a Pernambuco Powder Factory (VALE, 2008, p. 28). Nesta altura, a família começa a enriquecer. Herman Theodor teve vários filhos, dentre eles dois se destacaram por assumir os negócios iniciados pelo pai: Artur Lundgren e Frederico João Lundgren, sendo este responsável pelas iniciativas têxteis da família quando seu pai falece.

[2] Seu Zezinho começou a trabalhar na fábrica em 1974 e permaneceu até o seu fechamento.

Abordado de maneira bastante elucidativa por Leite Lopes (1988) e Alvim (1997), o caso da cidade de Paulista serve de modelo para a expansão dos negócios dos Lundgren na cidade de Rio Tinto. Uma vez bem sucedida, a fábrica expandiu e procurou um novo lugar, pouco habitado, com algumas riquezas naturais, distante da capital e do poder estatal, onde a promessa de emprego pudesse se espalhar rapidamente, atraindo um bom número de pessoas em busca de trabalho.

Por volta de 1917, já se tem notícia das primeiras compras de terras da região por parte de um dos homens de confiança de Frederico Lundgren, Artur Góis. Até a inauguração da fábrica, em 1924, serão realizadas as etapas seguintes, permitindo as condições mínimas para o funcionamento da Fábrica de Tecidos Rio Tinto.

Ter o monopólio das terras vizinhas para melhor controlá-las e para garantir a implantação da estrutura de uma cidade-fábrica, desponta com uma das principais medidas para a instalação da Fábrica de Tecidos Rio Tinto. Intervenções no terreno e no rio, recrutamento de homens e mulheres para o trabalho, instalação de uma usina de energia, edificação de pequena vila operária, tijolaria e construção dos galpões da fábrica, fazem parte dessa preparação.

A construção desse modelo "fábrica- vila operária" é essencial para a dominação eficaz do/a trabalhador/a. Além de dominá-lo dentro da fábrica, o "proprietário da cidade" tem a possibilidade de controlar todo o cotidiano. O poder econômico não se encerra, por assim dizer, na dominação da força de trabalho, mas em todos os aspectos e locais da vida do/a trabalhador/a. A configuração de cidade, baseando-se na já existente concepção implantada em Paulista, vai ao longo dos anos tomando forma e se combina ao contexto estadual, nacional e internacional.

Após uma busca por trabalhos de cunho historiográfico sobre a presença das mulheres na formação do operariado de Rio Tinto, foi constatada praticamente uma inexistência, sendo elas convocadas apenas pontualmente. Contudo, a partir da compreensão da importância que o trabalho feminino tem como parte da mão de obra para consolidação do capitalismo, se deu a motivação de consolidar o registro da vivência das trabalhadoras na fábrica e como as mesmas experimentaram o mundo do trabalho. É no contexto de análise da fábrica, do cotidiano e da ocupação dos espaços público e privado, provoca-se a compreensão da configuração da dominação por parte do trabalho industrial, que atingia toda a classe operária.

1.1 QUESTÕES CENTRAIS

A temática da história social do trabalho, onde esse trabalho se insere, ganhou novo fôlego de produtividade a partir de 1990 e abrange hoje uma diferente gama de perspectivas. Vários temas estão sendo revistos e o operariado, não só fabril, é incorporado aos estudos, recebendo também influência de outros campos do conhecimento. Sílvia Petersen (1997) destaca as possibilidades dos estudos a partir da relação com a sociologia e antropologia cultural, enriquecendo assim, o campo de desenvolvimento dessas ideias. Segundo Cláudio Batalha (2006) a produção bibliográfica sobre o tema avançou muito desde os anos 90 e isso se deve a uma série de razões, que passam pela consolidação de espaços institucionais fundamentais para embasar a produção e ampliar as possibilidades de pesquisa. É com otimismo que os autores enxergam esse campo de novos estudos que está continuamente sendo incorporado na produção da história social do trabalho.

Este trabalho apresenta a finalidade de conseguir resgatar as vivências a partir da memória das mulheres para compor a escrita sobre o cotidiano vivenciado pelos operários e pelas operárias da Fábrica de Tecidos Rio Tinto. Mesmo privilegiando a voz das mulheres, a intenção não é contribuir na divisão da classe, mas para lembrar a ausência das mulheres nos registros. O entendimento de que a construção de uma classe só se faz a partir da incorporação das vivências dos homens e das mulheres, é essencial.

A experiência das mulheres ao ocupar o mercado de trabalho, foi carregada de uma série de contradições e ressalvas impostas pela própria classe trabalhadora para a permanência das mesmas. A Revolução Industrial as colocou na atividade laboral e desde lá, elas continuam ocupando o espaço público com diversas dificuldades, mas permanecem. A mão de obra das mulheres em Rio Tinto não serviu apenas como complemento para o salário dos homens no orçamento familiar. Dentro da fábrica elas ocuparam em grande número o setor estratégico da produção: a tecelagem. Ter mulheres em idade apta ao trabalho nesta área era pré-requisito no momento do recrutamento. Com uma tecelã, era possível de se barganhar uma das casas na vila operária e até de ganhar um bico de luz elétrica quando esta ainda muito limitada na cidade.

1.2 FONTES DE PESQUISA

A etapa inicial da pesquisa consistiu em levantamento bibliográfico e leitura dos principais trabalhos produzidos a respeito do tema. Foi realizada também a visita ao Arquivo das Varas do Trabalho em João Pessoa, com o objetivo de pesquisar processos relativos a questões trabalhistas que as operárias moveram contra a fábrica.

A partir de leituras teóricas em consonância com o objeto de pesquisa, os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos, que perpassam o momento de instauração da fábrica e de seu desenvolvimento. Além de trabalhos historiográficos, foram utilizadas alguns memorialistas, processos trabalhistas pesquisados no Arquivo das Varas do Trabalho em João Pessoa, além do registro das entrevistas com os/as ex-operários/as da fábrica. Dona Bebé, Dona Bel, Dona Josefa, Dona Bina, Dona Mara, Dona Anunciada, Dona Maria, Dona Nina, Dona Nita, Seu Zezinho, Seu Biu, Dona Marlene, Silvano e Seu José, personagens que narram à história do cotidiano fabril.

O uso da história oral como metodologia de pesquisa, pela opção de se trabalhar com entrevistas baseadas em relatos de vida e outras semi-estruturadas, apresentou uma série de elementos para a abordagem dos temas pelo viés da memória das mulheres, confrontadas, também, por relatos de homens. Como meio para também produzir história e, portanto, fontes, os relatos estão sendo feitos pelo estímulo da lembrança, tendo por base as informações e os elementos colhidos após o estudo dos materiais acima citados. A incorporação de várias narrativas, que elaboram percepções acerca de um tema vivido, constitui um arcabouço documental que é necessário pra criação de "versões", como aponta Verena Alberti (2004, p. 78).

A etnografia aliada à pesquisa histórica foi essencial durante a pesquisa de campo que antecedeu a realização das entrevistas. O contato com alguns moradores da cidade favoreceu o campo de pesquisas e a criação de várias redes de memórias, com homens e mulheres que trabalharam na fábrica e moram em Rio Tinto ou em João Pessoa. A união das duas auxilia na ampliação do horizonte histórico, além do cultural:

> A etnografia, assim como a história – e principalmente as duas juntas-seria uma forma de conectar os fragmentos aos quais se pode ter acesso na pesquisa empírica a um contexto mais abrangente, histórica e culturalmente determinado, que lhes conferiria significado. (COMAROFF; COMAROFF, 2010, p. 2-3)

A chegada até o campo de pesquisa, para encontrar os narradores e as narradoras, apresentou uma série de desafios. Normalmente, a maioria das pessoas reproduz automaticamente uma linha única de memória, enaltecendo os Lundgren e o seu empreendimento. Vários contatos e idas à cidade foram necessários para a obtenção de distintas pessoas que pudessem expor histórias mais diversas. Por isso, a opção da observação participante foi a mais propícia para a realização, posteriormente, das entrevistas.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO E DISCUSSÕES TEÓRICAS

Ao iniciar a dissertação, propõe-se tecer alguns pontos iniciais sobre os principais pensadores que norteiam a história social do trabalho. Em seguida, será discutida a inserção das mulheres dentro do mercado de trabalho, e quais as limitações enfrentadas por elas em ingressar, se qualificar e permanecer no espaço público de produção. Uma vez que as mesmas ainda estão estabelecidas como mantenedoras da ordem doméstica, abarcando os cuidados com os outros e o tão pouco reconhecido, trabalho doméstico.

Acrescido a isso, e no intuito de tecer algumas considerações sobre as teorias já pensadas e escritas a respeito dos conceitos que margeiam a temática, são discutidas algumas perspectivas teóricas acerca da: classe, gênero, espaço, cotidiano e memória. Esta é base importante para construção desse trabalho. Compreender o cotidiano, experiência comum da classe trabalhadora, e como a questão do gênero, interferiu nas vivências em espaços domésticos e como nos privados. A divisão sexual do trabalho que historicamente configurou o que seria trabalho de homem e trabalho de mulher, perpassa a fronteira da esfera privada e é vivenciada nos espaços públicos, quando se limita os postos de trabalho que as operárias poderiam ocupar e os que não. Portanto, para se compreender o cotidiano através da memória, se faz necessária uma incursão pelos aspectos de gênero na classe em determinado espaço, no presente caso estudado, a casa e a fábrica.

Em seguida, será realizada uma incursão pelo início da industrialização no Brasil, as primeiras experiências no setor têxtil, a construção de núcleos fabris, — incluindo as vilas operárias e a estrutura de cidades. A discussão da moradia é substancial e se conecta a atração do operariado para as cidades-fábricas. A estruturação das casas serviu também para o contínuo enriquecimento dos empresários donos das

fábricas, que edificavam os domicílios recebendo praticamente de volta o salário pago aos/as funcionários/as.

Adiante, a construção do complexo industrial de Paulista e em seguida, de Rio Tinto. Posteriormente serão feitas algumas reflexões sobre as motivações dos Lundgren na escolha da Paraíba, para a instalação de uma nova fábrica. A compra dos primeiros terrenos, o recrutamento da classe trabalhadora, as primeiras edificações, e por fim, o período de modernização que provocou uma série de demissões e no futuro, o fechamento da fábrica.

Por fim, entraram em discussão, as histórias de vida dos/as protagonistas deste trabalho. A proposta é abrir a problematização de alguns eixos do cotidiano: a chegada à vila, por meio do recrutamento ou não; o aprendizado do ofício, a moradia, as dinâmicas cotidianas com a família, o tempo livre, os acidentes de trabalho, o sindicato, os processos trabalhistas, e a relação dos homens e mulheres com o espaço, este último como ponto norteador do estudo. A solidariedade compartilhada entre as operárias se dava especialmente por meio dos cuidados com as crianças, que eram feito com a colaboração mútua, diante da ausência de creches ou berçários. A partir de suas memórias, se objetiva reconstruir um pouco do cotidiano experimentado dentro da Fábrica de Tecidos Rio Tinto, bem como na cidade. Foram escolhidos alguns pontos, tendo em vista que os aspectos do dia-a-dia são inúmeros, e seria impossível abordá-los.

2 MULHERES DESDOBRÁVEIS: TRABALHO, FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA E CONCEITUAÇÃO DO PROBLEMA

"Era uma linha, sem começo e fim
E as flores desse jardim, meus avós plantaram
Era uma voz, um vento, um sussurro
Relampo, trovão e murro nos que se lembraram

Uma palavra quase sem sentido
Um tapa no pé do ouvido
Todos escutaram
Um grito mudo perguntando aonde
Nossa lembrança se esconde
Meus avós gritaram
[…]
Quase uma queda, quase uma descida
Uma seta remetida, as mãos se apertaram
Era uma festa
Chegada e partida, saudações, despedidas
Meus avós choraram

Onde estará aquele passo tonto
E as armas para o confronto, onde se ocultaram?
E o lampejo da luz estupenda que atravessou a fenda
Que tantos enxergaram
Ah se eu pudesse, só por um segundo
Rever os portões do mundo que os avós criaram"

Siba e a Fuloresta, 'Vale do Jucá'

O presente capítulo irá se deter à discussão de alguns escritos sobre a história social do trabalho, a formação da classe operária no Brasil, as mulheres e o mercado de trabalho, por fim, serão feitos alguns apontamentos sobre os utilizados na análise do problema deste estudo.

No intuito de compreender a evolução dos estudos sobre História Operária, utiliza-se dos escritos de Eric J. Hobsbawm (2000), nos quais o autor reflete sobre a temática da produção sobre história do trabalho e a ideologia de como esses trabalhos se localizavam, em grande medida, fora das universidades desde o século XIX. E mesmo que hoje seja produzido por uma diversidade de profissionais, historiadores/as ou não, sempre teve como característica a grande politização e, por essa filiação, muitos tinham grande proximidade com os movimentos operários.

Após tecer algumas críticas sobre a forma de escrever essa história operária[3], Hobsbawm (2000, p. 19), aponta que "a historiografia tradicional dos movimentos operários era técnica e metodologicamente bastante ortodoxa" . Ora, a substituição do local de produção, agora na academia, corrige alguns vícios e limitações, mesmo que apresente ainda problemas. O aconselhamento, o cuidado de não produzir uma escrita "arqueológica esquerdizante", é ponto de discussão sobre a ideologia entre os historiadores e as historiadoras.

Um dos últimos pontos defendidos pelo historiador versa na cobrança por uma "clareza conceitual" para os estudiosos e estudiosas da história operária. Sendo assim, ele elenca três pontos que são fundamentais para que tal propósito seja atingido. Estes também definem os estudos sobre classe operária, são eles: é uma história da sociedade, porque se pretende entender a partir da dinâmica entre classes como funciona a sociabilização; compreende a complexidade que rodeia essa história, de modo que contém vários elementos munidos de historicidade; e por fim, como fazer dos elementos quantitativos, construções qualitativas capazes de explicar o fazer ou viver no passado. Como utilizar esses elementos, muitas vezes parte de estudo enormes e seriais, e produzir uma boa percepção sobre a vivência operária em um determinado tempo histórico?

As novas possibilidades metodológicas de pesquisa e seu local de produção dentro da história social, como bem lembrado pelo autor, ilustram como não se faz a história operária apartado da história da sociedade e do seu funcionamento, tanto nos aspectos econômicos como políticos. Por sua filiação em aspectos de transformação, Hobsbawm (2000) lança o desafio de construir uma história da classe operária, ou qualquer outra, que opere no sentido de criar condições para que um dia o operariado possa se representar e escrever acerca de sua vivência. E assim também ele lembra que substancialmente, a pesquisa precisa ser transformadora e acessível.

[3] Hobsbawm (2000, p.27-29) faz três considerações sobre a produção acerca do tema da história operária:

1. A atribuição errônea de identificar a classe e o movimento como se ambos fossem a mesma coisa. Sua principal crítica se dirige, portanto, ao estudo quase que exclusivo dos movimentos em detrimento da base da classe operária, que acabou sendo negligenciada.
2. A fraqueza de se abordar a história operária conectada a uma história mais ampla, ou pelo erro recorrente de superestimar a história operária diante de outros temas ou da importância que ela provavelmente teria.
3. Essa "primeira" história operária acabou produzindo uma história oficial muito ortodoxa. Produtora de "narrativas institucionais" e "história institucional", essa historiografia esquece as bases que formavam a classe.

Neste trabalho será utilizada a metodologia da história oral para a reconstrução da memória, que possibilita uma maior proximidade com essa vivência do espaço-tempo em que o trabalho foi realizado na Fábrica de Tecidos Rio Tinto. No entanto, o foco não se dará apenas na atividade "trabalho", mas nos operários e nas operárias que estavam diariamente operando as máquinas, gerando riqueza através do seu esforço e forjando seu cotidiano.

Seguindo na discussão sobre história operária — e da proximidade (que se verificava) dos/as pesquisadores/as com o mundo político —, ainda muito focada na Inglaterra, Edward P. Thompson (2001), ao trabalhar o conceito sobre A História Vista de Baixo, problematiza a produção a respeito da temática nas academias inglesas. Ele segue uma linha parecida com a de Hobsbawm (2000), que enxerga com otimismo a ruptura com a ortodoxia e aponta que esse momento atual pode ser enquadrado como uma "liberação". Salienta, entretanto, que essa história deve extrapolar os limites físicos de apreensão e de metodologia da academia. Thompson (2001, p. 191) é igualmente entusiasta do trabalho e contribuição mútua da história com a sociologia, defendendo ir da "dimensão histórica à teoria sociológica", bem como da importante mudança que o rompimento com a ortodoxia trouxe para a produção da história operária.

2.1 FORMAÇÃO DO OPERARIADO NO BRASIL

A produção da história operária no Brasil foi largamente influenciada por E. P. Thompson e E. Hobsbawm, que muito contribuíram para a reflexão da classe em constante formação, bem como no alargamento de influências do campo das ciências que compõem o estudo da classe operária, como aponta Georges Haput (1985)[4], enfatizando como essas mudanças estão presentes nas obras já da década de 60.

No entanto, tais mudanças incidiram positivamente para a ampliação da história social do trabalho, trazendo a discussão das realidades vivenciadas pela classe — com a característica de estar sempre em formação — e não só sua organização, através do

[4] Nessa altura, Haput (1985, p. 229) trabalha a questão do movimento operário, seus temas prioritários e qual referência essa nova história tem para a nova militância da classe operária. Mesmo assim, o autor não se priva de constantemente ressaltar que a história deve negar essa inércia de ser prisioneira da história tradicional. Sobre este debate, com a "história operária decididamente social", ele pondera: "Sacrificar, por considerações ideológicas ou por rotina, o estudo de uma realidade multiforme, complexa e rica, é o mesmo que sacrificar o essencial da história do movimento operário, o conhecimento de sua experiência duramente adquirida do qual ele continua ainda privado".

movimento social. A saída da vinculação apenas a alguns campos do saber e a incorporação da Antropologia, por exemplo, trazem práticas de pesquisa e temas que visam o estudo mais aprofundado das identidades de classe, cultura, modos de viver e etc., como aponta Juçara de Mello (2007). A autora defende que essa perpectiva ilustra, entre outras coisas, como a classe operária não deve ser analisada de forma hegemônica ou submissa, mas que a ampliação dos estudos - ao exemplo da questão do cotidiano - indica as possibilidades de (sobre)vivência de uma classe explorada por meio de várias possibilidades, mas que resiste e não se coloca sempre numa posição de submissão.

A proposta do uso da História Oral para melhor análise da multiplicidade de características que envolve o cotidiano da classe operária funcionou dentro dos estudos como algo fundamental na ampliação das perspectivas. Silvia Petersen (2009; 2011) realizou uma vasta pesquisa para entender e registrar como essas mudanças estão sendo absorvidas ou não dentro das produções na universidade. O campo tem realmente se alargado? Os/as historiadores/as estão produzindo história social do trabalho?

A história social do trabalho tem uma diversidade de abordagens e de classificação, mas nem tudo que é produzido sobre a temática *trabalho* é encaixado nesse arcabouço de estudo (PETERSEN, 2011, p.3). Aspectos mais culturais foram incorporados aos de características de produção social, saindo de uma separação outrora colocada. O crescente número de abordagens e a incorporação de novas fontes favoreceram a difusão e o aumento dos trabalhos produzidos sobre o tema — especialmente em locais fora do eixo Rio-São Paulo —, da mesma maneira que encontros, revistas e arquivos foram sendo criados por essas motivações. A historiadora lançou-se, em 2009, na missão de catalogar as dissertações, teses e trabalhos em eventos que abordassem a história operária em outras localidades e constatou a presença de outras áreas do conhecimento que estão debruçadas sobre o estudo desse tema – a Antropologia, a Educação, a Economia e especialmente a Sociologia e a Ciência Política, que vêm desenvolvendo essas pesquisas dentro de suas pós-graduações.

Outro ponto para se dialogar com os autores ingleses Thompson e Hobsbawm citados é a dificuldade de circulação desses trabalhos no Brasil. Muitos circulam apenas entre os acadêmicos, através dos exemplares das dissertações e teses, nos encontros acadêmicos e nas revistas. Entretanto, não conseguem sair desses espaços e, muitas vezes, acabam nem sendo publicados pelas próprias editoras universitárias. Os bancos de dissertações e teses das pós-graduações têm prestado um grande serviço quanto à possibilidade de se acessar essas pesquisas.

Temas que, de certa maneira, enxergam as vicissitudes da classe e que abordam particularidades como raça, gênero e etnia, são mais comuns e dão conta de renovar a temática, segundo Claudio H. M. Batalha (2006). A possibilidade de incremento dessas pesquisas se deu pelo alargamento das temáticas abordadas e da temporalidade. Outro fator que também esteve no campo dessas novas percepções foi a promoção de estudos sobre a escravidão, por exemplo. Sendo assim, se mudou a relevância apenas sobre os estudos de trabalho livre e urbano.

Mesmo partindo de um ponto de vista mais otimista, Batalha (2006) aponta como os/as pesquisadores/as da história do trabalho ainda carecem de uma maior discussão sobre metodologia nas suas produções. Ele defende que os espaços institucionais foram criados, as discussões estão sendo feitas, mas ainda falta o intercâmbio e a possibilidade de maior coletividade para produzir esses estudos, que precisam de equipe tanto para conseguir financiamento como para terem habilidade de abarcar um grande período histórico e um recorte geográfico.

A formação da classe trabalhadora no Brasil apresenta uma série de peculiaridades que vão desde a escravidão — e as lacunas que alguns estudos deixaram sobre a passagem para o trabalho livre, até as características singulares da formação do parque industrial no Brasil. Sidney Chalhoub e Fernando T. Silva (2009) discorrem sobre a falta de diálogo entre pequisadores da escravidão e da história operária, bem como sobre em que ponto essa ausência é oriunda da historiografia já produzida, mesmo antes do incentivo aos debates. Os autores discutem a respeito da "passagem" do trabalho escravo para o livre e urbano e, portanto, abordam como a classe trabalhadora adquire características bem diversas das do continente europeu.

Assim sendo, Chalhoub e Silva (2009) tratam das alternativas dos/as ex-escravos/as para se inserirem no mercado de trabalho formal, desconstruindo a interpretação de que eles/as estiveram sempre em busca de abolicionistas e que foram levados a reboque da conjuntura do movimento "libertador". Os autores e as autoras que produziram tal historiografia antes da década de 80 argumentavam como a classe trabalhadora sofria com as adversidades de um parque industrial recém-formado, com sérias limitações de estrutura e absorção de mão de obra. No entanto não discutiam pontos sobre como, no meio das adversidades, as pessoas que migraram em massa do meio rural para o urbano conseguiram criar uma dinâmica solidária, resistindo em locais precários e produzindo para os capitalistas sem que isso fosse ausente de uma noção da

exploração cotidiana. Esse ponto será retomado mais adiante na discussão da formação da classe no contexto brasileiro.

A partir do exposto acima, é importante destacar como a incorporação dos novos temas e lugares será trabalhada adiante nesse estudo, que pretende por adentrar no cotidiano de ex-operários/as e, especificamente, sobre como se deu a formação de suas identidades enquanto classe trabalhadora no espaço de uma "fábrica-vila operária" localizada na Paraíba. A seguir, serão pontuadas algumas discussões sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho.

2.2 INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

Leão sou eu mulher, leão sou eu mulher.
Segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo é.

Canto de trabalho das mulheres do sul da Bahia[5]

Conforme dito anteriormente, as mulheres e o livre mercado foi tema de estudo de várias pesquisadoras. Inicialmente será utilizada a contribuição de Heleieth Saffioti (1973; 2013) e Maria Cristina A. Bruschini e Fúlvia Rosemberg (1982). Todas partem do princípio de que as mulheres sempre estiveram ocupando postos de trabalho, desde antes da organização da sociedade em classes. No entanto, é nesta nova configuração do sistema econômico que algumas particularidades são postas em destaque.

Saffioti (1973), em seu artigo *Trabalho feminino e capitalismo*, indica como, de maneira sistemática, o capitalismo se organiza para manter a mercadoria cada vez mais distante da classe trabalhadora que a produz e, o mais agravante, do apartamento em que essa classe se encontra inserida. O faz a partir da exclusão das mulheres do mundo produtivo, por exemplo. No mesmo raciocínio que inicia sua reflexão, a pesquisadora destaca o modo como são construídas as restrições a partir do gênero e da etnia, e da competitividade a partir de condições completamente desiguais. Essa arriscada divisão da classe funciona como um instrumento favorável ao sistema, que usa do que seriam "peculiaridades" para incrementar a competição e o exército de reserva.

Antes do capitalismo, as mulheres já estavam no trabalho produtivo ocupando espaços na agricultura, nas pequenas manufaturas e inclusive no comércio (SAFFIOTI,

[5] Esse canto é entoado pelas mulheres durante a plantação e colheita do cacau. Autoria desconhecida.

1973)[6]. O capitalismo, ao tirar a autonomia jurídica das mulheres, privilegiar o caráter individualista e modificar a estrutura da família como unidade coletiva e de trabalho, incita uma maior concorrência entre homens e mulheres, desviando a atenção da luta entre as classes e sobrepondo as do gênero dentro da classe trabalhadora. A partir desse problema, a socióloga propõe uma análise sobre o que está socialmente colocado como desafio a permancência das mulheres no mercado do trabalho, e sobre os homens, como eles podem enxergá-las não como concorrentes mas como aliadas na construção de uma alternativa operária, igualitária e humana.

Mesmo ressaltando os pormenores sociais que envolvem essa exclusão, a melhor maneira de medir sua inserção dentro do sistema capitalista é analisando esses elementos combinados aos números que ilustram o mercado de trabalho e a participação das mulheres.

O trabalho das mulheres é essencial para o sistema capitalista, dentre outros motivos, por elas representarem mais da metade do contingente populacional. Mas alguns entraves para a permanência das mesmas nos respectivos empregos são ratificados nesse sistema. A partir de uma construção social que não incentiva a qualificação feminina, acrescenta-se o fato de que tradicionalmente cabe às mulheres uma trajetória mais doméstica, por meio do casamento e do cuidado com a prole[7]. Essa percepção leva à uma série de injustiças sociais, alimentadas pelo sistema capitalista, que justifica a demissão de mulheres, a falta de igualdade salarial e o pequeno número delas em postos de trabalho qualificados (SAFFIOTI, 1973;1976).

O sistema cobra qualificação e lucros, enquanto a sociedade impõe às mulheres o cuidado com crianças, velhos/as, homens e outras mulheres com problemas de saúde,

---

[6] Sobre a inserção das mulheres negras no comércio brasileiro ainda no período colonial, ver: RODRIGUES, Vilmara Lucia. **Negras Senhoras**: o universo material das mulheres africanas forras". In: I Colóquio do LAHES, 2005, Juiz de Fora, Anais. E ainda, PRIMO, Bárbara Deslandes. **Aspectos Culturais e Ascenção Econômica das Mulheres Forras em São João del Rey**: Século XVIII e XIX, 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em História)−Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2010. E mais: FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas.** Disponível em: < http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/sinhas-pretas-1 >. Acesso em: 10 de mar. 2015.

[7] Existe uma ampla discussão, especialmente nos estudos feministas, sobre os espaços públicos e privados, e como os homens e as mulheres os vivenciam. Tais reflexões em torno do tema se debruçam no questionamento do porquê de ratificarem o dualismo entre os espaços. As relações de poder na vida cotidiana foram vivenciadas pelas mulheres que trabalharam na Fábrica de Tecidos Rio Tinto. Exemplo disso são quando os postos de trabalho de comandos foram ocupados apenas pelos homens, e os trabalhados domésticos, realizados quase que exclusivamente pelas mulheres. Nessa mesma linha, pode-se pontuar que quando a fábrica fechou, muitos homens tiveram que emigrar ou ficariam sem emprego, enquanto as mulheres foram sugadas novamente à esfera privada, do trabalho doméstico – tão necessário e pouco reconhecido dentro da esfera produtiva.

trabalhos domésticos e afins. Tal função, que quando compartilhada a grosso modo é com outra mulher, leva o operariado feminino a contrair muitas faltas e, em outras situações, a desistir do emprego.

No diálogo com os elementos expostos acima e no intuito de estabelecer uma síntese desses pontos, Saffioti (1973, p. 66) aponta que "A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher".

Com efeito, é conduzido o pensamento dominante de que o sistema capitalista é o melhor sistema para as mulheres por lhe proporcionar liberdade e independência, sem salientar que, nessa mesma estrutura econômico-social, é cobrada das mulheres uma mão de obra ágil e que absorva muitas tarefas. Portanto, Saffioti (1973, p. 151) lembra: "O invólucro ideológico das sociedades capitalistas induz, pois, à crença de que o número de mulheres economicamente ativas se eleva à medida que o desenvolvimento econômico-social vai sendo alcançado". Ou seja, não é a partir desse índice que será medido a maior autonomia e libertação das mulheres, até porque, esse não é o objetivo do sistema capitalista.

Tal crença não leva em conta que, mesmo ocupando postos de trabalho diversos: nos países de economia mais desenvolvida os empregos são em maioria no setor terciário e secundário, e nos países em desenvolvimento é na indústria onde as mulheres mais estão empregadas. Acrescido a isso, segundo dados levantados pela socióloga, boa parte do trabalho doméstico é realizado pelas mulheres (SAFFIOTI, 1976). Outro fato a ser pontuado, consiste no incremento da mão de obra feminina durante as duas guerras mundiais, principalmente nos Estados Unidos, Inglaterra e França.

O avanço do número de mulheres empregadas não influencia diretamente na diminuição da diferença salarial, nem no empoderamento para que elas possam se sindicalizar mais. O espaço sindical ocupado prioritariamente por homens, afastou por muito tempo e ainda conserva um pouco esse efeito quando se trata da organização das mulheres. Não se afirma, contudo, que ela é inexistente. Pelo contrário, é a mesma que tem influenciado largamente nas amplas discussões sobre direitos igualitários, a respeito também de como uma luta unitária de classe (reconhecendo as particularidades das mulheres também) é essencial na conquista de justiças sociais dentro do mundo do trabalho.[8]

[8] Sobre a participação das mulheres nos sindicatos consultar o artigo de JAMES, Daniel. **Contos Narrados nas Fronteiras**: A história de Doña Maria, História Oral e Questões de Gênero. In.:

Ao se candidatarem a empregos diversos, as mulheres ainda são julgadas pelas atribuições que lhes foram outorgadas: a da mulher que escolhe o matrimônio, têm filhos/as e realiza sozinha os afazeres domésticos, e por outro lado, a que precisa trabalhar para ajudar nas contas de casa, ou mesmo que vai atrás de emprego por se sentir motivada para isso. No entanto, são elas as mesmas convocadas às tarefas do cuidado quando um/a parente necessita. E o sistema capitalista, o que pesa e avalia na contratação das mulheres? Como a classe trabalhadora pode se unir para garantir tanto a presença das mulheres no mercado, como para que as mesmas tenham direitos igualitários e os cuidados sejam compartilhados?

No diálogo dentro de quatro esferas que permeiam a vida das mulheres nesse cenário (a reprodução, a sexualidade, a produção e a sociabilidade), cabe ressaltar como esses elementos estão socialmente relacionados às prerrogativas de permanência das mulheres no mundo do trabalho. Segundo Saffioti (1976), o fator sexo determina e limita, mas também pode ser motivador para a construção da unidade entre homens e mulheres uma vez que a emancipação não-coletiva dentro da classe é mais uma derrota para todo o operariado, não só para um dos sexos. Sendo assim, a autora argumenta como a luta deve ser unitária:

> […] os problemas que as mulheres enfrentam nas sociedades competitivas, na medida em que sejam realmente insolúveis neste tipo estrutural, são problemas de classes sociais manifestando-se diferentemente nas categorias de sexo e que, portanto, devem ser atacados conjuntamente por homens e mulheres […]. O processo de criação das condições de pleno emprego da força de trabalho feminina e masculina de uma sociedade estará, pois, na dependência da ação coletiva das duas categorias de sexo. E esta ação se liga, de uma parte, ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade e, de outra, ao grau de consciência que homens e mulheres atingem das contradições de sua época e das possibilidades de sua superação. (SAFFIOTI, 1976, p. 106-107).

Bruschini e Rosemberg (1982) discutem como a quebra da unidade de produção, - que antes incluia a casa - e com o capitalismo e a criação de complexos fabris, o espaço domiciliar começa a funcionar apenas como unidade doméstica. São ponderadas também as diferenças que permeiam as mulheres e seus empregos, quando se trata do nível de escolaridade e da idade, quando envolve a faixa etária mais propícia aos casamentos e a maternidade. A falta de assistência para o cuidado com os/as filhos/as

com a qual convivem as mulheres da classe trabalhadora dificulta imensamente a sua inserção no mercado de trabalho, e mesmo quando estas conseguem ingressar, são empregadas em postos de trabalho de baixa remuneração e qualificação.

As autoras levantam um argumento importante e pouco discutido, que é a necessidade de fazer uma modificação e incluir no conceito de trabalho as "atividades indispensáveis à produção social" (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982, p.21), ou seja, o tempo gasto pelas mulheres nas atividades não-remuneradas além das remuneradas. A partir dessa ampliação do conceito, é possível se verificar o volume de trabalho desempenhado pelas mulheres e problematizar os motivos de sua dificuldade de inserção em alguns empregos.

Retirar da esfera da produção social o trabalho doméstico, é incorrer no erro de diminuir a função desempenhada pelas mulheres dentro de casa, que muitas vezes é motivo para que as mesmas ocupem vagas de emprego no espaço público (dependendo da faixa etária, e principalmente, da classe social), além de responsabilizá-las por uma dupla jornada de trabalho. A cisão entre trabalho produtivo remunerado ou não, que ocorreu durante a Revolução Industrial, criou problemas até hoje não resolvidos. E dentro do campo desses problemas sociais, que atingem em especial às mulheres, está a ausência de creches. O índice de trabalhadoras que têm filhos/as e não conseguem retornar ao mercado de trabalho é grande, e mesmo que conste em lei a necessidade de se ter locais de acolhimento para essas crianças, isso não é cumprido, o que acaba por provocar um grande número de abandono de postos de trabalho. Acrescido a isso, poderia ser elencado aqui a questão do salário menor para as mulheres mesmo que a função seja a mesma exercida por um homem, e a dificuldade de se aperfeiçoar no trabalho e/ou nos estudos.

A naturalização do trabalho na sociedade atual pode provocar o questionamento as suas formas culturais alicerçadas no dever e na necessidade de colocá-lo como centro da existência. Quem foi trabalhador/a por toda a vida é sempre verificado o hábito de se remeter, na memória de sua trajetória, ao período de "serviço". Quando esses questionamentos são dirigidos a mulheres isso se torna ainda mais facilmente verificável uma vez que, como foi dito anteriormente, estas baseiam muito do seu viver no servir e no cuidar.

Diante dessa conformação do fazer e do termo "trabalho" no cotidiano é imprescindível acompanhar as produções acadêmicas que estão sendo escritas a respeito dessa atividade transformadora, que carrega traços muito fortes de raça e gênero.

2.2.1 Mulheres no mercado de trabalho brasileiro

De posse dessas informações, adiante se pretende lançar as bases para a reflexão a respeito da possibilidade de alargar os estudos nessa área e inserir o recorte de gênero, dentro da perspectiva da formação econômica e social do Brasil. Entendendo que este trabalho está dentro dos que apresentam algo de novo, uma vez que pouco se escreveu sobre as trabalhadoras da Fábrica de Tecidos Rio Tinto no contexto de análise do cotidiano, está colocado o desafio de sistematizar um debate que abarque as mulheres dentro da construção da indústria e, do mesmo modo, da cidade. Para tanto, é necessário destacar que essas mulheres refletiram tanto sobre sua condição de mulher trabalhadora quanto sobre seu cotidiano nas cidades, que se modernizavam com o advento da industrialização.

As mulheres estiveram desenvolvendo atividades laborais desde antes da sociedade de classes, mas é nela e, especialmente, na obrigação compulsória da realização do trabalho doméstico acrescido do trabalho fora de casa e de todas as subjugações, que as mulheres enfrentam a opressão.

O trabalho doméstico foi imensamente discutido pelas feministas revolucionárias, em especial, destaca-se o período antes e durante a União Soviética. Clara Zetkin (1899) e Alexandra Kollontai (1903, 1906, 1907, 1908, 1918, 1921) enfrentaram a pauta, construindo críticas aos companheiros de partido e propondo medidas que o Estado Soviético deveria adotar para retirar as mulheres da obrigatoriedade do trabalho doméstico e do cuidado com a família. Wendy Goldman (2014) atenta ao fato de como, na época da formação do Estado Soviético, as feministas travam o debate de divisão igualitária dos trabalhos domésticos, deveres e direitos. Propunham que os cuidados com a casa deveriam ser estatizados através da criação de restaurantes coletivos, berçários, lavanderias e, no entanto, quem neles trabalharia? Sim, eram funcionários públicos. Porém, todas as mulheres. Os cuidados são coletivizados e, entretanto, as mulheres continuam desempenhando os mesmos trabalhos.

A formação econômica brasileira é marcada fortemente pela ingerência do capitalismo europeu. Na altura do tempo de uso da mão de obra escrava e do controle comercial, o Brasil viveu sob a égide da divisão internacional do trabalho e as ordens da metrópole, de maneira que entrou na lógica internacional enquanto economia exportadora de produtos primários. Buscar semelhanças entre os níveis de exploração das mulheres da classe trabalhadora da Europa e do Brasil não é o essencial. No entanto,

algumas comparações podem ser tecidas no sentido das condições do operariado feminino e do uso do gênero como delimitador da força de trabalho em ambos os casos conforme aponta Eva Blay (1978).

A condição das mulheres no contexto do trabalho no Brasil é marcada por restrições que são impostas às suas vidas, oriundas das próprias nuances ligadas ao modo como o capitalismo se desenvolveu no país. À época da escravidão as mulheres da classe trabalhadora estavam presas nas cozinhas das casas grandes, servindo de damas de companhia das mulheres da burguesia ou vendendo quitutes nas cidades.

Com a expansão das cidades e o aumento populacional, as mulheres da classe trabalhadora ocupam com muito mais frequência o meio urbano. Seja por meio dos pequenos comércios realizados nas ruas ou no trabalho nas pequenas oficinas de manufatura, que empregavam muito mais o contingente da classe operária antes da ampliação do parque industrial brasileiro. Com acesso ao meio urbano elas conseguem aumentar seu grau de escolaridade e, assim, podem ascender a melhores postos de trabalho. Todavia, a cidade apresenta restrições aos espaços que elas podem ocupar. A construção desses ambientes carrega uma marca muito forte dos limites que são impostos às mulheres.

O uso da força de trabalho feminina variou de acordo com o contexto histórico, tendo em vista que nos períodos de recessão econômica ou entre guerras, por exemplo, as mulheres foram muito mais convocadas ao trabalho. É relevante ponderar como o capitalismo exige especialmente das mulheres uma mão de obra que desempenhe muitas atividades por vez, ao passo que usa de maneira oportunista o seu desempenho e ainda incentiva a propaganda de ser este o sistema ideal para esse gênero – o faz sob o argumento da liberdade que lhes é proporcionada ao serem inseridas no mercado.

Para além da multiplicidade da carga de trabalho é possível constatar como, a nível mundial, as mulheres sempre ganharam menos que os homens e ainda enfrentaram graves entraves para a qualificação profissional. É dentro desse mosaíco que se configura a formação da classe operária brasileira, e assim que ela adquire sua identidade como classe muito impulsionada pela organização para a luta. As mulheres estão ausentes, pois os estudos de maneira geral abordam pouco sua participação.

A construção de uma história das mulheres, suas vivências nos espaços públicos, sua inserção no operariado e sua experiência no cotidiano nas esferas pública e privada são temas que, entre outros, serão constantemente abordados. Não se pode, dessa

maneira, omitir que a ocupação desses espaços públicos, primeiramente pelas mulheres da classe trabalhadora, constitui-se como uma espécie de resistência.

Em conversas informais com as mulheres que, no passado, foram operárias da Fábrica de Tecidos Rio Tinto, narrou-se a descrição da exaustiva rotina diária às quais elas estavam submetidas. A existência tinha como centralidade o trabalho, seja o realizado em casa ou na fábrica. Nascidas na cidade ou provenientes dos recrutamentos, as mulheres compartilham de vivências, dificuldades e muita solidariedade. Eram elas que se dividiam entre si para o cuidado com as crianças, para o ensinamento dos ofícios — quando ainda não existia o ensino dentro da fábrica —, e se organizavam para a divisão diária das atividades entre a casa e a fábrica.

As famílias camponesas, que migram para as cidades e precisam enquadrar-se na nova rotina e divisão de trabalho, enfrentam sérias dificuldades de adaptação. São apartadas de seu contato direto com a terra, que é substituído pelos exaustivos turnos no chão da fábrica. A grosso modo, a seleção para o trabalho era baseada na idade. Nesse processo excluia-se muitas vezes os/as mais velhos/as, que eram submetidos a um ostracismo que não é vivenciado de maneira tão apressada no meio rural. No caso da Companhia de Tecidos Paulista, essa mão de obra foi muito absorvida no cultivo dos pequenos roçados que serviam para produção de alimentos para toda a comunidade trabalhadora. (LEITE LOPES, 1988).

Na Europa do século XIX, verifica-se também a construção de manufaturas perto das pequenas comunidades campesinas no intuito de não adulterar em demasia a estrutura das famílias. Já na industrialização brasileira, acompanhamos fenômenos semelhantes ao que estudamos da Fábrica de Tecidos Rio Tinto, que é a construção de vilas operárias como meio de atração da mão de obra rural.

Michelle Perrot (2005), historiadora francesa, aborda os silêncios que foram reservados às mulheres dentro da historiografia, assim como, os códigos de condutas a que estas eram submetidas. Uma amostra disso era o trabalho, considerado como redentor para as moças solteiras, enquanto que para as casadas, configurava-se como desvio uma vez que a família e os cuidados domésticos seriam negligenciados. Mesmo assim, por muito tempo coube às mulheres permanecer em suas casas, controlando os domínios que cercam essa esfera privada. Salientando, que esse "mando" tinha restrições e fronteiras muito bem delimitadas pelos homens. Mesmo que desempenhassem em casa o papel de controladoras das finanças, em momentos de crise eram as mulheres as últimas a se alimentar, impondo sérias restrições à saúde.

A industrialização reforça uma nova conformação do núcleo familiar urbano. O trabalho domiciliar realizado pelas mulheres e a venda da força de trabalho nos espaços públicos, exclusivo dos homens, sofrerá uma permuta. Esses funcionarão agora como recrutadores de mão de obra dentro da família ao empregar mulheres e crianças, como coloca Marx (2008, p.451) n'O Capital: "O trabalho obrigatório, para o capital, tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro dos limites estabelecidos pelo costume."

A estrutura familiar, ademais da fonte de trabalho, passa por esses momentos de disputas e recomposição:

> A família é assim um terreno de luta, um jogo de forças opostas. O discurso sobre a mulher operária deve ser substituído nestas perspectivas. No que se refere a ela, estas forças confluíam, mais do que se opunham, para reforçar a estatura da Dona-de-casa. Era essencial para todos - para os operários, mas também para a sociedade de acumulação capitalista que pagaria muito caro pelo custo do trabalho doméstico, que até então fora quase gratuito, que a mulher assumisse este papel, contra tudo e todos, chegando até a acumular uma dupla tarefa. (PERROT, 2005, p. 193).

A flexibilização das máquinas, que sofreram adaptações para serem manuseadas por mulheres e crianças com capacidade física mais reduzida que os homens segundo argumento ainda recorrente, auxiliaria na venda de trabalho desse grupo já citado. O encolhimento dos trabalhos domiciliares, substituídos por grandes linhas de produção, incorporam a mão de obra feminina. Não obstante, a agregação ao mundo fabril contou com alguma resistência das mulheres. A rotina que o capitalismo impõe, da dupla jornada de trabalho (doméstica e pública), é muito nociva, além de ponderarem que o trabalho domiciliar poderia deixá-las ainda no controle de suas casas, conforme aponta a historiadora Perrot (1988, p.198-199):

> As mulheres pressentem nas máquinas as concorrentes não só dos seus maridos, mas delas mesmas, inimigas diretas dos trabalhos manuais a domicílio que lhes permitem completar o orçamento, mantendo um certo controle sobre o emprego do tempo.

A relação das mulheres com as máquinas é algo relevante nesta análise. O cotidiano do trabalho é marcado pela ação e reação provocada por tais equipamentos da modernidade. As trabalhadoras, que passavam exaustivas horas manuseando esses instrumentos, sofrem sérias consequências físicas e psicológicas.

As formas alternativas das mulheres criarem seu cotidiano são vigiadas sobremaneira, e são também censuradas. Dentro da experiência das cidades e dos espaços públicos, elas criam esses locais de convivência que são profundamente responsáveis pela sua ocupação e emancipação. Enquadradas sempre nos estereótipos de mães e donas de casa, e ainda classificadas como loucas ou histéricas quando disputam voz e lugar com os homens, as mulheres da classe trabalhadora ou burguesa têm que ocupar com inteligência os locais públicos. Suas memórias foram sempre apagadas ou restringidas aos diários e livros de compra. Aqui o trabalho aparece com uma grande contradição: ao passo que ele subjuga as duplas jornadas de trabalho, ele cria alternativas quase imperceptíveis de invenção de novos cotidianos. Contudo, essas disputas de espaço e poder são sempre muito difíceis para mulheres nos papéis que lhes são impostos. Mesmo com todas as contradições, as classes populares do gênero feminino criam, para além de estabelecimentos comerciais, locais de convivência e amadurecimento pessoal e político. As feiras, os lavadouros e até mesmo as igrejas são conformadores dessa nova identidade.

Partindo da compreensão que não só os espaços políticos se configuram como únicos locais de tensionamento pelo poder, a reflexão prossegue em torno das disputas entre os gêneros dentro dos locais da fábrica. Elizabeth Souza-Lobo (2011), traz elementos essenciais para entender a base da discussão das mulheres dentro do mercado: a divisão sexual do trabalho.

Ao constituir a instituição da família e transformar a mulher em propriedade privada, o capitalismo cria mecanismos que corroboram com o imaginário de papéis cristalizados para homens e mulheres. Se pensarmos nas origens da divisão do trabalho sem considerarmos sua implantação nas manufaturas, verificamos que se usou uma argumento de ordem natural - ou seja, biológica - entre os sexos para inferir sobre as tarefas. No entanto, não é a biologia que está dentro dessas diferenças na formação da classe operária moderna.

Souza-Lobo (2011) questiona como essa divisão sexual do trabalho, baseada também nos princípios de o trabalho produtivo ser masculino e o reprodutivo ser feminino, corrobora para o argumento da ampliação do rendimento do capitalista. A divisão dentro da Fábrica de Tecidos Rio Tinto foi abordada por Francisco Silva (2003)[9], que aponta os setores que são mais marcados pela presença de mulheres e quais

[9] SILVA, Fernando Luís. **Cultura coronelista e administração estratégica de recursos humanos**: o caso da fábrica de tecidos Rio Tinto. Tese de doutorado em Administração, UFPB, João Pessoa, 2003.

postos são mais comumente ocupados por homens. As operárias não experimentam as mesmas possibilidades de ascensão que os operários. Entre as que ocupavam o chão da fábrica e as que estavam no escritório era que havia a maior divisão. O próprio recrutamento e oferta de trabalho para elas era marcado pelo essencialismo no que era considerado trabalho de homem e de mulher. Qualidades como atenção, sensibilidade e minúcia enquadram-nas em setores determinados. Durante o período de serviço elas sempre foram comandadas por um homem, que fiscalizava e corrigia tudo. Os cargos são, portanto, definidos pelo gênero, e tal atribuição determina a sua qualificação e remuneração. Aos homens cabe de maneira preponderante a possibilidade de ascenção e maior salário.

Ainda segundo essa autora, o trabalho, dentro da estrutura social, carrega as contradições do sexismo ao criar os locais de trabalho que cabem aos homens e os das mulheres. A disciplinarização das mulheres, desde o seu nascimento, é acompanhada também nas esferas do trabalho. Os limites para as mulheres são impostos desde a determinação do que elas podem ou não fazer até a não possibilidade de qualificação por meio dos argumentos essencialistas. Exemplo disso é a máxima de que cabe às mulheres o casamento e a maternidade e que, por isso, elas não se interessariam por qualquer atividade que viesse a ser contrária a esses interesses.

Ora, se as mulheres se aproximam pela perpectiva de gênero e de classe, qual a recepção que elas terão quando uma ascender a um dos postos de comando? E como as mulheres desenvolvem uma identidade de classe a partir da identificação de gênero? Frisa-se aqui a capacidade que a divisão sexual do trabalho tem de incorporar os elementos sociais de dominação sexista para a estrutura fabril. Portanto, de maneira muito eficaz, o capitalismo soube se apropriar dessa construção social da dominação e demarcou a estrutura de sexo, bem como a relação entre as mulheres.

Dentre os desafios estão os direitos trabalhistas e socias que são colocados como direito das mulheres trabalhadoras, como é o caso da luta por creches e licença-maternidade. Entretanto, eles beneficiam toda a classe. Essas ações, contudo, são manipuladas e apresentadas para parecerem de interesse exclusivo das mulheres, deturpando o benefício que é coletivo – embora, no geral, mesmo elas tenham assimilado e venham reproduzindo a visão de divisão dos papéis sociais entre os gêneros.

As experiências que as mulheres têm enquanto classe são inúmeras. Muitas acabam por viver com a marca da exploração e a certeza de que, além de responder a

mesma necessidade, o trabalho não proporcionou nada mais. Só submeteu-as a mais dominação — ainda que também possa torná-las um pouco menos dependentes do marido.

Partindo de algumas questões colocadas pela sociologia do trabalho e de outras da historiografia do trabalho, que serão mais desenvolvidas no capítulo adiante, almeja-se tecer mais sobre as vivências das mulheres desdobráveis[10], que carregam ainda muita dominação mas também resistem na afirmação de suas identidades. As alternativas são criadas e os limites são cotidianamente enfrentados. Como lembra Souza-Lobo (2011), é necessário maior estudo sobre o trabalho das mulheres, com o propósito de trilhar as rupturas que essas conseguiram empreender.

> Se a qualificação e carreira não fazem parte de seu universo possível, o trabalho guarda uma importância enquanto ruptura da privatização, possibilidade de sair de casa. Mas se a descontinuidade na carreira para aquelas que são casadas e/ou têm filhos está sempre no horizonte do possível, o medo do desemprego também existe. A interrogação que se coloca remete às mudanças nas trajetórias profissionais femininas. As pesquisas indicam a importância da qualificação na definição das trajetórias operárias femininas. Por outro lado, a emergência de uma geração de mulheres com uma prática de trabalho regular, vivendo um processo de integração à cultura urbana e mudanças nos padrões educacionais (maior escolaridade) permitem formular hipóteses de metamorfoses na subjetividade das mulheres trabalhadoras no sentido de uma integração do trabalho assalariado e mesmo do trabalho fabril como elemento que define sua identidade de mulheres.(SOUZA-LOBO, 2011, p. 103).

Esta perspectiva pretende articular a divisão sexual do trabalho, que consiste em definir quais trabalhos são considerados naturalmente como masculinos ou femininos, a partir dos pormenores que se conectam à manutenção dos trabalhos produtivos e reprodutivos dentro das relações sociais entre homens e mulheres. E como, inclusive nos dias de hoje, são criados mecanismos para fortalecer essa dicotomia. Considera-se ainda a diluição das fronteiras entre o público e privado, no momento em que o trabalho amplia a dominação das mulheres pelos homens.

2.3 A FÁBRICA DE TECIDOS RIO TINTO E A HISTÓRIA: CLASSE, GÊNERO, ESPAÇO, COTIDIANO E MEMÓRIA

[10] Baseado no poema "Com licença poética", de Adélia Prado. PRADO, A. Bagagem. São Paulo: Siciliano. 1993. p. 11.

As dificuldades de sobrevivência no campo, com a atividade apenas da agricultura, impulsionou a imigração em massa de famílias inteiras para a localidade onde se encontra hoje a cidade de Rio Tinto. A construção de vilas operárias ao redor da fábrica e a oferta de emprego para todos/as fixou essas pessoas, até então camponesas, numa embrionária cidade. Antes agricultores/as e agora operários/as, eles/as compartilharam um cotidiano semelhante tanto no ambiente fabril como nos espaços coletivos da vila operária. Tal convivência fez crescer aspectos de identidade de classe que, com o processo de vivência, vão sendo estopim para lutas operárias pelo reconhecimento da exploração que atingia a todos. O chão da fábrica, a troca de problemas do dia-dia entre os intervalos corridos, a própria mesa de bar e as ajudas pedidas ao sindicato fazem parte de um processo histórico, sempre em curso mas com momentos de ascenso e descenso, e que perpassam a formação de uma classe.

A escolha dos conceitos posteriormente trabalhados, em detrimento de outros, faz parte da construção da busca pela compreensão do cotidiano vivido pelas mulheres e pelos homens enquanto experiência da classe operária nos espaços de trabalho, de moradia e de ocupação da cidade de Rio Tinto.

Os espaços privados da classe trabalhadora não escapam do controle por parte dos donos da fábrica, nem muito menos as mulheres deixam de sofrer as consequências da responsabilidade do trabalho domésticos e da família por estarem ocupando postos de trabalho na esfera pública. Muitas mulheres continuaram trabalhando depois de casar e ter filhos/as. Mas por que muitas delas foram obrigadas a voltar ao espaço doméstico? Ou quantas sofreram violência doméstica por resistir ao trabalho? A questão do gênero e as suas distintas experiências nos espaços privados e públicos são também necessárias de serem compreendidas na história da fábrica.

O espaço em que se deu esse cotidiano é cheio de peculiaridades. Primeiramente foi construído o prédio da fábrica, e em seguida alguns outros prédios que dariam suporte à companhia tais como as casas da vila, hospital e escola dentre outros. A rotina e a criação de espaços de convivência só serão forjados a partir da dinâmica dos/as moradores/as, que foram os verdadeiros/as construtores/as da cidade, dando impressões diversas aos locais públicos.

A memória da cidade pode ser contada ou lida por meio das inscrições nos prédios e na própria dinâmica. Rio Tinto parece ter edificações paradas em um tempo e uma atividade econômica de outrora, possível de ser narrados pelos idosos/as e já

divulgados nos escritos sobre a temática. Optou-se no presente trabalho por se remeter à memória na busca da reconstrução do cotidiano vivido nos espaços.

A experiência histórica da classe operária da fábrica têxtil, dentro desse espaço demograficamente determinado de Rio Tinto, se constitui a partir de tamanha complexidade que alguns conceitos são resolutivos para uma satisfatória compreensão.

2.3.1 Classe

A questão da classe inicia este ponto de debate, uma vez que a presente pesquisa se debruça sobre o estudo do cotidiano de uma fábrica e uma cidade construída por operários e por operárias. Como indica Cristiano Lima Ferraz (2009), identificar em que lado da trincheira estão os que detêm os meios de produção e os contrários a isso, os/as que só têm a sua força de trabalho para ser vendida, é um ponto inicial para a discussão sobre classe operária. Acrescido a isso, os outros problemas sobre a classe que precisam ser abordados.

Apesar de Ferraz (2009, p. 279) realçar que: "Essa condição de classe é determinada economicamente pelo lugar ocupado pelo grupo na organização social da produção da existência", destaca também que, além da questão econômica, outros fundamentos precisam ser considerados, tais como as contradições impostas pelo capitalismo — que, dentre outros prejuízos, alimenta uma divisão da classe aos/as que ocupam o mesmo patamar dentro da produção.

Em busca de uma síntese, antes de continuar pontuando outros autores, cabe mais essa reflexão:

> A constituição das classes sociais é, então, um fenômeno sobre o qual atua um conjunto de mediações históricas – entendidas aqui como sobredeterminações – que atuam sobre determinações fundamentais dadas, imanentes ao próprio modo de ser do modo de produção como, por exemplo, no caso do capitalismo, sua característica estrutura de classes e a relação dos agentes com a propriedade privada dos meios de produção. (FERRAZ, 2009, p. 288).

A partir das contribuições de Ferraz (2009) e de outros clássicos, como E. P. Thopmson (2002), pretende-se apontar algumas discussões cujo horizonte é a abordagem da classe em formação, e com o subsídio de Marcelo Badaró Mattos (2008) e Octavio Ianni (2004) refletir sobre a construção dos complexos industriais, o fim da escravidão e o impacto na classe operária em constituição.

No prefácio do primeiro volume da obra *Formação da Classe Operária Inglesa* (1963), intitulado *A árvore da liberdade*, Thompson teoriza sobre sua posição quanto à análise do fazer-se da classe operária, no sentido de um caminho processual, estabelecida através de relações que se localizam em seus respectivos contextos. Renegando a definição de classe como uma estrutura ou como uma categoria, e localizando-a dentro do curso da história, Thompson (2002, p. 9-10, grifo do autor) explica sua posição, que já foi alvo de muitas críticas:

> Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma "estrutura", nem mesmo como uma "categoria", mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.

Por definir a classe que se faz correlacionada a seu contexto, Thompson aponta dialeticamente como ela se forma baseado na vivência da produção/trabalho, onde a aproximação ocorre a partir das relações que são estabelecidas no compartilhar de experiências semelhantes. Como definição desse último ponto o autor adverte que: "A experiência de classe é *determinada*, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente". (THOMPSON, 2002, p. 10, grifo nosso).

A construção de uma unidade, a partir do reconhecimento enquanto classe e da possibilidade de ser esse o motor para a organização e luta política, é conceituada por Thompson (2002, p. 10) como a consciência de classe que "[...] é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais". O autor recebe críticas que vão desde a atribuição culturalista à formação da classe (FERRAZ, 2009), até que a consciência não levaria necessariamente a uma organização coletiva para reverter o quadro de exploração pelo sistema.

É pertinente pontuar que a leitura feita sobre a classe operária da cidade de Rio Tinto é embasada nesse arcabouço teórico de Thompson. Através de suas contribuições sobre os aspectos culturais e econômicos é possível se construir a história da classe. Portanto, é considerado o conceito de classe como algo que não é inerte, sendo assim dependente de e relacionado a um processo histórico que é dotado de temporalidade e

ações coletivas. A luta, a classe e a consciência caminham assim em conformidade segundo Thompson (2002, p.274):

> […] as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer descoberta de sua consciência de classe.

No âmbito da discussão a partir das particularidades históricas da América Latina e especialmente no Brasil, a classe trabalhadora ganha conotações distintas, especialmente pelo impacto da escravidão na formação social e econômica. Em seu trabalho de 2004 Octavio Ianni contextualiza o final do século XIX, com as profundas mudanças de cunho social, econômico e cultural, vivenciadas no Brasil: "O progresso possível do sistema econômico-social passou a depender (agora claramente) da eliminação do trabalhador da esfera dos meios de produção." (IANNI, 2004, p. 17). Consolidar uma produção que seja competitiva no mercado mundial, passava pela racionalização da força de trabalho, isto é, pela mão de obra livre, como escreve o autor:

> Para que a atividade produtiva do trabalhador adquira a condição de mercadoria, é necessário que o trabalhador ganhe a liberdade. Como cidadão, ele venderá a sua força de trabalho no mercado, segundo as tendências de oferta e da demanda. (IANNI, 2004, p. 20-21).

A conformação da cidadania para ex-escravos/as e para imigrantes, esteve muito longe de colocar os dois grupos em igualdade na disputa de empregos nas pequenas indústrias e manufaturas. Em diversas cidades a formação da classe trabalhadora livre teve presença presença preponderante dos europeus e das européias. De maneira sintética, pode-se destacar alguns pontos sociais, econômicos e culturais, presentes em meios do século XIX:

> A dignificação das atividades braçais ocorre, durante a metade do século XIX, em concomitância com o abolicionismo e a imigração, a modernização da cafeicultura e o primeiro surto de criação de unidades fabris. É o processo ideológico por meio do qual se rompe, ao mesmo tempo, a contradição entre a mercadoria e o escravo, entre os princípios da igualdade e da liberdade, por um lado, e a escravidão, por outro. (IANNI, 2004, p. 50).

O historiador Marcelo Badaró Mattos (2008) traz a realidade da convivência entre a escravidão e o trabalho livre nas primeiras experiências fabris no Rio de Janeiro, e considera "como processo e relação" a formação da classe trabalhadora. Não adota a partir de 1888 como marco inicial da classe operária livre, no entanto, considera os processos anteriores como determinantes para a classe ser um acúmulo de tudo isso. Segundo o autor a discussão sobre o tema está sendo pontuada constantemente:

> A hipótese de que na formação da classe trabalhadora no Brasil, no período da segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX, foram importantes não apenas as experiências acumuladas pelos artesãos e demais homens livres que primeiro vivenciaram a proletarização, mas também as dos escravos e ex-escravos, que compartilharam com os livres espaços e processos de trabalho […]. (MATTOS, 2008, 16).

De acordo com o que será discutido no capítulo seguinte, as primeiras iniciativas de manufatura não iniciam com a abolição da escravatura, são apenas continuamente intensificadas depois desse marco. Mas nesse período anterior, já é possível se verificar tais empreendimentos e, portanto, a convivência do trabalho livre e escravo. Porém, o fomento ao consumo só se daria efetivamente a partir de uma formação de classe trabalhadora livre e consumidora.

É então a partir desses teóricos, que apontaram os elementos para o conceito de classe como um processo histórico, que será feita a análise daqui para frente sobre a classe operária, perpassada pela luta e construção da consciência.

2.3.2 Gênero

A relação entre classe e gênero já foi largamente estudada, e vivenciada pelas mulheres da classe operária, especialmente no que tange à marginalização destas. Segundo alguns estudos mais ortodoxos o gênero poderia ser usado para a separação da classe, no entanto, se defende seu estudo para a superação de muitas das opressões do sistema capitalista que se alicerçam na diferença entre homens e mulheres. Portanto, a reflexão do gênero é primordial na maior unidade da classe, com o intuito de ultrapassar tanto a ideia de homens e mulheres do operariado como rivais, ou da responsabilização (apenas) das mulheres pelo trabalho doméstico e cuidado com a prole. Mattos (2008, p.

209) ressalta a questão da opressão de gênero dentro da formação da classe operária neste trecho:

> Outro fator de distinção entre os trabalhadores se dava pela diferença de gênero. Como crescimento do emprego das mulheres no setor fabril, a partir do final do século XIX, encontram-se com maior frequências as afirmações de que era delas a responsabilidade pelos baixos salários que recebiam, bem como pela redução do patamar salarial geral. Mesmo nos momentos em que a afirmação da identidade de classe se dava de forma mais explícita, como no Congresso Operário de 1906, é possível encontrar essas marcas da discriminação de gênero manifestando-se na culpabilização das mulheres pela forma como seu trabalho era explorado pelos patrões.

Os argumentos morais iam ao sentido de promover o retorno das mulheres ao espaço doméstico e, vinham desde os companheiros operários, dos maridos e da leis que estavam sendo formuladas. Ao ocuparem os chãos das fábricas na Revolução Industrial, as mulheres tinham de levar seus filhos e filhas para o ambiente insalubre durante várias horas do dia. Ora, a sua contribuição no orçamento da família era necessária e na ausência das creches, elas precisavam submeter as crianças aos espaços de produção. Isso era, portanto, argumento para convencê-las do retorno às casas. Somado a tal fato, os homens apontavam o abandono dos cuidados e afazeres domésticos pelas mulheres. O discurso do movimento operário não se privou de usar tais premissas e endossou a divisão sexual do trabalho, dividindo entre o que é a função do homem e da mulher na espera da produção e reprodução.

O gênero, como categoria de análise, tem como objetivo identificar as opressões contra as mulheres que são inerentes ao sistema. Portanto, o foco será o estudo da história das mulheres, e relação destas com os homens, através de suas bases cultural e material.

Portanto, será impossível de abordar aqui todas as percepções que envolvem a problemática teórica do gênero, mas não se deve perder de vista "[...] uma dimensão materialista e de uma perspectiva de totalidade a subordinação da mulheres" (CISNE, 2005, p.7-8).Serão suscitadas algumas que são clássicas e que caminham pelas ideias da história das mulheres, bem como dos estudos de gênero propriamente dito.

Joan Scott (1986), Elisabeth Souza-Lobo (2011), Mary Del Priore (1997;2005), Michelle Perrot (1988) e Heleieth Saffioti (1969; 2004) são algumas das autoras aqui discutidas. Entretanto, a incorporação dos estudos do gênero e das mulheres dentro da História suscitou e ainda provoca importantes pesquisas sobre historiografia. É o caso

dos trabalhos de Margareth Rago (1985;1998), Louise Tilly (1994), Andréia Gonçalves (2006), Maria da Fátima Cunha (2000), Maria Izilda Santos de Matos (2000; 2002; 2013), entre outras.

Como destaca Maria Izilda Santos de Matos (2013), o livro *A mulher na sociedade de classes. Mito e Realidade* de Heleieth Saffioti (1969) é um demarcador do estudo das mulheres e o mercado de trabalho desde antes do sistema capitalista e, especialmente, inserido nele. Essa obra é, portanto, norteadora do debate que é conduzido no momento, expressando assim também as motivações da abordagem sobre o gênero e o uso do patriarcado.

Inicialmente, serão apresentadas algumas questões de Joan Scott sobre o gênero para, em seguida, trazer outras perspectivas que, somadas a essa, serão colocadas ao longo do texto. Scott é uma historiadora nascida nos Estados Unidos e que publicou um dos artigos mais debatidos sobre o tema: *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1986)[11]. Ao abrir seu texto, a autora parte da definição do termo "Gênero" encontrada no dicionário Oxford, elucidando como ocorrem os usos desse conceito. Mesmo que o pioneirismo das discussões sobre o tema seja de Gayle Rubin (1975) - salientando também as incursões sobre o tema realizadas por Robert Stoller (1968) -, com o artigo *O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*, é a partir do horizonte de discussões trazido por Scott que a produção toma fôlego.

Dentre alguns questionamentos levantados por Scott (1986, p.3) um fundamental é a conceituação do uso do gênero como categoria de análise não de maneira descritiva ou pontual, na escrita da história. Por que ele é tão necessário?

> Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise.

E continua defendendo, por que usar gênero e não mulheres?

> Nessas circunstâncias, o uso do termo "gênero" visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, porque o gênero tem uma conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres". O gênero parece integrar-se

[11] O artigo originalmente foi publicado na Gender and the Politics on History. No Brasil, foi traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

> na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa)- do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada da posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o "gênero" inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do "gênero" é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980. (SCOTT, 1986, p.3).

Mesmo que se empreenda a fuga aos aspectos biológicos, além de culturais, que determinam o que é do homem ou da mulher, Scott ressalta como ainda na história social essa definição não é abarcada nos estudos que versam sobre política e poder, por exemplo, restringindo-se ainda a uma descrição ligadas a temas específicos. "O gênero é um novo tema, novo campo de pesquisas históricas, mas ele não tem a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes." (SCOTT, 1986, p. 4).

Segundo Scott (1986, p. 12-13), é do fim do século XX a definição de "gênero, como o meio de falar de sistema de relações sociais ou entre os sexos […]." A autora reconhece assim o esforço das feministas de implementar o gênero dentro das teorias sociais e mostrá-lo como categoria de análise essencial para quem se propõe a repensar o modo de fazer pesquisa. E sobre esse ponto em especial, Scott salienta como essa nova maneira de pensar e desenvolver o conhecimento é primordial para os/as historiadores/as que se propõem a não cristalizar os problemas estudados e fugir do modelo sobre o que é de homem e o que é de mulher.

Por fim, a historiadora trata as divisões teóricas que fazem parte de sua concepção de gênero, que pode ser sintetizada nessa sentença: "[…] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder." (SCOTT, 1986, p. 21)

De maneira mais detalhada, a historiadora levanta alguns pontos que são fundamentais para pensar o gênero como uma categoria de análise bem articulada. Primeiro, a desconstrução de símbolos que perpetuam imagens sobre a representação da mulher, muito alimentadas também pela religião - como é o caso de Eva e Maria. Segundo, a existência de "conceitos normativos", que funcionam para estabelecer a

dicotomia entre ser homem e mulher dentro de instituições que fazem parte da nossa sociabilidade. Essa segunda alia-se à terceira, que versa sobre a necessidade de não restringir o gênero à esfera privada e entendê-lo como algo difundido e intrínseco ao mundo público, seja no ambiente de trabalho, sistema político ou educacional. O último é um argumento histórico sobre "identidade subjetiva" e sua devida análise a partir do contexto estudado. (SCOTT, 1986, p. 14).

Todas essas definições dialogam com a outra chave da concepção defendida pela estudiosa, que chega ao ponto do gênero e o poder. Sobre isso é importante ressaltar como "[…] o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social" (SCOTT, 1986, p.15). A forma masculina de se fazer política e o enclausuramento histórico das mulheres aos espaços privados caracterizam os discursos e práticas produzidos até hoje dentro desses espaços de poder. Repensar essas visões sobre o gênero e como ele está associado à produção do poder é, portanto, essencial para produção desse novo conhecimento em que as mulheres estão inseridas, como lembra Scott (1986, p. 20):

> […] essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também, a classe e a raça.

É justamente aqui que articulamos a definição e a perspectiva apontada por Scott com a de Elisabeth Souza-Lobo (1991;2011), onde ela estuda vários aspectos do trabalho das mulheres do ABC paulista e suas resistências. Esse compêndio de artigos nos fornece elementos importantes, que vão desde as organizações sindicais no ABC da década de 1970 e 1980 até a conceituação da mais-valia feminina, passando pelas teorizações de gênero apontadas em seguida.

A definição de Souza-Lobo (2011, p. 187) para o gênero está dissolvida ao longo dos artigos mas. em uma parte dos textos intitulada *Os usos do gênero*, que é fruto de uma exposição na USP sobre "Relações de sexo - relações de gênero" (1987), a autora parte de dois pressupostos teóricos para entender os estudos do tema: um que caminha pelo "gênero como categoria analítica" e outro que insere os estudos sobre "mulheres".

A autora inicia sua análise a partir da dúvida que consumia muito as feministas durante suas primeiras incursões na pesquisa sobre gênero: onde estaria e de onde viria a dominação das mulheres? Alguns estudos vão pelo horizonte do domínio a partir da

sexualidade, enquanto outros acreditam na ideia de autoridade sobre a força de trabalho. A primeira perspectiva se aproxima da definição mais comum sobre Patriarcado, e nesse momento, a autora tece um comentário a partir da crítica de Sheila Rowbothan (1984) alegando que tal categorização se importaria mais com as questões do econômico, afastando-se do "sistema social-ideológico". Mais adiante, Souza-Lobo (2011, p.188) retoma a historicização das relações e sobre as mudanças nas concepções do gênero, lembrando:

> Isso significa enfatizar que as representações de mulheres e homens, contidas nas formas históricas de suas relações, não são as mesmas. A sexualidade, a maternidade ou a força de trabalho foram objetos de concepções distintas e, consequentemente, as relações de controle ou dominação entre homens e mulheres configuram formas distintas.

Em aspectos mais gerais, Souza-Lobo (2011) vai muito à confluência do que foi escrito por Joan Scott (1989) inclusive na questão de relacionar gênero ao poder. Ademais, a psicanálise é levantada pela pesquisadora, que lembra sua validade embora a teoria não deva ser restrita a ela e a construção do gênero nos espaços privados a partir das relações familiares, uma que vez que as relações de gênero se incorporam a várias dimensões.

> As dicotomias produção-reprodução, esfera pública e esfera privada se desfazem, uma vez que as relações de gênero permeiam as várias esferas, cujas demarcações são fluídas, historicamente situadas, diferenciadas nas culturas e nas sociedades. (SOUZA-LOBO, 2011, p. 189).

A problematização de como o poder é constituído e sua influência na concepção de gênero perpassam os estudos de Scott e de Perrot (1986), bem como de outras feministas: "[…] as imagens do masculino e do feminino não só consolidam diferenças como contêm hierarquias: são imagens de poder". Acrescido a isso, "[…] estudos mais atentos à problemática das relações de gênero, e não apenas à descrição do sexo dos atores sociais, suscitaram a questão da articulação entre vida privada e vida pública […]".(SOUZA-LOBO, 2011, p.190-191).

A construção do poder e suas modificações no tempo-espaço são essenciais para o entendimento de como se dão as relações de gênero e, portanto, da imagem formada do homem e da mulher. Souza-Lobo (2011) finaliza o artigo com uma reflexão sobre a individualização do estudo sobre mulheres a partir da construção de uma história ou sociologia exclusiva sobre o tema. Partindo da defesa de que a construção do gênero

está diluída na sociedade, perpassando suas relações, não pode ser estudada/analisada como algo isolado, considerando todos os problemas de limitar a produção e não ampliá-la no sentido de promover uma verdadeira mudança nas concepções teóricas e na forma de escrever a história e a sociologia. A pesquisadora aponta como argumento final a retomada do que foi exposto no seu artigo, além do que já havia sido levantado por Scott (1989), sobre a importância da produção dentro dos espaços da academia e da política, ou seja, na disputa do poder.

> É nesse espaço que se coloca a problemática do gênero como relação social que atravessa a história e o tecido social, as instituições e as mentalidades, objeto interdisciplinar por excelência, ao mesmo tempo do domínio das teorias sobre família, mercado de trabalho, processo de trabalho, cidadania, partido político e movimentos sociais, tanto quanto da subjetividade. (SOUZA-LOBO, 2011, p.192).

No caminho da defesa da produção da história das mulheres a historiadora, Mary Del Priore (2005), em artigo intitulado "História das Mulheres: as vozes do silêncio", faz um balanço sobre a produção de estudos sobre as mulheres dentro das academias e a importância do feminismo para essas transformações. Por fim, desenvolve algumas ponderações, tanto sobre a História das Mulheres no Brasil quanto sobre como se deu a inserção dos estudos de gênero aqui, e o porquê de não apartar totalmente esses dois pressupostos teóricos.

A autora parte das primeiras modificações ocorridas na década de 70, favorecidas pelo movimento feminista e pela organização das mulheres no enfrentamento dentro da academia, e que vieram a impulsionar a quebra de paradigmas e as mudanças ocorridas nas pesquisas históricas. No entanto, esse entusiasmo não criou raízes nem teve considerável caráter transformador. Sendo assim, a autora aponta como nos anos 80 novamente não se constata uma alteração epistemológica no modo de se escrever a história: "Constatava-se que, mesmo tendo revelado episódios inéditos do passado das mulheres […] estava-se condenado a fazer uma história paralela". (PRIORE, 2005, p.223). Enquanto recurso para tal situação, a autora aponta:

> A solução foi mudar a abordagem. Tornava-se urgente abraçar o campo histórico como um todo, sem restringi-lo ao território do feminino. Era preciso interrogar as fontes documentais sobre as mulheres de outra maneira. Doravante, a divisão sexual dos papéis é que seria sublinhada. Teria sido justamente sobre a partilha entre homens e mulheres que o silêncio da história se abatera com maior peso. (PRIORE, 2005, p. 224-225).

Essa nova forma de se propor a construir a história e as novas possibilidades de pesquisa, muito incentivadas pela história social, influenciaram diretamente as pesquisas no Brasil. Uma dessas aberturas é o uso da história oral, que é essencial na produção da história das mulheres uma vez que os registros oficiais representam muito pouco suas memórias.

Por fim, na discussão sobre o gênero e a produção da história das mulheres, Priore (2005, p. 233) aponta a sua posição sobre essa sobreposição de teorias:

> Como bem lembra Gianna Pomata, a história do gênero compreendida como história da construção social, através de discursos e práticas, de categoria do masculino e do feminino é legítima e representa um território útil à pesquisa histórica. Mas não podemos confundi-la com a história das mulheres nem, tampouco, obliterar a necessidade de uma história social das mulheres. A tarefa da história das mulheres- insiste a mesma autora, com a qual concordamos- não é desconstrução dos discursos masculinos sobre as mulheres, mas, sim, a ultrapassagem da pobreza dos fatos que tornou a vida dessas atoras sociais tão descarnada. É preciso fazer uma história erudita, baseada num máximo de informações, guiada por um fio que conduza, através da realidade concreta, ao fato material e social, história capaz de criar um entorno que nos ajude a compreender qual o efeito prático dessa avalanche de discursos sobre a vida da mulher ou quais são as relações entre discursos e práticas.

Priore (2005, p. 235) defende, até a conclusão do seu texto, a necessidade de produzir a história das mulheres "para fazê-las existir, viver e ser" e aponta que a função dos/as historiadores/as ao incorporar as mulheres "[…] deve ser a de enfocá-las através da submissão, da negociação, das tensões e das contradições que se estabeleceram […]."

Sendo assim, sua preocupação maior é de entender porque essa história ainda não incorporou de maneira total as mulheres e não se propôs a entender as motivações das diferenças e desigualdades. Sua preocupação caminha mais no sentido de pensar as possibilidades de se ampliar a construção da história das mulheres, e pouco debate a questão do gênero e sua possibilidades metodológicas.

Por fim, para não alongarmos tanto, apontaremos aqui um pouco da discussão realizada por Saffioti (1969), esboçada no seu livro "A mulher na sociedade de classes", e seu pioneirismo ao trazer para o Brasil a discussão entre gênero e classes. Renata

Gonçalves (2013)[12], estudiosa da obra de Heleieth Saffioti, abre a terceira edição do livro com o artigo intitulado "O pioneirismo de A Mulher na Sociedade de Classes", e nos indica qual era a principal finalidade de realizar essa obra, escrita em tempo recorde e com um vazio de discussões dessa natureza sendo realizadas no Brasil:

> […] uma ambição teórica que consistia em examinar como a desigualdade entre os sexos opera na sociedade de classes de forma a alijar grandes contingentes do sexo feminino. Em A Mulher na sociedade de classes, a autora pretendia fazer um estudo comparativo entre as sociedades de capitalismo avançado e o Brasil, com capitalismo "subdesenvolvido" (termo em voga na época), para descobrir como as determinações do sexo de inseriam concretamente no funcionamento destas sociedades. (GONÇALVES, 2013, p. 12-13).

Para Saffioti (2004, p. 45), o gênero não deve ser restrito a uma "categoria de análise", acrescentando que ele também é uma "categoria histórica". No entanto, em consonância com outras autoras, coloca que "[…] o gênero é a construção social do masculino e do feminino."

E como justificativa para usar tanto o gênero como o patriarcado em suas análises Saffioti (2004, p.45) aponta:

> […] e as que trabalham, considerando a história como processo, admitindo a utilização do conceito de *gênero* para toda a história, como categoria geral, e o conceito de *patriarcado*, como categoria específica de determinado período, ou seja, para os seis milênios mais recentes da história da humanidade.

Saffioti (2004, p. 44) argumenta que o patriarcado, "[…] regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens", mesmo em seu curto período de existência, apresenta uma gradação dentro da história e se espalha rapidamente por dentre as esferas sociais. Para melhor elucidar a presença do patriarcado dentro da nossa sociedade, a socióloga se utiliza de Carole Pateman (1993 apud SAFFIOTI, 2004, p.54) que, através da análise baseada no *contrato sexual*, mostra que "[…] ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno" e se explica a dominação das mulheres pelos homens, fazendo uma analogia com o *contrato social*.

---

[12] GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de A Mulher na Sociedade de Classes. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Ao longo de sua vida acadêmica e militante, Saffioti (2004) amadureceu os seus estudos sobre violência. Sua escolha teórica do uso da ordem patriarcal de gênero, se deu no intuito de explicar tanto a questão da inserção das mulheres no mundo do trabalho, e como a sociedade se organiza a partir da dominação-exploração. Importante ressaltar que esse conceito não orienta uma essencialização da opressão, e nem é utilizado aqui numa busca incessante para a descoberta do início da dominação. As mulheres sempre criaram mecanismos de resistência e de sobrevivência frente aos limites que tinham. Contudo, por pesquisarmos as diferenças que permeiam a classe operária dividida em homens e mulheres culturalmente construídos e com atributos distintos, o patriarcado auxilia na localização desses lugares de poder na realidade fabril.

Em busca de justificar a importância de usar essas três vertentes (estudos de mulheres, gênero e patriarcado), pontua-se: "Não se trata de defender a tese de que os estudos sobre mulher(es) devam ceder espaço, inteiramente, aos *estudos de gênero*. Há ainda muita necessidade dos primeiros, na medida em que a atuação das mulheres sempre foi pouquíssimo registrada e que, por via de consequência, a maior parte de sua história está por ser estudada" (SAFFIOTI, 2004, p.103).

Estudar a história das mulheres é fundamental para compreender o "caráter histórico do patriarcado" (SAFFIOTI, 2004, p. 104) e assim perceber que, em todos os períodos históricos, os homens não estiveram necessariamente motivados a dominar as mulheres. Saffioti (2004, p. 112) reconhece que a perspectiva de Scott de colocar o "poder no centro da organização social de gênero", foi fundamental para o avanço de uma concepção sobre a percepção das mulheres na sociedade, mas considera prioritário apontar as desigualdades e elaborar um modelo para superação dessa realidade. Cabe também o destaque da historicidade do patriarcado e da abrangência do gênero:

> O exposto permite verificar que o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também as relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero. (SAFFIOTI, 2004, p. 118-119).

Sobre a questão do gênero em Thompson (2002), a socióloga lembra como Scott (1988) pontuou que houve limitações da escrita deste no quesito gênero:

> Escrevendo sobre uma obra de Thompson, Scott percebeu corretamente que este autor, ao mesmo tempo, não excluía as mulheres da classe trabalhadora inglesa desde sua gênese, mas as marginalizava do processo de sua formação. É óbvio que seria impossível negar a presença das mulheres das fábricas durante a Revolução Industrial e posteriormente. Desta sorte, elas não estão ausente do estudo de Thompson. Entretanto, o autor não revela a participação feminina no próprio processo de construção desta classe. (SAFFIOTI, 2004, p. 114).

É imprescindível esclarecer sempre que os estudos sobre gênero precisam também entender como as experiências vivenciadas por homens e mulheres é distinta e que, para um melhor entendimento das diferenças entre ambos, os estudos precisam partir da problemática dessas representações.

Para justificar o uso do gênero e patriarcado, Saffioti (2004, p. 132-133) aponta 3 três razões, das quais destaca-se uma :

> 2. O uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, já que um é genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios, o primeiro cobrindo toda a história e o segundo qualificando o primeiro, ou, por economia, simplesmente a expressão patriarcado mitigado ou, ainda, meramente patriarcado […].

Portanto, é necessário não desprezar o patriarcado, uma vez que se compreende o gênero como um conceito amplo e possível de ser manipulado, de maneira não favorável às mulheres que estão do lado mais fraco do sistema de dominação-exploração e, como Scott pontuou, é imprescindível pensar como o gênero está em todas as sociedades e tem possibilidade de aliar-se ao poder e perpetuar as práticas de desigualdade, conforme reflexão de Saffioti (2004, p. 136):

> Neste sentido, e contrariamente ao que afirma a maioria das(os) teóricas(os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana.

2.3.3 Espaço

A resistência e ocupação dos espaços por parte das mulheres é um tema muito relevante, sejam eles públicos ou privados, e a associação entre gênero e espaço rende boas discussões em várias áreas do conhecimento. Até pouco tempo, coube às mulheres

a fixação no núcleo domiciliar e a negação quase que completa de ocupar a cidade, que carrega aspectos fortemente masculinos, de maneira autônoma. A forma de ocupar e ressignificar esses espaços — por agora será trabalhada a cidade — é um jeito de analisar como as mulheres e os homens constroem, mediante suas particularidades, a vivência no ambiente urbano.

A princípio, serão pontuados alguns problemas levantados por José D'Assunção Barros (2006) onde o tempo e, portanto, o contexto, é a base para o estudo sobre o espaço. Seja o tempo presente ou a memória, o autor utiliza das temporalidades para adiante ilustrar como se dá a interação entre a história e a geografia, nas elaborações espaço-temporais.

Para este historiador,

> […] o espaço pode ser abordado como uma área indeterminada que existe previamente na materialidade física (e, neste caso, ainda não estaremos considerando as noções de 'espaço social', de 'espaço imaginário' e de 'espaço literário' que já foram mencionadas). (BARROS, 2006, p. 463).

Destaca-se que o diálogo com a região - um espaço possuidor de definição - ,pode ser realizado com a organização física e política do espaço, resultado de uma produção por parte da população que nela habita. Já a territorialização, enquanto um espaço demarcado pelo poder, pode ser associado ao caso das compras de terra, modificação e habitação - como no caso de Rio Tinto, que surgiu através de uma privatização espacial. (BARROS, 2006).

O caso em estudo nesse presente trabalho, da formação de uma cidade-fábrica, vivencia em suas particularidades a contradição a partir da relação campo e cidade. Na formação dos núcleos urbanos de maior porte, essa tensão foi frequentemente vivenciada com o incremento da produção industrial. As cidades eram pouco habitadas ainda no século XIX, a produção ainda era muito baseada em produtos agrícolas e, portanto, a população vivia no meio rural. Com a grande oferta de trabalho no espaço urbano, é iniciada a vida no espaço citadino - com a classe trabalhadora ocupando lugares periféricos - e a indústria absorvendo a força de trabalho das pessoas que chegavam de zonas rurais, em grande medida.

O autor também aponta as influências que a geografia de Vidal de La Blache teve na Escola dos Annales, tanto na produção mais conhecida de Fernando Braudel, *O Mediterrâneo*, como nas produções sobre história local (análise de "micro-espaços ou

espaços localizados". Sobre a produção de Braudel, Barros (2006, p. 466) enfatiza uma de suas principais características ao incorporar essa influência: "[…] a ideia de estabelecer como ponto de partida da análise historiográfica o espaço geográfico."

Sobre a dominação de uma terra e sua transformação, no intuito de retirar dela mercadorias, pode ser enfatizado esse trecho onde o autor disserta sobre pontos cruciais na reflexão sobre Rio Tinto e a fábrica:

> Mas poderíamos mais uma vez unir estas pontas e dizer que "o ato de produzir é igualmente o ato de produzir territórios". Cultivar a terra é dominar a terra, é impor-lhe novos sentidos, é apartá-la do espaço indeterminado inclusive frente a outros homens, é exercer um poder e obrigar-se a um controle. Fabricar mercadorias (ou controlar a produção de mercadorias) é invadir um espaço, é adentrar esse complexo campo de forças formado pela produção, circulação e consumo, e tudo isto passa também por exercer um controle sobre o espaço vital dos trabalhadores, sobre o seu tempo. (BARROS, 2006, p. 475).

Em diálogo com o que foi acima colocado por Barros (2006) e que será retomado adiante, será utilizado por ora como ferramenta de guia para as primeiras compreensões das teorias trabalhadas por Marcos Aurélio Saquet e Sueli Santos da Silva (2008).

Nesse artigo, oriundo de pesquisas e reflexões do Grupo de Estudos Territoriais (Getter/Unioeste), Saquet e Silva (2008, p. 2) apresentam uma reflexão acerca dos aspectos teórico-metodológicos, especialmente sobre "[…] os conceitos de espaço, tempo e território […]",contidos em quatro obras do geógrafo Milton Santos (1978[13]; 1982[14];1985[15];1996[16]).

Dialogando com a reflexão acima citada trazida por Barros, a intervenção no espaço e a ligação com a produção do capital são fundamental ponto norteador da compreensão marxista adotada por Santos e, constrói sentido na análise da intervenção e apropriação do espaço onde foi edificada a Fábrica de Tecidos Rio Tinto.

A respeito da ampla definição de definição de espaço, vale reproduzir aqui a problemática levantada por Santos (2004, 151-153)[17]:

---

[13] SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

[14] SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

[15] SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

[16] SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

[17] Fizemos uso de edições mais recentes das estudadas por Saquet e Silva (2008), quando referimo-nos a Milton Santos.

> Que é, então, o espaço do homem? É o espaço geográfico, pode-se responder. Mas o que é o espaço geográfico? Sua definição é árdua, porque a sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social. […] O espaço como categoria permanente seria uma categoria universal preenchida por relações permanentes entre elementos lógicos encontrados através da pesquisa do que é imanente, isto é, do que atravessa o tempo e não daquilo que pertence a um tempo dado e a um dado lugar, quer dizer, o propriamente histórico, o transitório, fruto de uma combinação topograficamente delimitada, específica de cada lugar. A noção do sistema social atravessa a noção desse tempo e desse lugar e é o fundamento da definição desse *nosso espaço*, o segundo tipo de espaço a definir. De qualquer maneira, tanto num caso como no outro, as definições não podem ser imutáveis, fixas, eternas. […] O espaço deve ser considerado com um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos de passado e do presente. Isto é, o espaço se define com um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

Essa conceituação acima exposta nos dá conta de como tais definições sobre o espaço estão em constante mutação - e isso é característico em sua obra -, bem como, apresenta uma forte ligação com a dinâmica social do seu tempo e, portanto, com a história. Ou seja: são as pessoas que, em relação com sua temporalidade, intervêm e produzem assim sua morada, seus espaços sociais permeados pelos aspectos de uma época. E essa intervenção é feita antecipadamente no território[18] para, a posteriori, se ter a produção do espaço. (SAQUET; SILVA, 2008). Como resumo, Saquet e Silva (2008, p.10) apontam que "[…] assim, Milton Santos dá centralidade ao sujeito-homem na construção do mundo e do espaço".

No livro *Espaço e sociedade*, Santos (1982, p. 10) incorpora à definição de espaço a da Formação Econômica e Social que, segundo o geógrafo, é :

> […] a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para

[18] Dois esclarecimentos sobre o território: a delimitação dele vai além do poder estatal de intervenção para criá-lo. E as relações de poder interferem precisamente na sua delimitação ou não, que se associa as dinâmias oriundas das relações sociais. (SAQUET; SILVA, 2008, p. 8-9).

> transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta.

Ao agregar também a categoria da divisão social do trabalho, Milton Santos historiciza a formação econômica, social e urbana do Brasil, fazendo sempre a comparação com outros países, a exemplo dos que, no contexto da nossa colonização, já estavam em outro patamar dentro dessa divisão social do trabalho e, sendo assim, já se encontravam em outro nível de organização espacial. Dialogando com essa informação, encontramos no texto de Saquet e Silva (2008, p.12): "Assim, para Milton Santos, o espaço é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das necessidades de circulação e distribuição".

Em 1985 é lançado o livro *Espaço e método* também do geógrafo Milton Santos. Ao iniciá-lo e retomar o conceito de espaço, o autor já rememora as duas obras citadas aqui anteriormente, nas quais estão expostas outras explicações a respeito da temática. Nesse momento é conceituado o seguinte:

> […] o espaço assim definido seja considerado como um *fator* de evolução social, não apenas como uma condição. Tentemos, porém, apesar das dificuldades, dar resposta às diversas indagações. Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. (SANTOS, 1985, p. 1, grifo do autor).

No caminho que já vinha seguindo, Santos (1985, p.6) explica a construção dos territórios e do espaço a partir de elementos sociais e outros, que são carregados de história. Contudo, ao contexto de produção e reprodução no espaço por meio do trabalho, o geógrafo acrescenta nessa reflexão o meio ecológico que, segundo o mesmo, "[…] é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano."

Por último, Saquet e Silva (2008) trazem algumas reflexões sobre uma das obras mais maduras do autor, *A natureza do espaço* (2006), onde o conceito de território ganha novas abordagens a partir das reflexões com base na interdisciplinaridade da geografia, filosofia e outras ciências. A técnica, que interfere na construção dos espaços,

aparece aqui da mesma maneira que liga o tempo e ao espaço, às diferentes formas de divisão social do trabalho e à globalização, por exemplo, e tudo isso contribuindo para a compreensão de que a construção dos territórios é provocada pela humanidade - negando assim uma "natureza natural" desse fenômeno. (SANTOS, 2006, p. 17).

A incansável tarefa de Milton Santos no entendimento dos aspectos geográficos, políticos, econômicos e sociais que dão base para a formação do espaço foram muito úteis ao campo da história. Foi essencial no momento de se debruçar sobre os estudos dos processos urbanos na perspectiva da formação das cidades, e esse é o caso na pesquisa que aqui está sendo desenvolvida. Para tanto, foram utilizadas algumas reflexões propostas por José D'Assunção Barros (2012) em *Cidade e História*.

O historiador pretende trazer no livro discussões sobre a cidade e suas diferentes abordagens teóricas, sob a influência de várias ciências desde meados do século XIX, quando os estudiosos do tema já apontavam que as origens citadinas estavam "[…] em torno de *instituições sociais"* (BARROS, 2012, p.14)[19].

Durante o século XX, a historiografia caminha aos poucos em direção ao indivíduo para construir outras origens da cidade, extrapolando as visões apenas sobre as instituições e a política e incluindo aspectos culturais, econômicos e sociais. Dentre os muitos conceitos levantados por Barros (2012) para apreender a cidade, escolhemos pela apreciação da cidade como um texto, pois, segundo o autor, através da influência da semiótica seriam mais favorecidos nessa leitura os citadinos e, pontualmente, os visitantes. Portanto, os espaços existentes na cidade têm algo a dizer sobre como ela é organizada e de quais divisões sociais e econômicas ela está impregnada. Sua conformação arquitetônica diz também sobre esses aspectos já citados e conta de sua convivência, harmoniosa ou não, com diversas temporalidades.

Dialogando com as definições de intervenção do espaço estudadas por Milton Santos (1982; 1985; 2004; 2006), Barros (2012, p. 14) aponta que "[…] os próprios habitantes vão reescrevendo a escrita de sua cidade permanentemente", ou seja, os lugares ganham ao longo do tempo novos significados. Esse caso pode ser aplicado de maneira exemplar a Rio Tinto e na representação que hoje a fábrica, mesmo parada, ainda figura na memória dos/as habitantes que passam diariamente em frente aos seus portões, outrora sempre cheios de gente indo e vindo entre as trocas de turno avisados pelas sirenes. As chaminés da Fábrica de Tecidos Rio Tinto permanecem lá. E os

[19] Consultar Fustel de Colanges (1864), obra citada por Barros: A cidade antiga.

moradores da cidade, enquanto a fábrica funcionava a todo vapor, como a enxergavam e qual significado davam a esse lugar? Serão retomadas adiante essa e outras perguntas. Aqui pontuamos apenas sobre a importância de se ler o espaço e o tempo que por ele passa ou corre, e as motivações disso. Como aponta Barros (2012, p. 42) em uma passagem sobre a degradação dos lugares:

> […] a história da deterioração de um bairro pode revelar a mudança de um eixo econômico ou cultural, uma reorientação no tecido urbano que tornou periférico o que foi um dia central ou ponto de passagem importante".

No aspecto da memória, é relevante essa abordagem da cidade como um texto e como ela é guardada e escrita. A ocupação e lembrança do espaço vai produzir um tipo de lembrança sobre o passado e o lugar.

Investigar a cidade é, portanto, um exercício de decodificar dentro do espaço-tempo os elementos que nos são expostos de maneira clara ou não. As decodificações fazem parte dessa pesquisa, por meio dos textos, das memórias ou de qualquer forma de se constituir patrimônio. De maneira desafiadora, a apreciação dos "modelos e imagens" nos oferecem elementos para formarmos um arcabouço metodológico que influencia diretamente nas fontes que serão utilizadas (BARROS, 2012, p. 46).

Considerando o alargamento das perspectivas no estudo das cidades orientado pela adesão a novas teorias, tanto da história como das ciências sociais, Barros (2012) considera alguns elementos que fazem parte dos "aspectos citadinos" já incorporados por outros autores como Fernand Braudel, que são: fator historicidade, fator população, fator econômico, fator político, fator organização, fator forma, fator cultura, fator imaginário e, por fim, fator função. Não será possível discorrer sobre todos eles, mas serão pontuados alguns princípios que são norteadores para a produção dessas observações.

A historicidade é determinante no entendimento da cidade a partir dos recortes temporais e históricos de sua urbanização, que varia em diferentes épocas e serve para não cristalizar os conceitos que se tenham sobre suas formações, amplas em elementos de organização social. Um desses fundamentos é o populacional, que faz parte de uma especificidade, contribuindo não apenas em número, mas como indicação qualitativa — seja a partir do modo de vida ou da memória dos/as moradores —, que deve ser

estudada com cuidado para a apreensão das características urbanísticas e dos "fenômenos urbanos".

Uma das formas de organização populacional que é mais abordada pesquisadores/as, especialmente de vinculação marxista, é a formação econômica. Vários estudos já foram realizados sobre cidades e até países no intuito de, a partir da formação econômica, traçar uma história do local (FURTADO, 2007). As atividades relativas ao econômico, tais como produção e consumo de mercadorias, são características das cidades e constroem marcas importantes no seu cotidiano:

> A cidade insere-se antes de mais nada em um sistema econômico-social – ou, mais propriamente, em um "modo de produção" específico. Ao mesmo tempo, o ambiente urbano é um palco privilegiado para as lutas político-sociais. (FURTADO, 2007, p. 60).

As cidades são o pólo de concentração do desenvolvimento das atividades e, desde o fim do feudalismo, suas relações com o campo ganharam perspectivas mais distanciadas. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007, p. 52) apontam:

> A maior divisão entre trabalho material e espiritual é a separação entre cidade e campo. A oposição entre cidade e campo começa com a passagem da bárbarie à civilização, do tribalismo ao estado, da localidade à nação, e mantém-se por toda a história da civilização até os dias atuais […].

Barros (2012, p. 62-63) pontua que, mesmo o materialismo dialético sendo acusado de ler o "fenômeno urbano" através apenas do horizonte político e econômico, os novos estudos têm apontado para uma abertura a outras temáticas que corroboram para uma visão mais ampla do assunto. Uma vez citado o fator político, a cidade é, na sua conformidade moderna, palco de lutas e centro da política - tanto através dos poderes exercidos pelo Estado como da dissolução dos micropoderes. Estes passam tanto pelo controle da economia como da informação e dos comportamentos sociais, e recaem nos conflitos que permeiam o desenvolvimento dos centros urbanos. Esses poderes e o arranjo político dialogam com o fator organização destacado por Barros (2012, p. 74), e determinam também a divisão das esferas privada e pública. A "forma interna" e os "compartimentos da cidade" entram na discussão dos limites dos espaços públicos e privados, como será visto adiante.

A forma a partir do plano/planta de uma cidade é o primeiro sinal de interesse que se quer com a sua organização. O que pode se dizer sobre a separação hierárquica da cidade de Rio Tinto? Onde ela é especialmente verificada? As casas são organizadas

e construídas a partir do posto de trabalho ocupado. Sobre isso, transcrevemos esse trecho:

> É a esta prática citadina de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos denominam "segregação espacial". A noção abrange tanto as eventuais separações entre "residência" e "trabalho", como os alocamentos de grupos sociais e culturais definidos em espaços diferenciados. (BARROS, 2012, p. 75).

Com a constante ampliação das cidades e sua formação difusa, a determinação das classes antagônicas vão sendo escritas nos espaços sociais por meio dessa dicotomia público x privado, elemento de promoção da desigualdade conforme aponta o trecho a seguir.

> Cumpre assinalar, por fim, que a segregação espacial também tem uma história. No que concerne à história da delimitação entre espaço público e privado, ela correspondeu no urbanismo ocidental à história do moderno confinamento da família na intimidade do lar, esta mesma ligada à história do declínio do espaço da rua como lugar de trocas cotidianas e espaço de socialização. Neste longo percurso do urbanismo ocidental as ruas vão gradualmente se redefinindo como vias de passagem de pedestres e de veículos- meros fios condutores destinados a conduzir os indivíduos de um espaço privado a outro- esta redefinição vão deixando para trás o seu caráter de lugar da "socialização". "Rua" e "casa" tornam-se dois pólos em franca oposição, tornando-se a última um território íntimo e exclusivo – domínio da vida privada do núcleo familiar- e que não cessa de se subdividir em lugares ainda mais privativos. . (BARROS, 2012, p. 75).

O fator cultura é uma ideia que acabou sendo muito associada a sua produção na cidade. A divisão entre campo e cidade, que se consolidou com o incremento da produção, acabou por considerar como legítima a cultura produzida nessa última. Muito vinculada à perspectiva da escrita em detrimento da oralidade, o "conhecimento" ganhou lugar na urbanidade. A criação de uma cultura material, com elementos que vão desde monumentos até a vestimenta, passando pelo conhecimento produzido nas universidades, marcam a sacralidade da cultura como citadina. Remetendo ao caso de Rio Tinto, refletimos sobre a troca de valores culturais que foi proporcionada entre o operariado.Muitos eram oriundos do campo, outros tantos de cidades e uns até de outros países. As formas de fazer, viver, de produzir conhecimento e as ligações ou não com a fábrica fomentaram, para além da cultura operária, outras manifestações culturais. A

troca de saberes entre a população é parte marcante na produção e perpetuação da cultura.

A cidade também é imageticamente uma "representação" — idealização urbana, de maneira planejada ou espontânea — e funciona como uma construção de "representações". (BARROS, 2012, p. 93). Os/as habitantes e os/as que passam pela cidade são capazes de guardar traços iconográficos que são carregados de símbolos para situações ou espaços específicos, mas Barros (2012, p. 97) aponta a relevância dos marcos visuais:

> Os marcos visuais seriam "chaves de identidade" para a construção mental da forma urbana, permitindo precisamente a leitura e orientação da estrutura espacial. […] o marco visual opera como uma referência que simboliza uma direção constante.

Como já foi mencionado anteriormente, esses marcos visuais, relacionados a qualquer edificação da fábrica, funcionam tanto como ponto de orientação da cidade como são rememorados com diversos significados pelos/as habitantes. Este ponto dialoga com o último fator destacado por Barros (2012, p. 105), o da função da cidade, que é associada às características comerciais e, portanto, precisa ser verificada na dinamicidade de seus "momentos históricos".

Maria Izilda Santos de Matos (2002), em seu estudo sobre cotidiano, que será melhor retomado adiante, imprime algumas impressões sobre a cidade e suas relações, que são importantes para a reflexão. A cidade como desafio de estudo faz parte de uma mudança na historiografia pela inclusão de diversos temas. A partir desse novo panorama, a autora propõe o estudo da cidade relacionado a três fatores: questão, memória e documento. Como questão, ela rememora os olhares e ações higienistas impingidos no espaço urbano com o intuito de modernizar, "limpar" e de levar o progresso. É o Estado intervindo em um território que ele muito negligenciou. A memória na cidade, permeada de conflitos, por diferentes vivências e experiências dentro de várias temporalidades, deve ser levada em conta nas elaborações que se façam sobre o tema. Por fim, a cidade como documento, fazendo com que a leitura dos "[…] tempos-espaços e memórias […]" (MATOS, 2002, p. 36), sejam pontos de partida para a elaboração das teorias sobre a mudança e as vivências dentro do espaço urbano.

O espaço ocupado pela classe trabalho é diverso e representa a experiência compartilhada pelas pessoas que se identificam pelo cotidiano semelhante, com condições materiais e culturais quase sem distinção. Essas pessoas passaram

diariamente pelas mesmas ruas, frequentaram os mesmos bares, compraram nos mesmos armazéns, ocuparam os mesmos chãos de fábrica e acabaram se associando por sofrerem opressões semelhantes. São os aspectos do cotidiano vivenciados em espaços similares, que serão trabalhados adiante.

2.3.4 Cotidiano

O controle da classe trabalhadora fora do ambiente fabril é uma constante nas pesquisas sobre o tema. Consequentemente, a construção de resistências diante de um cotidiano observado também é verificada. As análises do cotidiano como apontam estudiosos/as sobre o tema - Sílvia Regina Petersen (1995), Maria Izilda Santos de Matos (2002), Benito Schmidt (1994), entre outros -, apresentam uma preocupação com a transformação do estudo, que pode ser apenas uma descrição que beira a reprodução apenas do senso comum. Portanto, com todo o rigor teórico e metológico necessário, suas abordagens atentam para tal problema e apontam um horizonte de possibilidades para que esse erro não seja cometido pelos/as novos/as pesquisadores/as.

Ao abrir esse ponto sobre o cotidiano, optou-se por alguns estudos que foram desenvolvidas em pesquisas históricas sobre a história social do trabalho, e se propõem a levantar problemáticas tanto teóricas como de aplicação do conceito em questão. A partir dos artigos da historiadora Silvia Petersen (1995; 1995a): *O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana* e *Rotina, alienação, resistência, criação: algumas reflexões sobre a teoria da vida cotidiana*, situa-se teoricamente o tema do cotidiano. Será retomada também uma leitura clássica sobre o tema, do historiador francês Michel de Certeau (1980), *A invenção do cotidiano*. Para melhor compreensão dessa obra, dispõe-se do artigo de Benito Schmidt (1994), *Práticas e Táticas: Michel de Certeau (Re) Inventa o Cotidiano*, que realiza um apanhado acerca de temáticas fundamentais para a leitura da obra de Michel de Certeau (1980).

Em ambos artigos, publicados no ano de 1995, Petersen indica como a ausência de uma base teórica nos estudos sobre o cotidiano impedem o avanço nas discussões que permeiam o tema e acabam por não contemplar a boa convivência entre o senso comum e o conhecimento científico, e tende por vezes apenas para o lado do primeiro. E apenas expondo-o, não o analisando, tal como a historiadora elucida nesse trecho:

> Talvez pelo próprio conteúdo da vida cotidiana, seu estudo tem sido ao mesmo tempo objeto e desencadeante (ainda que não exclusivo) de uma reflexão epistemológica com pressupostos diferentes daquele da ciência, ou seja, desconfiada das construções teóricas de corte racional, mais preocupada em acompanhar empaticamente a sociedade que submetê-la à lógica redutora e totalizante dos conceitos, que valoriza o sentido comum no processo cognitivo e que trata de introduzir na análise do social as dimensões do mítico, do imaginário, do irracional que a epistemologia racionalista expurgou. (PETERSEN, 1995, p. 31).

A respeito da discussão sobre a crítica ao empiricismo e a produção do conhecimento científico, Petersen (1995, p. 32) aponta para uma um horizonte que será volta e meia retomado no texto: "[…] o processo cognitivo se dá em uma inter-relação ativa entre o objeto e o investigador". Essa interação gera algumas perguntas: existe ou não uma objetividade por parte do/a pesquisador/a? Com quais experiências estão imbuídos para imprimir uma análise sobre uma determinada realidade? (PETERSEN, 1995).

Da objetividade, a autora parte para a relação das impressões do senso comum que são reproduzidas nas pesquisas sobre cotidiano. Como então produzir sobre o cotidiano sem repetir o senso comum? Petersen (1995, p.34) elucida que para tanto, o objeto teórico é fundamental.

> […] mediação de instrumentos analíticos- conceitos, categorias, hipóteses e teorias-, o papel de fixar na verdade o que conduz à investigação, o que conduz a uma formulação nova, o que, sem eliminar a subjetividade, a reconheça como tal. Em resumo, estou apontando para a importância crucial da construção do objeto teórico como forma de ruptura com o sentido comum.

A soma dos aspectos referentes à objetividade e à interação entre a ciência e o senso comum, além da incorporação da teoria para melhor apreensão do tema e desenvolvimento da pesquisa, compõem esse campo epistemológico que faz parte da investigação do cotidiano e que deveria ser colocado em prática. As reflexões sobre a crise dos paradigmas da ciência moderna e pós-moderna estão dentro desse campo de construção epistemológica a partir do livro *Introdução a uma ciência pós-moderna* (1989), de Boaventura de Souza Santos. Petersen (1995, p. 36) destaca o aspecto sobre a guinada ao senso/sentido comum numa maneira de reconhecê-lo como "forma de conhecimento".

O cotidiano como local de produção de conhecimento não deve ser descartado, sendo considerado, portanto, como espaço de mediação do conhecimento com a ciência, que por si só não é suficiente para um estudo. Como forma de interposição entre as esferas, a historiadora propõe:

> Assim, parece-me que não é por acaso que as investigações sobre a vida cotidiana passem ao largo da discussão teórica, pois ela traz no seu interior, de forma implícita ou explícita, para o pesquisador esse conjunto de questões algumas das quais estão sendo apenas colocadas e, portanto, permanecem em aberto (PETERSEN, 1995, p. 39).

Em outro artigo, também de 1995 e apresentado na III Semana Acadêmica de História/FURG, Petersen (1995a, p.1) aponta uma nova guinada das pesquisas sobre cotidiano iniciada nos anos 80, mas ressalva que não basta admitir novos temas e abordagens ao cotidiano sem "[…] descobrir a potencialidade do instrumental analítico que eles possuem […]".

Uma observação pertinente feita pela historiadora, e que de certeza alicerça essa discussão que já foi iniciada no outro artigo sobre a construção do objeto teórico e a dicotomia senso comum e produção científica, é: "A constatação de que não existe ninguém que não possua vida cotidiana [...]."(PETERSEN, 1995a, p. 3). Perceber isso, nos prepara para entendermos a partir de quais abordagens partem os/as estudiosos/sas do tema quando, a partir de seus nichos teóricos, escolhem de onde vão partir as temáticas enquanto arcabouço epistemológico, privilegiadas em suas pesquisas. A exemplo, estão os/as marxistas que, através da alienação, dão conta de entender a vida cotidiana na modernidade, uma reprodução constante do viver. De outro lado, alguns autores não marxistas olham o cotidiano pelo viés criativo e da resistência. Sobre isso e a criação de táticas dentro da sociedade do consumo, Michel de Certeau (1980) foi um dos que atentou para esse fato em sua observação.

Em um levantamento das principais proposições suscitadas por Michel de Certeau (1980) em sua obra, Schmidt (1994, p.84) atentou para quatro temas que nortearam sua reflexão expostas em artigo: "[…] a forma de resgate analítico do cotidiano, a lógica das práticas do dia-a-dia, o estatuto epistemológico da linguagem comum e a dimensão política da vida cotidiana."

Sendo assim, o cotidiano é analisado segundo táticas de resistência diária das pessoas comuns que vivem cercadas de imposições econômicas, culturais etc. Uma das

problemáticas que o Certeau (1980) traz dentro desse âmbito é o regresso ao enfoque da população comum, e não na exclusividade de promover heróis ou heroínas.

A vivência diária por parte das pessoas é passível de ser burlada a partir de táticas de resistência e esse é o ponto político defendido por Certeau (1980) e que será corroborado por outros/as autores/as.

> Portanto, para esse autor, o importante é analisar a resistência aos mecanismos de disciplina, os "pontos de fuga" possíveis dos vários sistemas de dominação. É nesse aspecto que se revela a dimensão política do cotidiano: enquanto "locus" de resistência. As práticas do dia-a-dia, com sua lógica das táticas, são, para De Certeau, a forma possível de resistência dos "fracos" (os "homens comuns") contra os "fortes" (as elites culturais, os discursos científicos totalizantes, etc) […]. (SCHMIDT , 1994, p. 92).

Ao abordar alguns princípios levantados por Agnes Heller sobre o que pode expressar o cotidiano, esta pondera que, depois da formação da sociedade de classes e da propriedade privada, a avaliação se torna mais difícil. Contudo, o cotidiano necessita de ser incluído para "entender a estrutura e dinâmica de todo social." (PETERSEN, 1995a, p. 7). Por conta desse argumento que, ainda segundo a historiadora, deve-se analisar o cotidiano a partir das distintas ocupações dos espaços pelo tempo cronológico e o da natureza - que ainda permeia a sociabilidade de muitas populações - e o arcabouço de normas sociais que estimulam e legislam os modos de viver.

Pode ser destacado também o trabalho *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*, da historiadora Maria Izilda Santos de Matos (2002) que, partindo da proposta do estudo da totalidade do cotidiano para se compreender melhor o objeto, juntou a cidade e o trabalho ao cotidiano segundo a problemática da vivência nas esferas pública e privadas. Esses pontos são temas das três partes do livro. A primeira, "*Cotidiano e cidade*", será aqui abordada por apresentar uma relação com nosso objeto de pesquisa.

Assim como Certeau (1980) argumenta sobre a característica política da criação de resistências que o cotidiano proporciona, Matos (2002) observa como os novos estudos proporcionam uma nova percepção dos aspectos políticos, especialmente sobre o que se passa dentro da esfera privada, que permeia a sociabilidade das mulheres.

A partir da importância da investigação do tema do trabalho e o cotidiano, a autora aponta algumas motivações para esse ponto de vista:

> Esse privilégio dado ao mundo do trabalho possivelmente se deve a um certo vinculamento inicial dessas pesquisas aos estudos sobre o movimento operário e a uma herança da tradição marxista. Contudo, é indiscutível a maior visibilidade do trabalho, seu papel fundamental

> para a sobrevivência e o fato de ocupar grande parte da vida cotidiana. Assim, essas pesquisas contribuíram para resgatar as múltiplas estratégias e resistências criadas e recriadas no cotidiano, bem como a capacidade de certos setores de explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos, para encontrar brechas através das quais pudessem se introduzir, ou frestas em que conseguissem sobreviver. (MATOS, 2002, p. 25).

As possibilidades que o cotidiano oferece enquanto objeto de estudo não ficam só no desafio de conciliar senso comum e produção científica. A partir daí se desdobra o caminho para a descoberta de inúmeros temas que o cotidiano cria diariamente. A autora aponta como esses trajetos, a partir de descobertas metodológicas a exemplo da história oral, autorizam uma rica interação entre pesquisador e objeto. As fontes diversas e as temporalidades que o cotidiano gera são provocações essenciais para uma elaboração do tema que se está estudando.

A respeito da possível dicotomia entre público e privado, criada na altura da época vitoriana, a autora expõe de que forma esses fatores funcionam ainda hoje como um meio de demarcar quais espaços cabem aos homens ou às mulheres. No entanto, em contraste com a época vitoriana, esses conceitos ganham outras conotações e motivações políticas nas distintas temporalidades, sendo assim historicizados. É importante lembrar que essa distinção serviu, durante um bom tempo e encontrando resquícios até hoje, na constituição do poder nas esferas públicas por parte dos homens. Está aqui transcrito uma parte do texto onde Matos (2002, p. 38) pondera esses elementos: “Assim, torna-se necessário tentar recuperar a dinâmica entre o público e o privado, sabendo que esses elementos são social, cultural e historicamente redefinidos, para perceber a não polaridade entre eles”.

Enquanto horizonte para a continuação da pesquisa sobre cotidiano dentro da história, são lançadas algumas provocações:

> As contemporâneas redefinições do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano, a politização do privado e a privatização do público são novos desafios à interpretação crítica do historiador e permitem a ampliação de questões metodológicas importantes, sem abstração do engajamento político do sujeito do conhecimento. (MATOS, 2002, p. 40).

Além das contribuições acima citadas, será abordada neste trabalho a leitura do cotidiano como experiência, que passa pela troca de condições de vida comuns entre o operariado, o fazendo despertar para formação de espeçaos de luta, solidariedade e

consciência de classe, conforme apontam Mattos (2008) e Noberto Osvaldo Ferreras (2006). O primeiro autor aponta a conviviência entre escravos e libertos no Rio de Janeiro como local de partida para a formação de espaços de luta e consciência de classe. Foi a partir da experiência do cotidiano, das trocas, que se conformaram resistências. (MATTOS, 2008).

Em seu estudo sobre o cotidiano da classe trabalhadora em Buenos Aires, Ferreras (2006) optou pela conceituação do cotidiano como a experiência, já trabalhada por Thompson (1981; 2008).

> Em nosso caso definimos o "cotidiano" como o lócus de junção entre o "ser social" e a "consciência social". Duas grandes correntes têm predominado nos estudos dedicados à questão: por um lado, a corrente thompsoniana e por outro a geertiziana. Na primeira, que tem como modelo o historiador inglês E. P. Thompson, a fórmula utilizada para estudar a relação entre o ser social e a consciência social é a da experiência. Esse difuso conceito define a forma pela qual é feita a mediação entre os dois termos da equação mediante uma série de combinatórias entre os fatos crus e a forma pelo qual os mesmos são tratados e internalizados pelas pessoas e como, a partir dos mesmos, elas atuam e agem. (FERRERAS, 2006, p. 16).

Adiante, serão discutidas algumas abordagens da memória enquanto objeto de análise e sua relação com a leitura que se faz da cidade. Sendo assim, é possível destacar como o retorno às lembranças de um tempo anterior, vivido em um determinado espaço, é importante na criação da identidade do sujeito com o lugar.

2.3.5 Memória

Os debates sobre o uso da memória na história são diversos e atravessados pela presença de vários conhecimentos oriundos de outras áreas do conhecimento, a psicologia e antropologia sendo bons exemplos. A ampliação dos recursos metodológicos e a aceitação de novas fontes de pesquisa colocou os/as historiadores/as diante da possibilidade do uso da história oral na elaboração de novos estudos, que proporcionavam uma perspectiva diversa da produzida pela história dita oficial.

No entanto, a constituição de novas fontes orais não fugiu do rigor de análise que as fontes documentais sofrem, como também não escaparam das diversas elaborações metodológicas sobre o tema.

Atualmente, é possível elencar uma gama de estudos, históricos ou não, que são importantes pontos de partida e de referência para os/as pesquisadores que se debruçam

sobre esse território do conhecimento. Estudos conceituados como o de Jacques Le Goff (2003); de Maurice Halbwachs (2006)[20]; de Paul Ricouer (2007); de Éclea Bosi (2004), dentre vários outros.

Sobre a história oral, metodologia utilizada para os estudos sobre memória, é destacado Paul Thompson (1998), Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (2000), História oral - memória, tempo, identidades, de Lucilia de Almeida Neves Delgado (2006), Verena Alberti (2004), José Carlos Sebe Bom Meihy (2000), entre outros.

Algumas considerações sobre o tema da memória serão aqui tratadas, devendo ser retomadas em um debate mais adiante. No momento, serão pontuadas as principais contribuições desses estudos clássicos para se pensar as relações que são travadas entre a história e a memória.

A escrita da história e a construção das memórias, sejam elas coletivas ou individuais, foram alvo de muitos questionamentos sobre qual validade teriam essas últimas e como elas poderiam servir de fonte para a historiografia. Le Goff (2003), por exemplo, ainda conservou o distanciamento entre a história e a memória, ao contrário do que fez Ricouer (2007) ao propor uma maior convergência no estudo de ambos, partindo do pressuposto que cada um possui suas limitações, como observa nesse trecho:

> Assim entregue à crença de outro, o testemunho transmite à história a energia da memória declarativa. Mas a palavra viva da testemunha, transmutada em escrita, se funde na massa dos documentos de arquivos que dependem de um novo paradigma, o paradigma "indiciário", que engloba os rastros de toda natureza. Nem todos os documentos são testemunhos, como são os documentos das "testemunhas à revelia". Além disso, nem todos os fatos considerados como estabelecidos são acontecimentos pontuais. Muitos acontecimentos reputados históricos nunca foram lembranças de ninguém. (RICOUER, 2007, p. 504).

Os debates que adentraram a teoria da História até o século XX acabaram por incorporar a memória e a história oral na produção historiográfica das novas histórias. O resgate de memórias não privilegiadas até esse momento pode entrar aos poucos dentro das novas temáticas abordadas, como é o caso da história das mulheres; marcada pela ausência de documentos, fez-se necessário posteriormente recorrer aos testemunhos para o seu registro.

[20] Referência aos primeiros escritos que foram compilados sendo depois transformados no livro completo.

A respeito dos testemunhos, longos debates já foram travados e algumas elaborações já são bem conhecidas, especialmente quando se tratam de sobreviventes de períodos de guerra, ditaduras militares na América Látina e outros períodos traumáticos, a exemplo do trabalho da historiadora argentina Beatriz Sarlo (2007), *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, além de um dos artigos mais famosos sobre história oral e memória traumática, *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*, do estudioso da história oral Alessandro Portelli (2000). Na ausência de documentação suficiente, essas testemunhas são convocadas a falar e o/a historiador/a encontra-se no árduo papel de mediação, tal qual ocorre nos tribunais, de mediar o que lhe é contado e o que pode, contudo, ser contestado a partir do auxílio de outras fontes. Não é uma tarefa simples, uma vez que os contextos também são delicados, mas apresenta desafios semelhantes com qualquer outra fonte que precise ser posta à prova da metodologia da história.

Nesse momento de análise das fontes e de como essa história será registrada, entra um ponto muito discutido também na memória e na história oral: a perspectiva ética do/a historiador/a. Uma vez que todos/as carregam suas próprias histórias e memórias, absorvidas durante a sua vivência, a escolha do que será estudado ganha contornos parecidos com o que é escolhido ou esquecido quando se trabalha com um documento escrito. O testemunho, que opta por privilegiar algumas memórias em detrimento de outras, aponta essa provocação que se vincula ao tipo de estímulo que o mesmo recebe.

Essa consciência social e construções identitárias, que são expressas nos trabalhos de memória, recebem ingerência do que é vivenciado no presente e do que é vislumbrado enquanto futuro. Essa elaboração, que parece partir de uma perspectiva individual é, no entanto procedente de estímulos coletivos do que vem a ser a memória coletiva. (HALBWACHS, 2006; POLLACK, 1989).

O que Pollak (1989) chama de “memórias subterrâneas”, através da história oral, mesmo que tenha entrado numa seara de escolhas a partir do que era importante quando olhado para o presente, foi útil para o contraponto com a história oficial e não deixou de ser um marco importante de resistência. Por memória, Pollak (1989, p.9) define no trecho a seguir transcrito e defende como esse resgate é essencial na construção da identidade de um grupo:

> A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis.

O registro da história de um povo é um trabalho necessário e complexo, que exige uma relação entre as fontes e, com a elaboração da memória a parir do que os testemunhos escolhem por dizer. Os aspectos da psicologia social e a escolha de como confrontar as memórias coletivas e individuais também podem ser uma saída para momentos de dúvida, como recomenda Pollak (1989, p. 12) no tema do "enquadramento da memória":

> Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar feridas, as tensões e as contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais.

Portanto, todos os processos coletivos de lembrança que servem de estímulo para as memórias individuais e as perguntas e demandas apresentadas no presente sobre o passado, além dos objetivos que a história e a memória dividem, são questões que irão envolver o estudo sobre o que será lembrado e esquecido, tanto na construção de uma história de vida ou da ligação das pessoas com um lugar. E em meio aos grandes obstáculos para o desenvolvimento do trabalho, grandes barreiras vão sendo rompidas na construção de histórias que possivelmente não imaginariam ter registros.

Adiante, serão pontuadas algumas questões a respeito da industrialização no Brasil, como sobre o aparecimento das vilas operárias. Além desses temas, a construção de Rio Tinto e suas similaridades com Paulista, serão abordadas na construção e declínio da Fábrica de Tecidos, localizadas na primeira cidade.

3 TRABALHO E INDUSTRIALIZAÇÃO: A FÁBRICA DE TECIDOS RIO TINTO NO CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL

Pra refazer o trabalho, pra semear minha vida
[…]
Eu sou de quem me chama, eu não sou desse lugar
[…]
Meu filho me falava que o avô do meu avô
Na vida que levava muita pena se passou
(Boca Livre, 'Um canto de trabalho')

A discussão sobre a formação do operariado brasileiro e suas condições de vida, perpassam alguns pormenores da nossa formação histórica. A construção da sociedade brasileira e seus aspectos econômicos são pilares na discussão da classe operária brasileira, que carrega o peso da escravidão, da falta de planejamento urbanos nas cidades e da profunda dependência econômica para com a Inglaterra, no seu início.

Portanto, para o estudo da formação da Fábrica de Tecidos Rio Tinto, se faz necessário a retomada de questões sobre o começo da industrialização têxtil e a construção das primeiras moradias para a classe trabalhadora. Sobre o nascimento da cidade de Rio Tinto, emancipada só em 1956, o texto volta-se para o momento de compra das primeiras terras, recrutamento das famílias, as peculiaridades do lugar, e, além disso, para as semelhanças com a experiência já desenvolvida em Paulista, de propriedade dos Lundgren. Sobre a fábrica, pontua-se o período de modernização, e posteriormente, o seu fechamento. O cotidiano da classe trabalhadora, marcada por resistência e obediência, é pontuado nesse capítulo.

Figura 1 - Entrada da cidade de Rio Tinto (2008).

Fonte: Cidade-Brasil (2015)[21].

3.1 APONTAMENTOS SOBRE A INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL

O debate sobre o início da industrialização no Brasil deve levar em conta vários elementos essenciais para entender as idas e vindas desse setor, bem como, os problemas que permearam a formação da classe operária e do próprio movimento operário. O passado colonial e escravista, a burguesia nacional que nunca pensou ou agiu na realização de mudanças mínimas para o povo brasileiro, a imigração européia, a dependência econômica do Brasil ao capital estrangeiro — levando o Estado a investir tardiamente em infra estrutura que facilitasse a industrialização, dentre outros entraves.

No período colonial existiram pequenos focos de manufaturas, voltadas especialmente para o setor têxtil, construção naval, olarias e ferro. A atividade com tecidos, durante o período de grande controle pela corte, se restringiu a produção de sacos para armazenamento de café e vesturário para os/as escravos/as, segundo Hardman e Leonardi (1991).

[21] Disponível em: < http://www.cidade-brasil.com.br/foto-rio-tinto.html>. Acesso em: 21 de agosto 2015.

A “pequena indústria” da Colônia, guardava algumas características de interiorização, sendo essenciais para as grandes propriedades do espaço rural, como aponta Prado Júnior (2007, p. 220):

> Fora das grandes aglomerações, de que me ocuparei depois, as artes mecânicas e indústrias constituem um simples acessório dos estabelecimentos agrícolas ou de mineração. Para o manejo destes, ou para atender às necessidades de seus numerosos moradores- o proprietário e sua família, escravaria e seus agregados,- torna-se necessário por motivo das distâncias que os separam dos centros populosos, a mercê da extensão dos domínios, ou por outras considerações de ordem prática e econômica, a presença de toda uma pequena indústria de carpinteiros, ferreiros e outros, bem como, frequentemente, até de manufaturas de pano e vestuário.

Enquanto servisse à manutenção da vida nas propriedades rurais, estava permitido a “pequena industrialização”. No entanto, por consequência do pacto colonial, a ampliação do setor têxtil tardou a acontecer. Dentro desse exemplo mencionado por Prado Júnior (2007, p. 220), a mão de obra mais empregada era a de “escravos mais hábeis, ou às mulheres da casa”, e nas cidades[22], os artesãos especialistas, também contavam com a ajuda dos “escravos de serviço”, muitos, designados para tais atividades.

A população aumentava e as atividades de manufatura ainda eram reprimidas, haja vista o Alvará de 1785 que decretava o fechamento das mesmas (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 23). Nesse meio tempo, a indústria da Inglaterra acelera seu desenvolvimento, e em larga medida o Brasil ainda continua como seu território de acumulação primitiva de capital neste momento (MARX, 2008).

A escravidão e seu comércio lucrativo funcionaram também como entrave — em alguns aspectos — à industrialização. A força de trabalho foi utilizada nas pequenas manufaturas, que conseguiram ser criadas e resistir nesse primeiro momento do período colonial. Porém, foi após a Independência, que houve de maneira um pouco mais expansiva, a industrialização. No começo do século XIX, foram registrados focos de indústrias em Vila Rica, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Até os anos 40, foi constatado o maior uso de mão de obra escrava. A mudança para a força de trabalho livre foi lenta e deixou transformações significativas na formação do

[22] Era muito comum nessa época a existência de artesãos ambulantes, uma vez que a existência de estabelecimentos de manufaturas, ainda enfrentava uma grande resistência dentro da Colônia (PRADO JÚNIOR, 2007, p.223).

operariado fabril, com forte presença de escravos, e posteriormente, de escravos libertos.

No cenário das manufaturas um pouco mais modernas, se destacou no início do século XIX, a Bahia, seguida pelo Rio de Janeiro e outros estados citados a seguir. Conforme levantamento feito em 1866: "Das 45 fábricas de tecidos existentes em 1882, doze localizavam-se na Bahia, onze no Rio de Janeiro, nove em São Paulo e oito em Minas Gerais." No mais, foram encontrados registros de fábricas no Rio Grande do Sul, Alagoas, Pernambuco e Maranhão. (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 33).

A indústria têxtil teve relevância no processo de industrialização mundial, e no Brasil não foi diferente. O que foi produzido nessas fábricas ficou em larga medida para o consumo interno, por ser tratar de produtos mais utilizados na agricultura e outros tecidos mais grossos. A exportação, nesta época, é ínfima, considerando a pouca inovação do parque industrial e a concorrência acirrada aos produtos ingleses. Uma vez que a dependência econômica e política para com a Inglaterra impedia o incremento técnico, a indústria foi impossibilitada de aperfeiçoar os tecidos, o que acabou influenciando também na deficiência no desenvolvimento da industrialização brasileira.

No século XX, a produção e o os estabelecimentos fabris já ganhavam números avultados. E a mão de obra, começava a ser treinada e qualificada em espaços específicos, como aponta Saffioti (1981, p. 75),

> Em 1919 a produção brasileira de artigos têxteis já satisfazia a 75% da demanda interna. Em 1927 o país já possuía 354 fábricas têxteis, com 2.584.050 fusos, 78.383 teares e produzia 695.963.826 de metros de tecidos de algodão. Em 1928 nasce em São Paulo a primeira escola latino-americana para treinar trabalhadores têxteis, aumentando, assim, a competência da força de trabalho. Tal escola, além do ensino das atividades manuais, oferecia também aulas de português, italiano, alemão e francês.

Antes da crise de 1929, ocorre uma mudança na perspectiva de acumulação de capital para a burguesia, que antes investia em larga escala na produção cafeeira ou no comércio. A circulação do café teve considerável papel na construção de infra estrutura que foi utilizada no surgimento da indústria. A rede de transportes, por meio das ferrovias, gerou uma movimentação maior das pessoas, levando-as de lugares mais periféricos até as cidades que ganharam mais dinâmica.

Através do investimento na industrialização, houve progressivamente o fortalecimento de surgir uma burguesia nacional, com marcas ainda de dependência ao

capital estrangeiro, muito ligada à sua origem rural, oriunda do comércio e café, e sem um projeto político tão nacionalista. (HARDMAN; LEONARDI, 1991). Data também do século XX, conforme resgata a historiadora Margareth Rago (1985), a necessidade dos grandes empresários de se desvincularem da identidade do senhor de escravos, dotado de modos rústicos, para "a figura do patrão moderno e civilizado, a exemplo de um Jorge Street ou de um Robert Simonsen" (RAGO, 1985, p.36). Cabe a ressalva, que o contexto apresentado pela autora diz respeito ao cenário paulista do começo do século, mas se verifica o comportamento paternalista dos empresários em boa parte do Brasil. Exemplo disso é a intitulação de coronel de Frederico Lundgren, que empreendia o recrutamento das famílias aptas ou não ao trabalho em Paulista, como um senhor de escravos e grande latifundiário.

A seguir ao período de grande oscilação na produção têxtil, verificou-se em 1937 um aumento considerável nos metros de tecidos produzidos, muito motivado pelas novas máquinas adquiridas a partir de pactos com o governo. Nos anos seguintes, o fabrico cresceu pela pouca concorrência do momento, como aponta Saffioti (1981, p.78):

> Para fazer face à demanda externa, os industriais lotavam suas fábricas com mão-de-obra procedente do campo e operavam seus equipamentos, sempre que possível, durante 24 horas sobre 24. […] A indústria têxtil brasileira expandiu-se amplamente entre 1940 e 1945 porque não enfrentava competidores. Por esta razão não se cuidou de tentar produzir em condições competitivas.

A modernização e a demissão em massa da mão de obra, no contexto dos anos 50 e 60 no setor têxtil brasileiro, acabou por levantar uma série de questões sobre as condições nas quais as pessoas trabalhavam e a respeito da relevância econômica de absorção de trabalho desse ramo até os dias atuais. A respeito da formação da classe operária livre, cujos primeiros passos foram iniciados com o fim da escravidão, coincidindo com o início da industrialização alguns apontamentos são levantados a seguir.

3.1.1 O fazer-se da classe trabalhadora brasileira

A formação do operariado brasileiro não nasceu pronta e com uma identificação de classe a partir da industrialização. Esse processo foi perpassado pela escravidão, uma vez que coexistia nas manufaturas a mão de obra livre e a escrava, sendo esta,

largamente utilizada nas primeiras experiências industriais. Tal fato não foi um mero detalhe, mas deixou uma marca de peculiaridade na formação da classe, que não podia construir ferramentas de luta por direitos trabalhistas, enquanto classe livre, quando a escravidão os fazia conviver com as mazelas pelas quais passavam o trabalhador não liberto, como aponta Hardman e Leonardi (1991, p.94):

> O proletariado não podia constituir-se realmente como nova classe enquanto houvesse escravos na sociedade brasileira. Não podia lutar por sua própria libertação enquanto houvesse, ao lado do trabalho assalariado, formas de exploração baseadas na escravidão institucionalizada.

Houve a formação de uma concepção de que o trabalho manual era algo menor e não valorizado, tendo em vista que ele era desempenhado predominantemente por escravos/as. Isto foi uma das justificativas, porém não foi a única nem a principal, para a facilitação da imigração européia. Este argumento, entretanto, não é uma generalização para evitar a inexistência da força de trabalho no Brasil. Ela existia, mesmo que reduzida e não qualificada para o trabalho fabril.

Resquícios da escravidão estiveram sempre presentes no começo da industrialização. Relatos de jornadas de trabalho muito longas e ausência do pagamento de salários, além da troca, por trabalho, de comida e de um lugar para dormir - comuns no século XIX.

Antes das fábricas expandirem, existiram os artesãos — que podiam ser escravos/as ou trabalhadores/as livres. A presença dos artesãos, nesse momento, não aproxima a origem da formação industrial brasileira à inglesa. A escravidão e a grande imigração de europeus, para compor a força de trabalho, explicam em parte, o processo que ocorreu aqui. Por outro lado, têm-se a coexistência da manufatura e do artesanato. Por mais que tivessem indústrias nas cidades de médio porte, foi frequente na, República Velha, que algumas se constituíssem no meio rual, conservando até algumas características da escravidão, como foi dito anteriormente (HARDMAN; LEONARDI, 1991).

A origem do proletariado, além dos estrangeiros - que imigraram em maior número depois da abolição- foi formado por muitos migrantes camponeses. Alguns eram recrutados, como aconteceu no caso de Rio Tinto, e outros migraram espontaneamente para as cidades que estavam formando seu parque industrial.

A classe operária começava sua formação com uma mistura de trabalhadores livres, ex-escravos e escravos. Outra realidade era a do monopólio da terra e a prática da monocultura. Por fim, duas reflexões apontadas por autores essenciais para esse estudo - Hardman e Leonardi (1991) e Rago (1985): a primeira diz respeito a desafiante construção da luta proletária em um contexto de Monarquia-baseada no trabalho escravo; a outra indagação diz respeito a interferência da burguesia (que estava se formando) em qualquer organização da classe trabalhadora. No intuito de disciplinar e de coibir, seja qual for, a formação de espaços de luta com identificação de classe[23]. Esses resquícios da escravidão estiveram presentes constantemente nos chãos de fábrica, na figura patriarcal dos patrões e na disciplinarização do cotidiano, mesmo fora do ambiente fabril.

3.1.2 Urbanização e industrialização

O fortalecimento da industrialização, impulsionou à reboque a urbanização das cidades. Foi o caso do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Blumenau, Belo Horizonte e Recife (HARDMAN; LEONARDI, 1991). Contudo, outras experiências foram realizadas, como a busca por terrenos periféricos ou a interiorização, seja com criação das vilas no interior de bairros operários e cidades, praticamente dentro de fábricas. Como destacam Hardman e Leonardi (1991, p. 132),

> O processo de expansão dos limites do centro urbano, no caso das antigas fábricas têxteis, tendia a levar a localização das plantas indústriais para áreas mais afastadas, seja na periferia das maiores cidades (em Recife, por exemplo: Fábrica da Boa Vista, 1826; Fábrica da Madalena, 1870; Fábrica da Torre, 1875; Fábrica de Paulista, 1891, também controlada pelos Lundgren, que monopolizaram os terrenos desta localidade), seja em pequenas cidades do interior.

A urbanização da maioria das cidades que se tornaram importantes pólos industriais, não ocorreu em larga escala antes da chegada das indústrias, salvo algumas exceções. Uma questão a se pensar é o porquê da estrutura da cidade ser vantajosa para a industrialização. A resposta pode ser encontrada na existência de uma população apta

[23] Aqui cabe tanto a reflexão de (RAGO, 1985, p. 35), como o complemento com a de (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 100) sobre as associações mutualistas, que tinham caráter de "organizações operárias", funcionando como uma experiência inicial de espaços que serviriam para fomentar a solidariedade e a luta entre a classe.

a consumir os produtos, no fato da cidade ser um espaço onde se pode ter acesso à mão de obra apta ao trabalho e na facilidade de deslocamento. Entretanto, a instalação das fábricas passou pela interiorização, como já foi apontado, favorecendo dentre outros fatores, a tentativa de dominação do operariado longe do Estado, que poderia intervir, e de forças sindicais. É o exemplo da construção de Rio Tinto, que atendia a tais critérios, mas ao contrário do que pensavam os donos, não tardou para que os/as trabalhadoras se unissem e construissem o enfrentamento à disciplina dos Lundgren.

Mesmo com condições urbanísticas, financeiras e de mercado de trabalho, que fizeram do Rio de Janeiro e de São Paulo importantes pólos de industrialização, eles não foram os únicos. Salvador ainda conseguiu se manter no conjunto de cidades industrializadas, especialmente no ramo têxtil.

A industrialização e a urbanização não estabeleceram uma relação intrínseca nas grandes cidades, no entanto, ao instalarem as fábricas (em particular nos locais periféricos), verificou-se o aumento da urbanização e a arquitetura se voltando ao dítames do capital. A construção das cidades não estabeleceu uma democratização dos espaços, todavia, houve uma tirania do capital. Isso pode ser verificado nas áreas destinadas ao operariado, como o ponto a seguir abordado, o das casas operárias.

3.2 CONSTRUÇÃO DAS PRIMEIRAS VILAS OPERÁRIAS

> “ A vida operária era um misto de superexploração na fábrica,
> repressão policial nos momentos decisivos e
> controle social e ideológico nas ruas e na cidade.”
> (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 147).

A atividade da industrialização e as discussões sobre urbanização, já apresentadas anteriormente, trazem consigo a questão da moradia para a classe trabalhadora. Durante o período da plantação da cana-de-açúcar e início do cultivo de café, a população residia pioritariamente no campo, dentro das grandes ou pequenas propriedades rurais. A cidade, portanto, ainda era pouco habitada, sendo local de escoamento da produção agrícola ou reservada à burocracia. Existiam também pequenas manufaturas e comércios. Com o advento do café, algumas possibilidades mais dinâmicas surgiram para a cidade, mas foi de fato, com a implantação da industrialização que esta ganhou mais efervescência.

A literatura que abordou primeiro a questão da moradia para o operariado, se concentrava, em especial, no estado e na cidade de São Paulo[24]. Contudo, as vilas operárias construídas no interior — em nichos fabris que se alargam na edificação de vários aparelhos coletivos— começaram também a ser abordadas com cada vez mais frequência. Experiências na Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina, Paraíba, dentre outras, ganharam espaço na historiografia dos anos 90 até os dias atuais.

3.2.1 Especulação imobiliária e vilas operárias

Desde os primeiros empreendimentos de maior fôlego da industrialização, em fins do século XIX, a problemática da moradia veio à tona. Os primeiros experimentos que mesclavam fábrica e habitação se concentravam no setor de transporte, na construção das ferrovias, que precisavam fixar a mão de obra próxima ao local de trabalho. Com a expansão das indústrias, se apresenta a necessidade de construir vilas que abrigassem, principalmente, os operários especializados, em sua grande maioria, estrangeiros. Nesse contexto, avançam as idealizações de moradias para trabalhadores/as na cidade, e posteriormente, no interior. Destaca-se a importância que as casas têm para o operariado e o que elas representam, como pontua Maria Bernadete F. de Macêdo (1986, p.162): "[…] em todos os momentos históricos, a habitação tem sido usada como forma de preservação e controle da força de trabalho, trazendo em seu conteúdo dimensões sociais, econômicas e políticas".

As cidades se expandiram, acompanhando o ritmo das atividades econômicas e expondo assim, a carência das moradias populares, bem como, a expulsão do operariado do centro das cidades, devido ao alto valor das habitações nessa localidade. Em São Paulo, palco de grandes empreendimentos fabris, depois da Salvador e do Rio de Janeiro, a população vai sendo rapidamente empurrada para as várzeas, regiões mais baratas. A infra estrutura era inexistente e as casas eram cada vez mais precárias.

O Estado, nesse momento, se omite da construção de moradias populares e entrega ao poder privado tal incubência. Ao passo que ele está preocupado em

[24] Cita-se, como exemplo, trabalhos de: BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985; DECCA, Maria Auxiliadora G. de. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; DECCA, Maria Auxiliadora G. de. **Cotidiano de trabalhadores na República**: São Paulo-1889/1940. São Paulo: Editora Braziliense, 1990; RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; HARDMAN, Foot e LEONARDI,Victor (1982). **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. São Paulo: Editora Ática, 1991.

incrementar a industrialização, seja com o incentivo da imigração ou a isenção de impostos aos empreendedores, entrega à especulação imobiliária o destino das casas do operariado, que fica entre a impossibilidade de pagar por estas, tendo de morar nas habitações coletivas, os cortiços - que serão alvo de forte normatização - ou se submeter a trabalhar perto de casa e morar nas vilas operárias construídas pelos patrões. Sobre a omissão do Estado no controle da construção das moradias, aponta-se um trecho de Maria Auxiliadora G. de Decca (1987, p. 24): "Os poderes públicos, em regra, encorajavam a iniciativa privada na construção de moradias populares, fazendo vista grossa aos lucros nem sempre licítos obtidos em tal empreendimento."

É salutar destacar que as preocupações acerca das moradias coletivas, que deveriam ganhar contornos sociais e higiênicos (proporcionando melhores condições de vida), caem no debate econômico, além do moral. Via de regra, os cortiços e vilas operárias, construídos a partir da iniciativa privada, serão os locais de moradia da classe operária. Pagando aluguéis que levavam boa parte de seu salário e submetendo seu cotidiano (de trabalho e de lazer) ao controle de quem já compra sua força de trabalho. Nesse sentido, Eva Blay (1985, p. 11) aponta semelhança existente entre essas vilas e as senzalas, que perpetuam laços de controle e servem para interferência até em futuros confrontos, como aponta a autora:

> A vila operária, ou a casa na vila operária, constitui o elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força. Quando a casa é ofertada ao trabalhador, ela passa a interferir nas relações de produção. Ela tem, ao lado do valor de uso, um valor de troca.

Em estudo sobre vilas operárias, a autora constrói uma discussão acerca do surgimento das habitações urbanas, sejam elas vilas ou não, além de problematizar o tema já muito trabalhado por Frederich Engels (1975), sobre a condição do/a operário/a, da casa e da luta. Seu trabalho de pesquisa se debruça sobre a realidade dos/as moradores/as que habitam 5 (cinco) vilas na cidade de São Paulo e 1 (uma) em Osasco. Com realidades distintas, muitos ainda trabalham nas fábricas. Outras já estavam desativadas na altura. No entanto, cabe o destaque que boa parte dessas vilas, já foram construídas na lógica da proximidade com as fábricas e em terrenos na periferia, ou seja, mais baratos e onde havia mão de obra em boa quantidade.

Esses bairros operários, surgindo por iniciativa de construção de habitações pela empresa ou de moradias coletivas, que os/as trabalhadores/as já habitavam, foram muito

significativas tanto na construção de laços de solidariedade, como em espaços de resistência. [25]

> Em função da segregação geográfica e sociocultural a que estavam submetidos os trabalhadores, o que tornava a vida operária nestes bairros muito característica e própria, desenvolviam-se com isso laços intensos de solidariedade de classe. (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p.150).

Além da solidariedade, como apontado acima, a resistência pode ser destacada no sentido de suas primeiras lutas enquanto classe operária em formação. Os sinais de organização e atuação política já eram vistos no cenário brasileiro no começo do século XX.

3.2.2 Expulsão dos moradores para as zonas periféricas e a normatização da classe trabalhadora

O forjar-se enquanto classe, em um período de impulso da industrialização, recebe como resposta o maior incentivo à tentativa de normatizar a classe trabalhadora, ilustrada especialmente nos moldes de uma urbanização excludente que toma conta das cidades. Maria Auxiliadora G. de Decca (1987; 1990), em trabalhos que abordam o cotidiano do operariado, refere-se também a habitação operária, suscitando a discussão sobre o modelo de separatismo social que era empreendido nos fins do século XIX em São Paulo. O desenho pelo recorte de classe, já era percebido, como aponta a autora:

> Por volta de 1890, já se encontrava na capital uma divisão que seria definida e reforçada nas duas primeiras décadas dos séculos XX: na sua parte alta, no maciço, os bairros mais ricos; e na parte baixa, na várzea, os bairros operários, pobres e insalubres. (DECCA, 1990, p. 18).

Ao passo que a população migra em busca dos terrenos com valor inferior, as fábricas optam por instalar-se nessas proximidades, alidando a dupla utilidade: do capital e da oferta de trabalho. Construindo a fábrica próxima as residências, o controle sobre a mão de obra seria instaurado, na tentativa de instruir para uma moral burguesa, que retinha inclusive as primeiras manifestações proletárias do cotidiano. No entanto,

[25] Cabe aqui a retificação, que em fins do século XX as indústrias que surgem em São Paulo (capital), por exemplo, se localizaram mais próximas às casas da classe operária, tanto no sentido de estarem perto da força de trabalho, como dos terrenos cujo valor era inferior. Mas as habitações que facilitavam uma maior solidariedade eram os cortiços, que ao contrário das vilas operárias, não estavam submetidos ao controle social e moral, realizados nessa.

como já citado acima, esses locais fortalecem a solidariedade e contribuem para os espaços de resistência que foram forjados.

A normatização e a "domesticação" enxergam as habitações populares como uma questão de promiscuidade e subversão, como aponta Rago (1985, p. 190):

> Assim, a problemática popular é utilizada como pretexto para a aplicação de regimes disciplinares de espacialização dos corpos, desde o espaço urbano até o interior da casa, de modo a facilitar a gerência da vida dos dominados até mesmo em sua intimidade. A vigilância panótica que se exerce no âmbito da fábrica invade o interior da moradia operária: a noção de culpabilidade, introjetada pelos indivíduos, deve impedir que se desviem dos papéis familiares produzidos externamente para a mãe, para o filho, para o pai e dos lugares em que devem ser representados.

Os valores burgueses, de divisão das casas para maior privacidade, o controle do lazer, não se preocuparam na construção de casas mais confortáveis, não insalubres e que apresentassem minimamente melhores condições de vida. Todo o corpo profissional que se debruça sobre a questão das residências, incluindo médicos, higienistas, engenheiros e arquitetos, dirigem uma visão de limpeza e incentivam a construção das vilas operárias.

O curso modernizador das cidades, que empurra a população mais pobre para os locais mais marginais, incentiva a interiorização também das iniciativas industriais, que optam por esse caminho não só por uma questão financeira, porém, mediante a busca de menos proximidade com o Estado e sindicatos, como exemplo.

3.2.3 Construção de complexos fabris no interior

A construção dos complexos fabris no interior não tem sua origem no Brasil, contudo, ganham uma conotação diferente, especialmente quando se relaciona ao modo peculiar de formação da classe trabalhadora livre, com resíduos de controle que se assemelham em alguns aspectos aos domínios no período da escravidão, guardada as devidas proporções.

Os argumentos econômicos para a construção das fábricas em locais periféricos sempre estiveram presentes nos discursos do empresariado. No entanto, a criação de um território privado e longe dos poderes públicos, facilitou,sem dúvida, o controle sobre a

mão de obra livre em formação. Rago (1985, p. 188) comenta sobre a disciplina nos espaços fabris, entre eles, a vila operária:

> A estratégia de disciplinarização da figura do trabalhador e a redefinição da rede e relações familiares a partir da construção das vilas operárias e de toda a organização do lazer operário, possibilitada por seu internamento num espaço arquitetônico literalmente cercado e fechado, caracteriza o período de formação do mercado de trabalho livre no país, nas primeiras décadas do século.

Esse afastamento do Estado postergou inclusive a interferência sobre as condições de trabalho, que só se deu por volta dos anos 50. Data desse período, o fim de construção de moradias pelos empresários a partir de quando "[…] o Estado intervém nas relações e conflitos da produção." (BLAY, 1985, p. 25).

A interiorização e a distância que se cria da intervenção pública, provoca a criação de cidades pelos industriais, como ocorrera na Inglaterra e em outros países que já haviam passado pela industrialização, como ressaltam Hardman e Leonardi (1991, p. 149):

> [...] era o nascimento nessas cidades de bairros fabris e operários, ou de vilas operárias contíguas a grandes complexos industriais. Vimos como muitas vezes era a própria empresa que desenvolvia um núcleo urbano e de habitações para os trabalhadores em torno de si mesma, relativamente isolado de outros centros urbanos.

A construção desses complexos fabris, que abrigaram muitas pessoas, necessitou arcar com a edificação de uma base indispensável para a vida de uma sociedade: água, energia. No caso de Rio Tinto, a hierarquia das casas não se restringiu à arquitetura destas, possuídas pelos funcionários que ocupavam os postos mais altos. Essas casas receberam, de maneira prioritária, o encanamento de água e o fornecimento de energia elétrica, que chegou com atraso a casa do operariado. Blay (1985, p. 38) comenta sobre essas grandes obras realizadas pelos empresários, funcionando para manter a ideologia paternalista entre os/as trabalhadores/as, além de ter servido como barganha e troca de favores políticos com o Estado.

> A instalação das empresas industriais no Interior obriga o empresário a construir os estabelecimentos fabris e a implantar uma certa infra-estrutura para o funcionamento das fábricas. A ausência de condições gerais para a produção, na passagem do século, foi um entrave à industrialização superado pelo capital privado. Neste tópico destacam-

> se, além dos próprios estabelecimentos industriais, a produção de energia e a construção de vilas operárias.

As vilas operárias construídas no interior ganharam não só em Rio Tinto, mas em outras localidades, a marca da hierarquização dos postos de trabalho na moradia, como apontado acima e ratificado por Decca (1990, p. 24-25):

> As vilas operárias construídas pelos industriais assemelhavam-se às outras: compunham-se de uma série de pequenas casas, sem jardins, de três ou quatro cômodos no máximo, que tinham um fundo comum;às vezes, fileiras de pequenas casas contíguas escondiam-se da rua, atrás de uma primeira fileira que ficava rente à calçada. Destinadas prioritariamente aos mestres e contramestres, operários especializados que era necessário controlar e conservar, tais vilas erguidas por grandes industriais não foram iniciativa muito frequente na capital do estado até, pelo menos, o final dos anos trinta. Não havia necessidade premente de fixar a abundante força de trabalho não qualificado junto às fábricas e locais de trabalho.

As casas das fábricas, ocupadas pelos/as trabalhadores/as, assumiam o papel de capital constante (contabiliza como meios de produção) das indústrias e "como forma de pressão ou instrumento de força para conter greves ou rebeldias." (DECCA, 1990, p. 26). A moradia, portanto, representa, desde o início "uma forma de reduzir o preço da força de trabalho, ampliar a capacidade de acumulação e induzir o trabalhador a permanecer no emprego." (BLAY, 1985, p. 53). A autora ainda pontua que a edificação e fundação das casas não apresentava grandes desafios na sua construção, e os aluguéis constituíam um retorno pelos salários pagos, isso quando as casas pertenciam as fábricas:

> Pequenas e simples, estas casas são de fácil construção e não exigem trabalho especializado. Ficam prontas rapidamente e representam um imediato retorno do capital através dos aluguéis.Portanto, como investimento imobiliário, as vilas operárias pouco representam no capital total das empresas; mas, após construídas, constituem-se em mais um bem imóvel de propriedade das empresas e se contabilizam como parte do capital constante. As casas alugadas aos empregados têm o aluguel descontado do salário […] o capital variável investido nos salários, é recuperado parcialmente pelas empresas através do aluguel. Portanto, o aluguel barateia o salário ou, ainda, a parcela destinada ao pagamento dos salários se reduz imediatamente pelo fato de ter deduzido o aluguel. (BLAY, 1985, p. 213).

As vilas davam moradia e fixavam o operariado nas proximidades do local de trabalho, mas a disciplinarização a qual eram impostos, adentrava ao ambiente privado de convivência familiar. Em muitas indústrias, verdadeiras lista de normas foram estabelecidas para o exercício do controle. Toda a discussão, realizada especialmente em São Paulo, sobre a higienização das moradias operárias, não serviu, portanto, para a melhoria de suas condições de maneira geral. Os aluguéis das casas eram baixos, mas os salários também. E estes, como já foi dito, eram recuperados com o valor das casas. Ou seja, as casas geralmente não tinham boas condições, precisando constantemente de reparos e ainda depreciavam a liberdade da classe trabalhadora. (DECCA, 1990).

A respeito da moradia em Rio Tinto, o trabalho de Maria Bernardete de Macêdo (1986), traz muitas informações que elucidam a questão. O seu trabalho tem como foco a modernização pela qual passou a indústria, por volta dos anos 50. A compra de novas máquinas mudou vários aspectos do cotidiano do operariado, e a questão das habitações entra na lista, uma vez que as elas eram recebidas apenas por funcionários/as da fábrica. A demissão em massa provocou o desalojamento de algumas famílias, enquanto outras receberam a moradia como indenização nos processos trabalhistas.

> O trabalhador deparou-se com uma questão profundamente angustiante, já que no contrato de moradia, estava estabelecido que, perdendo o trabalho na fábrica, automaticamente se daria o desvinculamento do contrato da casa. Caso o operário permanecesse na casa da Companhia, acompanhava um aumento de 30% no contrato de aluguel. (LEMOS, 1981, p. 22 apud MACÊDO, 1986, p. 162).

Como apontam Philip Gunn e Telma Correia (2002) a industrialização não só aconteceu nas cidades já dotadas de uma relativa urbanização, mas a opção da interiorização foi vastamente utilizada, construindo importantes núcleos fabris.

A construção de Rio Tinto como cidade-fábrica estava dentro dos modelos de normatização do cotidiano dos/as operários/as, como já foi comentado pelos autores/as pontuados anteriormente. As famílias que eram recrutadas - algumas com todos os seus membros empregados da fábrica ou - eram “moradores da companhia”, não de uma cidade. Isso não excluí a importância do operariado na construção da cidade, ao contrário, as várias formas de resistência ilustram como pouco a pouco, a população vai criando uma cidade. Visto que, além do controle do trabalho, a ideologia nas escolas, nos espaços de lazer, de religião, dos próprios símbolos da cidade, eram controlados com rigor pelos empresários. Dona Maria das Dores, tecelã por quase trinta e dois anos

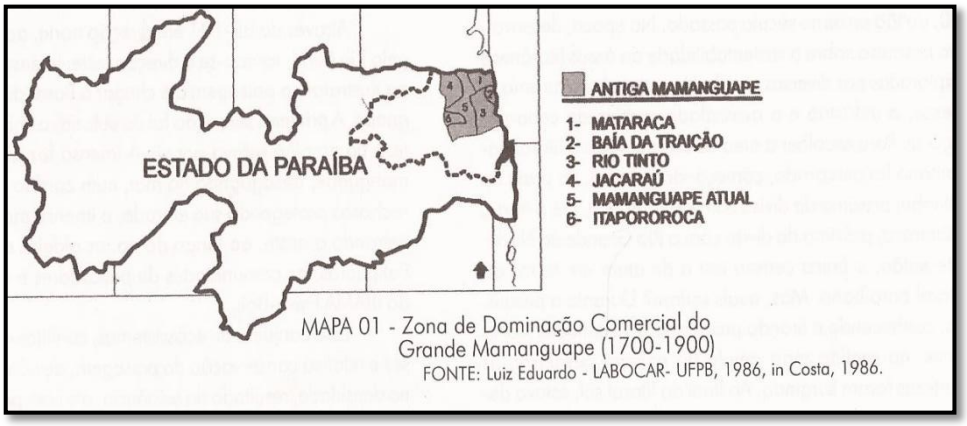
na fábrica, lembra o preço dos aluguéis e faz a ressalva, que até hoje tudo na cidade é dos Lundgren, salvo algumas casas e outros espaços:

> Menina.. uma coisa que era muita coisa e se acabar. De um povo todo rico, todo que pode, né ? Que até hoje essas casas é de indústria, né ? É da indústria. Daí de onde a gente trabalhou. É tudo de companhia. E eu acho que não tem mais nenhum canto aqui que tenha casa de indústria[26]. […] Aí pronto, a gente morava e pagava uma taxa. Era pouco, não era muito que a gente pagava. Porque os operários tudo tinha direito de pagar… pronto, quando eu deixei de pagar eu já tava pagando cinquenta e sete… por mês […] Quando a gente trabalhava, vamos supor: eu trabalhava, tinha direito de pagar (?)… você morava na casa e você não trabalhava, mas você pagava mais do que eu, porque eu era operária e você não era, entendeu ? Quando a fábrica parou, a gente ficou pagando mais. Todo ano aumentava uma taxa[27].

3.3 COMO NASCE RIO TINTO?

O surgimento de um lugar, que ganhou destaque na produção têxtil a nível nacional e depois se transformou em cidade, não pode ser conhecido apenas a partir de uma compreensão sobre um empreendimento fabril. A edificação de um espaço, com contornos tão diversos, se dá pelo cotidiano de várias pessoas, que através do trabalho, do lazer, portanto, de seu cotidiano, dão à região contornos de vivência, resistência. Não foi diferente no caso de Rio Tinto. A cidade conhecida por ter várias partes que ainda pertencem aos descendentes dos donos da fábrica, foi palco de uma experiência fabril em proporções únicas no estado da Paraíba. Abaixo uma figura que localiza a região da cidade dentro do estado da Paraíba:

Figura 2 - Localização de Rio Tinto –PB



[26] Se refere às casas que ainda são de indústrias e não dos/as moradores/as.
[27] Maria das Dores. Ex-tecelã.Entrevista concedida em 17 de setembro de 2014.

Fonte: PANET, et al. (2002).

3.3.1 Compras das terras e primeiras edificações

As fontes encontradas a respeito da construção do núcleo fabril de Rio Tinto são diversas, vão desde os escritos dos memorialistas, a exemplo das biografias dos Lundgrens, e escritos de ex-operários e ex-funcionários da fábrica, além da produção acadêmica cujos temas abordados vão desde a arquitetura da cidade às lutas trabalhistas. A compra dos terrenos e construção dos primeiros espaços da futura cidade foram abordados com frequência e tratam desde a compra de terras, até a estrutura da fábrica e vila.

- "A cidade do princípio e do fim"[28]

Manchete do Jornal "A União" do dia 28 de dezembro de 1924, a "Inauguração da Fábrica Rio Tinto"[29], foi noticiado enquanto grande evento, após um longo tempo de pequenas reportagens, que preparava o público leitor, com ansiedade, para o momento de abertura do núcleo fabril. A matéria apresentou a descrição da prestigiada abertura e enfatizou a "grandiosidade" do empreendimento e de sua estrutura para a região. Contando com a presença de autoridades de vários setores, a fábrica foi inaugurada em cerimônia marcada por um banquete oferecido pela família Lundgren , por benção do representante do arcebispo metropolitano e por falas entusiasmadas de representantes do governo do Estado, da imprensa e também de dirigentes da Companhia. A notícia do jornal "A União"[30] reproduziu parte do discurso do secretário de Estado e representante

[28] Frase dita por Dona Ana Maria da Silva ex-liçadeira, em uma conversa informal antes da realização da entrevista, em 19 de setembro de 2014.

[29] A respeito da denominação de Fábrica para Companhia, Macêdo (1986, p. 60) comenta: " No ano de 1951, O Diário Oficial do Estado da Paraíba publicou a Escritura Pública de Constituição da Sociedade anônima "Companhia de Tecidos Rio Tinto" que, até então, era denominada da Cia. de Tecidos Paulista-Fábrica Rio Tinto, com um capital de 110.000.000,00 (cento de dez milhões de cruzeiros)."

[30] O Jornal "A União", veículo de comunicação estatal - criado em Fevereiro de 1893 e ainda hoje em circulação, se constituiu ao ponto que foi, um considerável meio de difusão de matérias, tanto relacionadas às Casas Paulistas, loja de venda em varejo e atacado, dos produtos da Companhia de Tecidos Paulista dos Lundgren - bem como do futuro complexo fabril que estava sendo instalado em terras próximas à cidade de Mamanguape. Sobre as Casas Paulistas, é importante ressaltar, a sua responsabilidade na expansão do lucro, uma vez que eles optaram pela "integração indústria-comércio", construindo as Casas Paulista- que seriam depois chamadas de Casas Pernambucanas-, cujo objetivo era se juntar ao mercado nacional, com lojas desde o Nordeste até o resto do país (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 127).

do interventor João Suassuna, Demócrito de Almeida, no qual ele reforçou a parceria entre o governo e a Companhia, destacando o caráter de "mais absoluto acordo" desta relação. O secretário também discursou acerca das vantagens para além de ganhos econômicos que o empreendimento proporcionaria à pequena região, servindo de exemplo de método e disciplina.

A expansão do complexo industrial da família, já iniciado em Pernambuco, na cidade de Paulista, cujo proprietário era o sueco Herman Theodor Lundgren[31], que chegou no Brasil em 1855, teve o seu desenvolvimento com a indústria em Rio Tinto. O empresário foi colocado ao lado dos homens que se dispuseram a construir impérios industriais no país, como aponta Raul de Goés (1963), biógrafo do Lundgren em questão. Antes de comprar as propriedades, onde seria consolidada a Companhia de Tecidos Paulista - CTP[32], o empresário sueco funda a Powder Factory S/A, que produz durante um tempo, pólvora para armamentos das Forças Armadas Brasileiras. No ano de 1904, firma a compra das instalações fabris e começa a executar o projeto de fábrica-vila operária, que será, anos depois, repetido em Rio Tinto. Nas duas décadas seguintes a fábrica se expande, proporcionando, dentre outras coisas, condições financeiras para a compra das terras na Paraíba.

Após a consolidação do primeiro negócio têxtil da família, é iniciada a busca por um novo local para construir uma fábrica-vila operária. No ano de 1917, Frederico João Lundgren já estava à frente dos negócios da fábrica, posto que seu pai havia falecido dez anos antes. Estabelece-se então uma busca por local adequado. Inicialmente é cogitada a possibilidade do Rio Grande do Norte, mas o acordo com o governo não é bem sucedido. Chegando a Paraíba, consegue-se um acordo com o então Presidente do Estado, Camilo de Holanda (1916-1920), que concede vinte e cinco anos de isenção de impostos, conforme aponta Eltern Campina Vale (2008, p. 30):

> Em abril de 1920, o governo do estado e a direção da Companhia Rio Tinto homologam oficialmente o contrato de isenção de impostos que

---

[31] Herman Theodor Lundgren teve cinco filhos com Anna Elisabeth Stolzenwald (PANET,et al., 2002, p. 25).

[32] Paulista foi adquirida em 1891. Lá funcionava já atividade fabril e o operariado habitava em mocambos. Com a compra das terras, as edificações e o modo de viver, foi sendo modificado pelos Lundgrens: "Nesse município, o domínio da família Lundgren verificava-se na vida econômica, social e política, exercendo relações de trabalho de caráter paternalista e assistencialista junto aos operários da fábrica. (VERAS, 1980, p. 187 apud MACÊDO, 1986, p. 50).

> recebe em 1926, alguns aditivos de atualização. A fábrica em 1926 continua isenta de impostos, obrigada, todavia, a pagar 60 contos de réis (60:000$000) anuais, em duas parcelas de 30 contos de réis, a cada seis meses, o que corresponde a 1.008 (mil e oito) teares da fábrica.

No entanto, o Estado também se isentaria de responsabilidades, como construção de escola, hospitais e segurança pública. Sendo essa, uma demanda da fábrica. Os espaços edificados trouxeram a ideologia pretendida pelos donos, corroborando para criar um espaço perpassado pelo controle, marca desses complexos fabris instalados em áreas isoladas (RAGO, 1985, p.188).

Com ordens para as primeiras compras de terra, Artur Barbosa de Goés se transferiu para a região e fez morada para iniciar a compra das terras, que foi adquirida por 23 (vinte e três) contos de réis seiscentos e sessenta (os 660 km), segundo Macêdo (1986).

> Artur de Goés deu conta do recado. Estabeleceu-se no Salema - o antigo e abandonado pôrto fluvial da cidade - montando sortida mercearia. Familiarizou-se com a gente do lugar e adquiriu Preguiça[33], sem pestanejar, para o espanto de tôda aquela gente.(GOÉS, 1963, p.89).

Seguindo ordens, ele continuou a aquisição dos terrenos. Posteriormente, Apolônio Gomes de Arruda foi nomeado para administrar a propriedade, com a incubência de contratar pessoas para o levantamento das primeiras casas, drenagem e saneamento das terras, dentre outras atribuições, conforme aponta Goés (1963, p. 90-91).

Uma das particularidades, que atualmente marca esse caráter privado que a cidade possui até hoje, pode ser entendido a partir deste trecho de Panet et al. (2002, p. 27): "A compra dessas terras garantiu o monopólio territorial, impedindo sua aquisição por terceiros após sua valorização, decorrente da construção da cidade e da fábrica de Rio Tinto." Isto é, com o novo fluxo do lugar, ao proporcionar emprego, as áreas ao redor foram objeto de maior especulação. Entretanto, a extensão de terra adquirida pelos Lundgren, dificultou a proximidade de especuladores com a fábrica e a vila.

Com a chegada dos/as primeiros/as trabalhadores, não os/as que iriam trabalhar na fábrica, mas na edificação da mesma, surgiu uma estrutura que abrigou toda a cidade que ganhou forma com o passar do tempo. A construção inicial abrigou as máquinas e outros equipamentos, os barracões, olaria e oficinas mêcanicas. Os meios de transporte,

[33]Aldeia da Preguiça era o nome dado à região onde hoje se localiza a cidade de Rio Tinto.

essenciais para o funcionamento da fábrica, no escoamento da produção, também foram providenciados e chegaram a medida que a fábrica se edificava. São eles: barcos, caminhões e algumas locomotivas. A soma de boas condições naturais, de transporte (já havia um porto) e da isenção de impostos, favoreceu a construção da fábrica naquela região.

Com a intenção de "vir plantar gente pelas bandas da Paraíba", ou em qualquer Estado que conseguissem benesses fiscais, os Lundgren optaram pela expansão dos negócios devido à necessidade de sair de Pernambuco, conforme tese de Leite Lopes (1988). Esta asserção afirma que os Lundgren estariam sofrendo perseguição política. Outra justificativa, apresentada por Vale (2008), que em certa medida corrobora com a de Leite Lopes (1988) é a de Tâmara Tânia Egler (1986), cuja afirmação tange na questão política, pesando especialmente na forte mobilização que o movimento operário estava fazendo na altura, em Paulista. A proximidade da cidade à Recife, com operariado já fortemente organizado, favoreceu as trocas junto à classe trabalhadora desse complexo industrial.

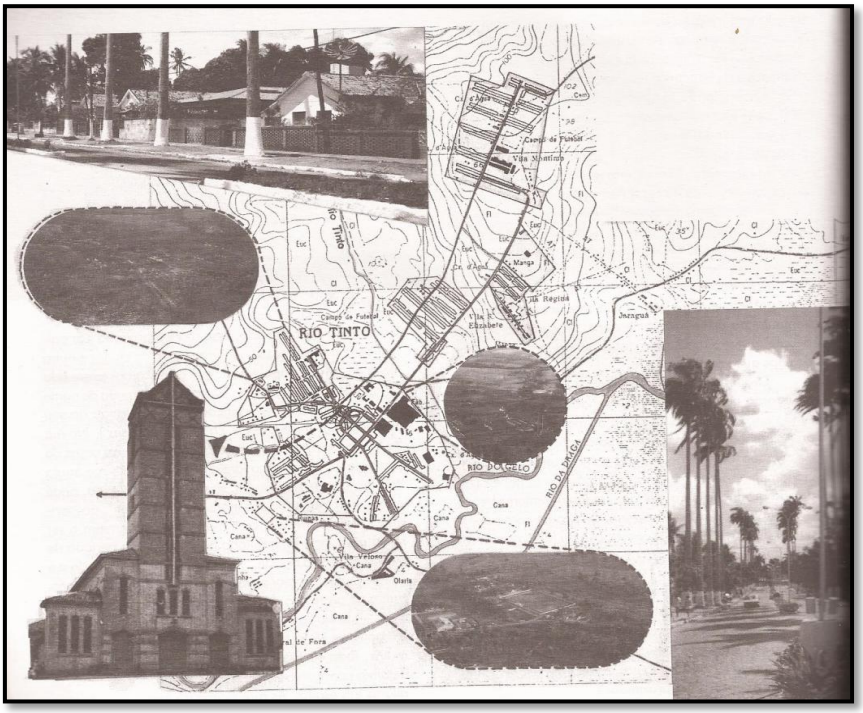
O financiamento para a construção da cidade-fábrica foi estrangeiro. Isto muito se deve a situação do sistema bancário brasileiro, dominado por bancos internacionais, dentre eles: ingleses, alemães, franceses e italianos (HARDAMAN; LEONARDI, 1991). Em um contexto que o Banco do Brasil já havia quase fechado, a circulação de dinheiro para investimento sofria crises constantes. Com lastros que vinham desde o período colonial, de grande exploração das riquezas do Brasil e acumulação por parte da Inglaterra, a industrialização e seu financiamento sofreu consequências que passavam pela divisão internacional do trabalho. Sobre a situação bancária do país, ilustram Hardman e Leonardi (1991, p. 70-71):

> A expansão do sistema bancário brasileiro verificada a partir de 1890 encontrou logo em seguida poderosos entraves por parte do capital financeiro. Com a crise bancária de 1900, nada menos de dezessete bancos foram à falência [...]. Por volta de 1913, os ativos dos bancos britânicos que operavam no Brasil constituíam quase 30% dos ativos totais de todos os bancos, nacionais e estrangeiros, e mais de 57% dos ativos de todos os bancos estrangeiros que operavam no país.

Perante essa situação, os Lundgren conseguem suporte financeiro da Alemanha e Inglaterra. Os proprietários adquirem desta última os máquinários —já obsoletos— que seriam utilizados na fábrica. Grande quantidade veio de Manchester, embarcada nas barcaças da Companhia e chegando pelo ancoradouro, localizado muito próximo aos

galpões. Como as máquinas já se encontravam em grau adiantado de desgaste, foi necessário a vinda de técnicos estrangeiros especializados para que as consertassem sempre que fosse necessário, uma vez que os defeitos apareciam recorrentemente. A fábrica não tardou, inclusive, de construir uma oficina para os reparos. Novos meios de produção só foram adquiridos em fins da década de 50, quando a fábrica passou por uma fase de modernização, como ilustra Macêdo (1986, p. 95): "A ampliação que a fábrica realiza nesse ano conta com a aquisição de 220 teares automáticos, de marca Kovo, fabricados em 1959 que, somados aos existentes, totalizaram, 2518 teares."

Figura 3 - Mapa dos setores da cidade de Rio Tinto – PB.



Fonte: PANET, et al. (2002).

3.3.2 Condições naturais

Uma das condições que mais favoreceu a instalação da fábrica no local foi a existência de riqueza natural. Os rios navegáveis e as outras matérias-primas que serviriam no uso da construção das casas foram essenciais. A olaria, para fabricação de tijolos e telhas foi lá construída e, com a ausência do cimento no território nacional, adotou-se o uso de argamassa, produzida com cal —que era queimada e transformar-se em pó— e areia retirada do rio. A mina de cal, existente ainda hoje, fica entre os municípios de Mamanguape e Santa Rita, era chamada de Tatú- Peba. Tal propriedade

foi comprada, sendo largamente utilizada na construção dos prédios da fábrica e casas da vila.

O rio, que dará nome a cidade pela sua cor avermelhada, foi fundamental para a circulação da água na fábrica[34]. Prontamente, uma caixa d'água elevada foi construída. A vila operária recebia água do riacho Patrício, e a Vila Regina, do riacho Catolé. Na rua que recebe o mesmo nome, foi também edificado um repositório de água.

Além da boa reserva de água, nos 660 km^2 de terra de propriedade dos Lundgren existiam matas, que ajudavam no fornecimento das madeiras para as edificações. As matas também receberam a plantação de eucaliptos, úteis no controle do solo, contra erosões. Ainda hoje podem ser vistas essas plantações e a grande área verde, que circunda a cidade.

A localização próxima a Mamanguape foi algo significativo. A cidade foi uma das mais notáveis da Paraíba no século XIX. A plantação do algodão e beneficiamento do mesmo, além da pecuária, colocaram a região em posição de destaque quando comparada com a atual João Pessoa, nos quesitos de urbanização. Além de ser um ponto muito procurado por pessoas em busca de investimento, contando com dois portos, o de Baía da Traição e Salema - no Rio Mamanguape - sendo esse último com circulação superior ao de Cabedelo. No mesmo século, o município perde a oportunidade de ter por duas vezes linha férrea, com os da Conde D'Eu e Greatt Western. Vivendo só do comércio, a cidade ganha nova dinâmica com o surgimento de Rio Tinto, que emprega vários/as moradores/as da cidade (PANET et al., 2002).

A principal matéria-prima da fábrica: o algodão, recebeu facilitação por parte do Estado, para ser adquirido. De acordo com Vale (2008, p. 30), "O Estado acolhedor arriava por trinta anos as barreiras fiscais, e abria as zonas de maiores e melhores produções do algodão." Na Paraíba, o produto era comprado principalmente em Mamanguape e Campina Grande. Podendo vir também de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

---

[34] Reprodução de um provável diálogo do Coronel Frederico e um dos seus funcionários, quando aquele decidiu nomear o local, onde estava sendo fundado o núcleo fabril, por Rio Tinto:
- Mas, essa água é tinta!!!
- Não, doutor, não é tinta, não! Vem do RIO VERMELHO, atravessa a NOVA DESCOBERTA e desemboca na maré!
- Pois quero ver esse Rio Vermelho!
Para lá se botaram. Assombro geral! Nem mesmo o Coronel Frederico quis acreditar no que viu: pois as águas nascentes das cabeceiras do rio que chamava VERMELHO, e tornou-se mais tarde RIO TINTO, eram quase côr de sangue!
Assim foi que o Coronel Frederico se resolveu mudar, ou trocar, a "ficha" de NOVA DESCOBERTA, por RIO TINTO! (FERNANDES, 1971, p. 35).

A fábrica-vila operária[35] se caracteriza não só pela área de moradia, mas também de trabalho e vivência do cotidiano. Como já exposto acima, a localidade onde a fábrica foi construída, isolada a fim de facilitar o controle, era carente de oferta de transportes. Estes receberam investimento, para facilitar o translado dos donos e funcionários de maior patente, bem como, as matérias-primas e as mercadorias. A viagem que os/as operários/as faziam, era na sopa[36], que os conduzia do lugar de origem para Rio Tinto, de onde muitos não sairam nunca mais.

> […] da desprezada Aldeia da Preguiça, secularmente afundada na miséria, estavam surgindo grandes edifícios, muito acima do que se poderia imaginar. A chaminé, quase pronta, alcançaria a altura de 76 metros. Estavam lá, técnicos de tôda parte, brasileiros, inglêses, suecos, alemães, austríacos e até famílias japonêsas haviam sido contratadas para o cultivo racional do solo, visando à horticultura e à plantação de arroz. Plantavam-se árvores frutíferas, ordenadamente. Os primeiros arruamentos das casas populares, em semi-círculo, em tôrno da fábrica, já davam uma noção da futura vila de Rio Tinto. Novas edificações eram erguidas, com maior capricho, nos pontos mais altos. Não se construía, apenas uma fábrica, mas uma verdadeira cidade. (GOÉS, 1963, p. 93).

A citação acima, trecho da biografia de Herman Lundgren, escrita por Raul de Goés (1963), demonstra o que primeiro foi construído em Rio Tinto e a presença diversa de funcionários oriundos de vários países. A hierarquia de construção das casas, também é destaque. As casas dos operários se situavam muito próximas à fábrica, ratificando a vigilância para o operariado, e isolando, em direções mais altas, os funcionários mais abastadados.

No processo de construção do núcleo fabril, em especial o de Rio Tinto, a figura do "coronel" Frederico João Lundgren é citada com frequência. Tal adjetivo diz muito do modo como ele esteve frente aos negócios da família após a morte de seu pai, Herman Lundgren.

Esse pronome de tratamento reportado à Frederico Lundgren será parte fundamental da construção e administração de ambas as fábricas. No caso de Rio Tinto, Fernando Luís Silva (2003) destaca a forma do coronelismo presente na gestão dos

---

[35] Recorre-se ao termo usado por Leite Lopes (1988) para explicar o grau de alcance da dominação sobre a classe operária, que controla não só a força de trabalho, mas o cotidiano. Fixar o operariado no entorno da fábrica, para melhor controlá-lo, além de criar a cidade, a partir das intenções que os patrões tinham para incrementar o domínio.

[36] "[...] talvez seja porque esse velho tipo de ônibus, aberto dos dois lados como o bonde, e com um bagageiro em cima, corporifique retrospectivamente a precariedade com que vieram as famílias de trabalhadores em potencial aliciadas pela companhia." (LEITE LOPES, 1988, p. 46)

recursos humanos da fábrica, traçando como o papel de rigoroso domínio foi essencial para envolver os/as operários/as em um ambiente de controle e dependência, no intuito de provocar uma disciplinarização da mão de obra, objetivando, entre outras coisas, o aumento do lucro. Não obstante, mesmo com a constante vigilância[37] e gerência, a classe trabalhadora se organizou e protagonizou significativos momentos de resistência.

Antes da inauguração da fábrica, equipes de trabalho foram formadas para aprenderem com o próprio "coronel" as normas que nortearam o funcionamento da fábrica. Durante a construção do núcleo fabril, suas visitas à cidade foram constantes. E como não poderia ser diferente, seu memoralista, Goés (1963), frisou como ele resistiu as adversidades climáticas, que catalisavam a produção de doenças tropicais provadas por mosquistos, no anseio de acompanhar a edificação do prédio para que o repasse da disciplina e das regras fosse realizado pelo próprio. Assim como conduziu de perto a obra, o fazia também no recrutamento dos/as futuros/as trabalhadores/as da Fábrica de Tecidos Paulista[38].

Essa forma de controle, era observada tanto no cotidiano como nas formas de resistência, sejam elas culturais ou sindicais. Em relação ao último, pode-se destacar o episódio reproduzido por João Batista Fernandes (1971, p. 120), onde o dono expulsa do lugar um operário que tentou fundar o sindicato. Outras pessoas, que o desafiaram em qualquer instância, receberam punições semelhantes.

> Senhor Sales, eu sou o sindicato! Eu sou o timoneiro dos meus operários! Eu sei das necessidades dos meus operários! Eu criei isso aqui, senhor Sales! [...] Senhor Schultz: mande fazer a "liquidação" do senhor Sales, nosso ex-empregado, pague-lhe o que lhe devemos pelos seus serviços e dê-lhe ainda a quantia de dois contos de réis, como

[37] Sobre a vigilância que extrapolava os muros da fábrica, segue a passagem de Gunn e Correia (2002, p.149): Em Rio Tinto, alguns funcionários – chamados "caveiras- mantinham os dirigentes da fábrica informados de qualquer "irregularidade" surgida no núcleo. Os clubes sociais eram dirigidos por funcionários que ocupavam cargos de chefia na indústria, numa clara transposição de suas atribuições de controle e vigilância da produção para o mundo extratrabalho.

[38] Além de ter acompanhado de perto a construção de Rio Tinto, ele era responsável pelo recrutamento dos/as trabalhadores, que chegavam com as famílias à Paulista. Leite Lopes (1988, (p. 51), transcreveu a entrevista de um ex-operário da seção de tinturaria, fábrica Aurora, que conta como se dava o processo de "seleção" dos/as trabalhdores/as para as mais diversas funções: "Quem escolhia (o lugar onde a pessoa ia trabalhar, ao sair do depósito) era o Coronel Frederico. Quando chegava as famílias do interior, no dia de sair do depósito, ele botava um sofá assim em frente da casa grande e sentava. Aí, aqueles agentes, aqueles empregados mandavam a gente ficar assim de fora numa fila, e ele ia chamando família por família. 'Família Fulano de Tal!'Aí se apresentava. Ficava tudo ao redor dele. Cada um apresentava a mão a ele. O exame que ele fazia era: Cada um apresentava a mão! Ele passava a mão assim, olhava: 'Esse aqui tá bom pra tal serviço!'Olhava outro: 'Esse aqui tá bom pra tal serviço!'Aí olhava a minha grosseira, que eu trabalhava no cabo da marreta, batendo, de cavoqueiro, né, aí era tudo cheio de calo. Ele disse: 'Esse aqui tá bom pra manjar.' Pra manjar era o vigia, né. Pra pegar na ficha pra fazer desordem."

> despesas de viagens! [...] Um favor ainda, Senhor Sales: Enquanto Frederico João Lundgren tiver qualquer interesse em Rio Tinto, faça-me o especial obséquio de nunca mais passar em nenhuma fronteira riotintense!

Frederico Lundgren morre em 1946 e quem assume o comando da fábrica é seu irmão Artur Lundgren. Logo depois, é Robert Bruce Harley quem opera algumas transformações na parte gerencial da fábrica.

Como já foi previamente exposto, a escolha do local para erguer a fábrica oferecia alguns desafios, mas também apresentava por outro lado vantagens, como é o caso do acesso fluvial. A estrutura da futura cidade necessitou de um enorme contigente de braços para ser erguida. A facilidade de ter mão de obra barata e abundamente, foi necessária para a consolidação do recrutamento de famílias da região rural da Paraíba e de outros estados vizinhos, que viviam em regiões afetadas pela pobreza da sazionalidade e pouco incentivo à agricultura familiar.

Posterior aos cuidados com o solo, a facilitação do acesso ao local, a instalação da olaria, do porto, foi necessário também construir uma usina de força para produção de eletricidade, tanto para as casas como para a indústria, que consumia muita energia. Até o ano de 1957, o transporte de energia funcionava dessa maneira. Nesse momento, Francisco Gérbasi se torna prefeito da cidade de Mamanguape, e como o mesmo havia trabalhado para a fábrica e conseguiu apoio para tal candidatura por meio da mesma, encarregou-se de trazer energia elétrica diretamente de Paulo Afonso. Gérbasi ocupou o cargo até 1959.

A utilização da força de trabalho de mulheres e crianças foi muito empregada, em especial a primeira. Uma parte do maquinário, importado da Inglaterra, não era tão pesado e podia ser manuseado por trabalhadores/as com pouca força muscular. Muitas crianças foram empregadas, mesmo mentindo sobre a idade e/ou falsificando documentos. Elas costumeiramente eram aprendizes de tecelãs ou fiandeiras. As mulheres, em sua maioria, se empregavam em uma dessas seções, primordiais na produção dos tecidos. No caso de enfermidade de algumas desssas trabalhadoras, o coronel ordenava que algum profissional de saúde se dirigisse até a casa dela, como afirma Silva (2003, p. 252): Frederico Lundgren empregava o termo “minha tecelã”, para referir-se às mulheres que operavam a tecelagem.

Segundo Hardman e Leonardi (1991, p. 126-127), assim como a Bahia - cujas indústrias não eram tantas, mas concentravam um grande número de operários/as, Rio Tinto apresentou semelhante característica de enorme contigente populacional de

trabalhadores/as. Contando com a fábrica principal e a Vila Regina, que funcionava como uma espécie de anexo. Outra questão que os autores ressaltaram sobre os empreendimentos dos Lundgren, concerne à concorrência que conseguuram manter diante de outros grandes grupos no eixo Rio-São Paulo, assim como a "integração indústria-comércio" através das Casas Pernambucanas, que comercializavam o produto das fábricas, em todo o país e inclusive, para os próprios/as funcionários/as.

3.3.3 Estruturas

Quem migra, já vai crescendo com os pés fincados lá. O uso da "fábrica - vila operária" catalisa o processo de exploração, por fixar o operariado e deixá-lo isolado. Permancer na cidade, acordar ao som da sirene e viver do/pelo trabalho ao longo das várias horas do dia. Assim que as chaminés - a mais alta com 72 metros de altura - são construídas, demarca-se, visualmente, o poder da companhia. De qualquer parte da cidade é possível avistá-las. E ainda hoje, as mesmas permancem como forma de estabelecer que acabou o fim da produção fabril, mas o lugar vai seguir carregando os traços da cidade fabril.

No período de sua inauguração em 1924, a fábrica contava com 1.200 teares. A seção de tecelagem agregava a fiação, preparação de fios, engomadeira e tingimento (SAFFIOTI, 1981). Com a ampliação das fábricas, elas se separaram da tecelagem. Ademais, exitia a seção de oficina mecânica- essencial para os reparos do maquinário que era muito antigo - e a seção de carpintaria (MACÊDO, 1986).

Transcorrido um tempo, no advento da ampliação e modernização da fábrica na década de 50, a estrutura modificou e ganhou esses traços, conforme descrição de Macêdo (1986, p. 71):

> [...] - depósito de algodão: 6.543 m^2; fiação: 14.555 m^2; tecelagem: 17.020 m^2; acabamento: 14.679 m^2; oficinas de manutenção: 5.560 m^2; escritórios: 2.780 m^2; casa de força: 2.508 m^2; garagem: 493 m^2; almoxarifados: 3.286 m^2; descaroçador e prensa de algodão: 1.404 m^2; beneficiamento de algodão-depósito de resíduos: 1.280 m^2; reservatório de água: 90 m^2; chaminés: 64 m^2, perfazendo tudo um total de 70.262 m^2.
>
> Dos prédios e terrenos não integrados à indústria faziam parte:
>
> - vila operária com 2.613 casas, num total de 257.714 m^2; o barracão, de 1.825 m^2; cinema: 2.000 m^2; hospital: 1.366 m^2; cantina: 462 m^2; tecelagem instalada na Vila Regina, parte alta da cidade, com aproximadamente 800 teares, correspondendo a, aproximadamente, 5.000 m^2 de área total da fábrica.

A disposição da cidade foi configurada com a fábrica ocupando a centralidade e as casas, assim como os outros espaços coletivos, cresceram no entorno. A disposição da rua, que se localiza em frente à compahia, é estratégica para manter os/as operários/as sob o controle e a vigilância permanentes. Ao passo que a fábrica se ampliava, eram criados outros ambientes, como se demonstra na citação a seguir, que vincula o tempo à construção:

> A farmácia, a igreja, o grupo escolar, feiras semanais, clubes recreativos e padarias foram construídos em 1923, o hospital e o barracão em 1940 e, em 1945, a cantina. A construção da fábrica, montagem das oficinas, casas de força e instalação dos equipamentos deu-se entre 1923 e 1941. A fábrica começou a funcionar em 1924. (GOÉS, 1963,p. 96 apud PANET et al., 2002, p. 28).

Figura 4 – Entrada da Fábrica de Tecidos Rio Tinto - PB

Fonte: Geotrilhas (2011)[39]

3.3.4 Aspectos do cotidiano na formação da cidade-fábrica: o espaço, o cotidiano e as proximidades com Paulista

Fundadas pelos Lundgren, as cidades de Paulista e Rio Tinto foram significativas experiências de núcleo industrial com criação de vila operária, e posteriormente, transformadas em cidade, dentro do Nordeste. A família que ficou conhecida a nível nacional teve o nome dos seus principais homens colocados ao lado de outros conhecidos expoentes da implantação da indústria têxtil no país.

[39] Disponível em: <http://wwwgeotrilhas.blogspot.com.br/2011/12/geotrilhasrn-premia-os-geotrilheiros-e.html>. Acesso em:

Uma breve comparação entre ambas experiências fabris, desenvolvidas em Paulista e Rio Tinto, é inevitável. Esta, comprada como um pedaço de terra submetida à uma série de intervenções, pode desde a sua fundação ser criada como os donos a vislumbravam: disposição hierárquica das casas, arquitetura da fábrica inspirando poder, dentre outros. Em oposição, Paulista já apresentava uma pequena indústria e alguns mocambos. Sem dúvida foi com a ocupação dos Lundgren que o local passou por diversas transformações, desde a ampliação do prédio que abrigou a fábrica, até a transformação dos mocambos em casas e construção de uma vila. Para tanto, eles começaram a convocar trabalhadores/as especializados através de anúncios nos jornais de Recife. Somado a isso, iniciaram o recrutamento de famílias camponesas.

Por ser a primeiro experimento, enquanto domínio de um núcleo fabril com vila operária, muito da vivência foi testado e desenvolvido lá, para ser aplicado com maior eficácia em Rio Tinto. Desde o aliciamento das famílias, passando pela escolha das funções de trabalho de cada membro da família, e especialmente, abrangendo cada elemento que compunha o cotidiano da classe operária, os traços de domínio dos Lundgren se fizeram presentes em ambos os locais.

A omissão do Estado nessas duas regiões, foi fundamental para garantir o controle. Essa supressão do poder estatal na promoção de direitos sociais, por exemplo, foi substituída pelos donos da fábrica. Ao passo que esta ação era legitimada, toda a experiência social foi controlada. O tempo livre, as casas onde morariam os trabalhadores, o que seria comprado para consumo alimentício, dentre outros fatores.

O aglomerado fabril dos Lundgren ganhou considerável destaque em relação aos outros núcleos no Brasil. Além disso, como já foi citado, ao somarem à produção industrial o comércio, eles conseguiram conquistar grande proporção econômica dentro do setor têxtil. Pra se ter noção do porte alcançado, Gunn e Correia (2002, p.143) demonstram o seguinte:

> Um primeiro aspecto que surpreende em Paulista e em Rio Tinto diz respeito às dimensões que atingiram, surpreendentes em casas de núcleos fabris. Paulista, em Pernambuco, chegou a contar com cerca de seis mil casas e Rio Tinto com cerca de 2.600, na década de 1950. O censo de 1950 indica Rio Tinto como a terceira maior "cidade" da Paraíba, com uma população de 18.774 pessoas. Na ocasião a "cidade" de Paulista contava com 21.243 habitantes. Tais dimensões contrariam a tendência geral de núcleos fabris de se constituírem em povoações de pequenas dimensões, característica solidária com uma maior eficiência dos mecanismos de controle social criados pelas fábricas. Sob este aspecto, a criação de Rio Tinto pode ser entendida, inclusive, como forma de desconcentrar Paulista, que nos anos vinte

> crescia aceleradamente acompanhando a expansão das indústrias instaladas.

Ao obter tamanho diverso dos outros núcleos, os Lundgren gozaram não só de poder econômico, para continuar a expansão, mas lograram enorme influência política, essencial para ratificar o confinamento e manter a independência, diante de outros núcleos urbanos. E, posteriormente, a municipalização dos locais (GUNN; CORREIA, 2002, p. 143).[40]

Paulista e Rio Tinto guardavam várias particularidades, mesmo sendo inciativas do mesmo grupo empresarial. No entanto, os traços paternalistas e a moralização da classe trabalhadora, atingiram transversalmente os dois locais. O mesmo propósito de higienização e controle, na construção das casas, com as vilas operárias, pode ser aplicado a concepção da classe operária que a burguesia tinha. Era relevante, portanto, intervir no processo de construção do operariado livre, para que esse não "fugisse do controle" e dos objetivos, como aponta Rago (1985, p. 177):

> Ao prometer a construção das vilas operárias como resposta para o problema da saúde da população pobre da cidade, os higienistas abrem caminho para a realização da utopia burguesa de fabricação da classe trabalhadora desejada, combinando imperativos econômicos e políticos.

A chegada das famílias também era marcada por uma ritualização, que tinha como finalidade expressar o poder do coronel Frederico Lundgren, em Paulista, especialmente. O aliciamento que ocorria nas redondezas, em particular, nas áreas rurais, era similar nas duas fábrica-vila operária, tanto em Paulista como em Rio Tinto. Na memória de ex-operários/as é possível encontrar a presença do coronel na escolha dos postos de trabalho que as famílias, selecionadas por ele, ocuparam em Paulista (LEITE LOPES, 1988). A presença dos aliciadores (funcionários da fábrica), dos meios de transporte de trabalhadores (a sopa), a promessa de: trabalho, alimentação, moradia, esteve presente. Contudo, o contato inicial com o coronel ou algum diretor, especialmente estrangeiro- no caso de Rio Tinto-, era primordial para a marcação do início na normatização da classe trabalhadora que chegava. (SILVA, 2003).

[40] Quais as vantagens de gerar uma diversa rede de privilégios políticos nas redondezas e depois consolidar uma cidade: "Nota-se nos dois casos como a conversão de terras da fábrica em municípios, com sede no núcleo fabril, foi uma conquista dos industriais. O interesse na criação desses municípios parece estar na busca de maior autonomia, uma vez que oferece à indústria melhores condições de controlar a administração de um município totalmente encravado em suas terras." (GUNN; CORREIA, 2002, p. 146).

Segundo Alvim e Lopes (1990), o aliciamento da família toda[41] — realmente como uma unidade produtiva, facilitava o emprego de mulheres e, as crianças e adolescentes, como aprendizes. Mesmo porque, nessa altura as possíveis trabalhadoras não poderiam largar suas famílias e "tentar a sorte", se já não tivessem garantia de emprego ou algum parente que morasse no lugar.

> Para poder contar com certas categorias de trabalhadores que não se encontravam naturalmente no mercado de trabalho local, principalmente as mulheres, a CTP lançou-se ao recrutamento direto de famílias inteiras por sobre todo o território dos Estados de Pernambuco e da Paraíba. Dessa forma, atraiu numerosos trabalhadores dos dois sexos e de todas as classes de idade, inclusive crianças (empregadas a partir de 10-12 anos, embora a lei não autorizasse contrato de trabalho antes dos 14 anos) e de homens mais velhos. (ALVIM; LOPES, 1990, p. 3).

Um dos controles exercido pela fábrica sobre as famílias, era o consumo. As famílias tinham acesso aos produtos alimentícios produzidos na terra da companhia; e compravam roupas e produtos de cama, mesa e banho, de origem local, comercializadas nas Lojas Pernambucanas. Esse tipo de consumo intermediado, portanto, controlado pela fábrica, é uma prova que ilustra a quebra, promovida pelos Lundgren, da barreira do privado e do público, na vida da classe trabalhadora. A passagem a seguir, ilustra como o capital se favorece dessa ruptura, em todas as esferas do lucro:

> A fábrica concedia aos operários um adiantamento para a compra de roupas, tecidos para cama e mesa que era descontado do salário no fim do mês. Essa compra era feita nas Lojas Paulistas, hoje Lojas Pernambucanas de propriedade dos Lundgren. Asssim, ocorria a interdependência de demanda da esfera doméstica à esfera do trabalho controlado pela administração da fábrica […]. De qualquer maneira, não se deve perder de vista o outro lado da questão: esse mercado de trabalho onde a "liberdade" e o "assalariamento" são incompletos favorece duplamente o capital: dentro da fábrica, produz a mais-valia; fora da fábrica, realiza o lucro do capitalista ao construir um pequeno mercado de consumo que absorve as mercadorias saídas da fábrica, fortalecendo o elo entre a fábrica e a vida operária. (MACÊDO, 1986, p.78).

Pessoas da família que não foram incoporadas aos serviços da fábrica, especialmente os homens mais velhos, foram empregados nos roçados, para produção de alimentos que eram vendidos a preços mais baixos nos armazéns, barracões ou feiras

[41] Em regra, a migração ocorria, boa parte, com a família completa. Entretanto, ocorreram alguns casos que muitos migravam para a cidade individualmente. Porém, precisavam a *priori*, ter o contato com algum parente que já estivesse empregado e facilitasse a sua inserção na fábrica e no acesso à moradia.

promovidas pelas fábricas. No caso de Paulista, os mocambos com terra ao lado, serviam de local para produção de gêneros agrícolas. Em Rio Tinto, se mantiveram funcionando um barracão e a feira semanal – com vários produtos que eram plantados nas terras da companhia, funcionando tanto em Rio Tinto, como na Vila Regina. Nos anos 50, no entanto, o trabalho compulsório agrícola foi instituído para manter moradia:

> Na década de 50, a fábrica passou a cobrar um dia de trabalho dos trabalhadores rurais como pagamento do aluguel da casa e do terreno. Tal tipo de solução era viável na medida em que a fábrica já dispunha de grande quantidade de força de trabalho disponível no mercado de trabalho local. (MACÊDO, 1986, p.76-77).

Outra estratégia de controlar os gastos que os/as operários/as tinham com a alimentação, além de uma forma de manter as mulheres "liberadas" do preparo de uma refeição, foi a construção de restaurantes populares. No entanto, as mulheres entrevistadas não mencionaram a existência de tais locais. Durante a descrição do cotidiano, elas sempre colocaram a realização das refeições, em suas casas ou de parentes:

> Além de procurar garantir um cardápio compatível com a produtividade no trabalho, esse sistema de restaurantes evidencia uma estratégia de, transferindo serviços domésticos para fora de casa, liberar a mãe-de-obra feminina para o trabalho industrial. (GUNN; CORREIA, 2002, p. 150).

A família como importante unidade produtiva, que migrou para ambos núcleos fabris e passou pelos processos de controle da sua força de trabalho, foi divida para ocupar os mais variados postos de trabalho requisitados pela fábrica. Pela sua idade e sexo, as funções foram determinadas. E pelo seu posto ocupado, a casa foi fornecida com maiores ou menores facilidades.

> O ritual de contratação já anunciava a divisão do trabalho por sexo e idade na empresa. As moças mais "delicadas" eram chamadas para trabalhar na tecelagem; as demais, na fiação. Os rapazes eram colocados nas operações de pré-fiação, no alvejamento, na tinturaria ou na estamparia, ou ainda, nas oficinas mecânicas e na manutenção da fábrica. Mas eles tinham igualmente a possibilidade de participar de diversas atividades extra-industriais: corte de madeira para alimentar caldeiras, construção e manutenção da vila operária, transporte na linha da estrada de ferro interna, tarefas de vigilância dentro da milícia privada da companhia. (ALVIM; LOPES, 1990, p. 4).

As mulheres que, via de regra, conseguiam ocupar funções na fábrica, quando eram demitidas ou na altura do fechamento da companhia, regressaram às suas casas para desempenhar as funções domésticas. Aos homens cabiam as outras oportunidades profissionais.

> Aliás, a mão-de-obra caracterizava-se por uma elevada rotatividade, sendo as demissões tão frequentes quanto eram fáceis as contratações. Esse paradoxo, considerando-se a imobilização da força de trabalho no interior da vila operária, podia se aplicar tanto aos homens (sobretudo jovens) quanto às mulheres. A instabilidade da mão-de-obra feminina devia-se sobretudo às doenças (tuberculose era frequente nos anos 40), aos acidentes de trabalho; à atração exercida pelos trabalhos domésticos, à existência de outros irmãos e irmãs que podia substitui-las na fábrica e, principalmente, ao casamento e, em seguida aos filhos. (ALVIM; LOPES, 1990, p. 4-5).

A questão da moradia era algo que interferia no cotidiano e mexia com toda a família. No início do recrutamento das famílias, assim que as fábricas abriram, a quantidade de casas não as comportava. Em Paulista, muitas famílias esperavam nos galpões, e em Rio Tinto, algumas dividiam a casa com uma ou duas famílias, até que conseguissem uma residência. Ao transformar camponeses em operários, as suas vidas também se transformaram. A mudança na arquitetura da casa - que se encaixava nos padrões de divisão de cômodos, já debatidos - veio a modificar a rotina dessas pessoas.

A ocupação das casas e os postos de trabalho tinham uma relação direta. Macêdo (1986) destaca, que para conseguirem moradia em qualquer uma das ruas principais, algum membro da família teria que estar na tecelagem. Portanto, via de regra, a ocupação das casas se dava mediante o emprego na fábrica. Isso também infere outro fator já bastante destacado por autores que estudam as vilas operárias. Para além da imobilização da força de trabalho, a casa poderia funcionar como uma mercadoria de barganha nas lutas pelo aumento dos salários. Uma vez que o valor deste elevasse, levaria junto o preço dos aluguéis, servindo mais uma vez para que os patrões não perdessem coisa alguma do lucro.

A respeito da ocupação nas residências, contava-se não só a função desempenhada na fábrica. A “boa” relação com os mestres e chefes era um ponto positivo:

> Essas casas possuem um, dois e três quartos, e a sua ocupação pelos operários dependia de vários fatores. Os mestres e chefes de seção tinham direito a uma casa maior e bem situada. Quanto aos operários, tudo dependia do seu comportamento dócil e ordeiro para conseguir uma casa melhor. Um outro critério importante era o operário ir trabalhar na tecelagem, considerada o setor estratégico da empresa.

> Mas não bastava só isso, tudo dependia da boa vontade dos mestres ou dos chefes que "gozassem" de certo prestígio junto à diretoria, porque eles poderiam facilitar para que o operário conseguisse uma residência de seu gosto. (SILVA, 2003, p. 235-236).

Panet et al. (2002) traz em seu trabalho sobre a cidade-fábrica a contribuição da Arquitetura e o estudo da estrutura das residências da classe operária, bem como a dos outros prédios. Os chalés - onde moravam os diretores - se localizavam em sua maioria, ao redor da praça João Pessoa. A residência dos Lundgren, conhecida como Palacete, ficava em uma região elevada, entre a Vila Regina e Rio Tinto, com visão privilegiada para o núcleo fabril. A marca da hierarquia dentro da arquitetura das moradias foi comum nas duas cidades.

Toques de maior suntuosidade foram empregados na construção de Rio Tinto, especialmente porque seu período inicial de construção se deu em um momento de efervescência econômica na fábrica, entre 1924 e 1948, segundo Gunn e Correia (2002). Entretanto, a edificação de uma cidade, não tem data de início e fim, ao contrário, ela faz parte de um processo demandado pela população. No caso desses locais, a sua ampliação se deu motivada pelo aumento e necessidades da classe operária, embora, os donos da fábrica fossem responsáveis por tais construções:

> Como costuma ocorrer em casas de núcleos fabris, Paulista e Rio Tinto foram construídas ao longo de décadas. A construção de novos grupos de casas e equipamentos acompanhava as necessidades de mão-de-obra das fábricas, intensificando-se nos momentos de expansão da produção. O tipo de alojamento oferecido pela fábrica a seus operários também reflete estratégias diversas de gestão da mão-de-obra empregada em diferentes momentos. (GUNN; CORREIA, 2002, p. 152).

Todas as cidades, algumas de imediato, ganham contornos de hierarquia econômica e social. No caso de Rio Tinto, essas marcas foram imputadas imediatamente em sua construção. A marca dos "tijolos vermelhos", produzidos na própria olaria da fábrica, servia de diferenciação da nobreza e prestígio, das casas e outros locais que o tivessem em sua obra. Uma espécie de "discreto louvor" (PANET et al., 2002, p. 60), deveria ser esperado da classe operária, diante desses edifícios. Mesmo com uma conotação artificial na sua construção, a cidade não vai crescer imune à rotina, à resistência e aos costumes que a classe operária lhe imputaram. Ainda que instrumentos de controle tenham sido criados e que a fábrica construísse opções de lazer, a população irá construir um modo de viver, uma cultura de classe ao longo do cotidiano com

hábitos referentes ao seu modo de viver, que ora assimila ordens, ora se rebela contra as mesmas.

O cotidiano, nas duas localidades, foi marcado por várias semelhanças. Apesar disso, cada uma apresentou uma enorme gama de peculiaridades. Como ao tratar do cotidiano escolhas precisam ser feitas, os temas da moralização, lazer e educação, fazem parte dessas opções para tecer alguns comentários sobre o dia a dia das mulheres e dos homens que trabalharam e habitaram a cidade.

A educação era uma das principais ferramentas para manutenção do controle e formação de nova mão de obra, que já estaria apta e iria se comportar conforme a disciplina ensinada. As escolas, nos dois núcleos fabris, eram mantidas pela fábrica. Em Rio Tinto, além dos ambientes escolares, existiam as "visitadoras", que funcionavam com uma orientadora da educação que seria passada às crianças. A educação, portanto, seria uma espécie de: "[…] intervenção externa sobre a família. Através dela, na formação das crianças, a influência da família é neutralizada pela de uma professora comprometida com um programa de ensino compatível com os interesses patronais." (GUNN; CORREIA, 2002, p. 148).

A instalação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1946, no núcleo fabril de Rio Tinto, teve como função a transmissão do ofício, que antes se dava em grande medida, dentro da própria fábrica. Os filhos e as filhas dos/as operários/as, matriculados na escola, puderam aprender além da disciplina, lições de: mecânica, ferraria e eletricidade (SILVA, 2003). E ao passo que foram convocados, ingressaram no trabalho fabril, já especializados.

Outros complexos fabris também transmitiam o ofício dentro das fábricas. Em Rio Tinto tem-se notícia de operários enviados de Paulista para transmitir a prática do ofício e de mulheres que ensinavam umas as outras a função, em calçadas da cidade.

No cotidiano do trabalho, o controle por parte dos chefes para o ensino de ofícios era dificultado por razões diversas. A hierarquia, que o coronel já havia estabelecido, era reproduzida pelos funcionários que ocupavam os postos mais altos. Estava em suas mãos a disposição para ensinar aos outros homens os ofícios. As mulheres, no geral, só mudavam de alguma seção com o aumento da experiência, baseado na aptidão de operar mais máquinas. No entanto, em geral, elas não subiam para posição de comando. Os chefes, portanto, eram os responsáveis pelas mudanças organizativas dentro da produção; e essas mudanças estavam perpassadas pelo

coronelismo e paternalismo, dependendo de relações exteriores ao mundo do trabalho e da "competência" do operário. (SILVA, 2003, p. 226).

Manter a disciplina, dentro e fora da fábrica era tarefa dos vigilantes recrutados pelo próprio coronel Frederico. Esse controle exercido sobre eles e por eles, era a prova cabal de que os espaços construídos pela "companhia para o operariado" deveriam ser tratados como "favores" e necessitavam de controle. Sendo assim, era justificado o uso de truculência para que a disciplina fosse total. Forasteiros ou pessoas que destoavam da engrenagem que funcionava a fábrica eram sumariamente repreendidos pelos aparelhos de controle dos Lundgren. O controle dentro e fora da fábrica era praticado também pelo Departamento de Pessoal, que conseguia exercê-lo no que tange à obediência dos/as funcionários. Junto a outros mandatários, espécie de capangas do coronel, chamados de "caveiras", que estavam sempre no meio da população para observar o comportamento e, sempre que fosse necessário, comunicar aos chefes. (PANET et al., 2002, p. 89).

Existia o controle e o lazer, este muito se ligava ao primeiro. A construção de uma cidade não se faz só com tijolos, telhas e argamassa, mas com gente e com incentivo para que as mesmas permaneçam no local. O principal motivo da mudança das pessoas para a localidade era, sem dúvida, a fábrica e a chance de encontrar emprego para a família toda. A rotina de trabalho era árdua e o único tempo livre era aos domingos, se não fosse conseguida uma hora extra para a complementação do salário. No mínimo tempo de lazer, as pessoas precisavam de espaços de distração, que favorecessem a troca e a convivência com os/as outros/as moradores/as do local. Para tanto, foram construídos espaços com essa finalidade, que tinham também o marco da hierarquia dos postos de trabalho. Ainda hoje acontece nos grupos da terceira idade, como ocorria durante o tempo da fábrica, a comemoração das datas festivas. (SILVA, 2003).

A criação de mecanismos de lazer fazia parte da cultura organizacional da empresa, a fim de incentivar a produtividade dos/as funcionários. Em épocas de Carnaval, blocos eram criados, desde os reservados à classe operária, até os clubes, frequentados pelos diretores e outros funcionários que ocupavam postos mais qualificados. As opções de divertimento eram jogos de futebol — existia um campo de futebol e um time na cidade —, viagens financiadas pela fábrica (para algumas das

praias próximas) cinema ao ar livre[42] e a Igreja (incialmente, apenas católica). As datas festivas, que foram sempre comemoradas para além do Carnaval, eram: Natal, Ano Novo, São João. Além das comemorações mais voltadas para o operariado, havia as opções para os funcionários que ocupavam os cargos mais altos, como as festas privadas nos clubes.

Na década de 50 foi formada uma banda, composta por funcionários da fábrica e mantida pela mesma. A banda era sempre requisitada, tocando tanto para o operariado, como nas festas promovidas para os altos funcionários e outros empresários. Conhecido como grande impulsionador dessa vertente musical da fábrica, Herman Lundgren financiou instrumentos e favoreceu a formação de banda e dos blocos de carnaval. O depoimento abaixo de um operário, ilustra a efervescência da música na cidade:

> Eu mesmo era músico dessa orquestra. A gente tocava e ganhava pela fábrica. E não era só no carnaval, não. Se o senhor quisesse uma festa, ia na diretoria, sendo amigo dele lá; aí eles mandava os músicos tocar na sua casa. Eu travalhava na tecelagem, mas gostava mais de ser músico do que tecelão, porque como músico eu brincava, bebia e ganhava dinheiro. A gente se divertia e ainda ganhava, porque as festas eram por conta da companhia. (Entrevista com ex-contramestre de tecelagem). (SILVA, 2003, p. 245).

As mulheres tinham restrição na participação desses espaços de lazer, especialmente quando já estavam casadas e tinham uma rotina de atividades domésticas extenuante. As mulheres, com frequência, tiravam algum tempo para ir à igreja aos domingos. Algumas recordam das festas de rua ou das idas ao cinema.

As festas que ocorriam no Rio Tinto Tênis Clube eram pagas e, portanto, restringiam a participação, tendo em vista que o salário da classe operária era contado para o pagamento da subsistência básica.

A modernização que as duas fábricas passam em meados da década de 50 e 60, modifica alguns aspectos do cotidiano. Com a chegada das máquinas modernas e a demissão de um grande contingente de trabalhadores/as, ocorreu um fomento na luta dos/as ex-operários/as contra os patrões, na tentativa de conseguirem a posse das casas como indenização, devido à desoneração do posto de trabalho. O segundo núcleo fabril construído em Rio Tinto, a Fábrica Regina, fecha suas portas em 1964. No processo de demissão, nos anos que vão de 1962 a 1964, são demitidas quase três mil pessoas.

[42] Só em 1944 o Cinema Orion é inaugurado. Com exibição semanal de filmes, que eram levados de João Pessoa para lá. Até hoje o espaço existe, funcionando atualmente para festas e outras confraternizações.

(GUNN; CORREIA, 2002). Esse período marca, entre outros fatores, uma constante derrocada das fábricas.

3.4 MODERNIZAÇÃO E DECLÍNIO DA FÁBRICA

A modernização da Fábrica de Tecidos Rio Tinto, durante os anos 50 e 60, afetou profundamente o cotidiano de várias famílias. Com a chegada do maquinário moderno, que requeria muito menos mão de obra, uma grande quantidade de pessoas foram demitidas, em nome do aumento da produtividade, para fazer frente às fábricas do sul e sudeste. Datam desse período também, o aumento significativo de mobilizações, processos trabalhistas contra a fábrica e o fechamento da tecelagem da Vila Regina. Nos anos 70, outra transformação ocorreu nas terras de Rio Tinto, com o Programa Nacional do Álcool (Próalcool). Com o fechamento da unidade fabril nessa região, as terras próximas foram quase todas ocupadas pela plantação de cana-de-açúcar, que recebeu enorme incentivo com o programa. Aliás mudanças, cruciais pra vida do/a trabalhador/a, são comentadas por Macêdo (1986, p. 168):

> Concluindo-se, a tendência à redução do emprego, no período pós-60, como uma das consequências da ênfase na modernização administrativa e reorganização no fluxo de produção, refletiu-se entre outros aspectos, no corte das formas de salário complementar que a fábrica antes proporcionava aos seus trabalhadores, como a desativação do barracão que antes permitia bens de consumo alimentícios a preço mais acessíveis e, principalmente, um ônus dos custos de moradia para os trabalhadores. Por outro lado, a própria alteração na exterioridade espacial contribui para reforçar a percepção de diferenças que se estabeleceram no conjunto arquitetônico da cidade.

A construção da Tecelagem Regina, que depois foi nomeada de Fábrica Regina, se deu durante a Segunda Guerra Mundial, período de folêgo no crescimento produtivo. O fechamento ocorreu durante o processo de modernização, no intuito de diminuir os tributos, já que cada unidade da fábrica somava uma conta (MELLO, 2002). Rapidamente edificada, sob a supervisão de Guilherme Jacob, as salas A, B, C e D, serviram para absorver a mão de obra da Vila Regina, que encontrava na altura, no momento severas limitações para se deslocarem até Rio Tinto

A mudança de maquinário tardou a acontecer não só em regiões mais periféricas, e o surgimento de orgãos governamentais que fomentaram a modernização, demonstram a tentativa de nivelar com os outros locais, especialmente com São Paulo:

> […] os industriais brasileiros só vão renovar parte apreciável de seus equipamentos na década de 50. De fato, o maquinário, antes de 1950, era antigo. Em 1940, 94% dos teares do Estado de São Paulo tinham sido fabricados há mais de dez anos. No país como um todo, cerca de 50% do equipamento têxtil havia sido instalado antes de 1915. As divergências dentre os industriais do ramo em apreço quanto à proibição de importações de maquinaria indicam a existência de uma ampla gama de custos de produção, ou seja, as empresas operavam a distintos níveis de eficiência produtiva. A existência de capacidade ociosa também constituiu fator de retardamento da modernização da indústria têxtil.(SAFFIOTI, 1981, p. 80).

Baseado em uma pesquisa para avaliar a produção têxtil do Nordeste, antes mesmo da existência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), inicia-se a movimentação para implantação da modernização em Rio Tinto. A fábrica adquire 220 teares, que somado aos já existentes (2.298), contabiliza 2518 teares. As novas máquinas trouxeram consigo a demissão de vários/as operários/as. Segundo entrevista realizada pela autora, um ex-operário, afirma que uma tecelã podia operar 20 máquinas. Uma vez que, com as antigas, eram duas tecelãs por máquina (MACÊDO, 1986). O que provocou a demissão em massa de funcionários/as[43].

A modernização ocorreu devido a uma pressão do contexto da industrialização nacional e internacional. A racionalização do trabalho, a produção de maior mais-valia e a diminuição dos custos do salário, foram medidas também deste processo: "[…] a modernização pretendida se fez quando já se tinha uma reorganização do ramo industrial a nível nacional que exigia novos investimentos. A renovação dos meios de produção é vital pra sobre vivência da empresa" (MACÊDO, 1986, p. 112).

Apesar dessa aquisição de novas máquinas, em 1962 - na altura já com o beneficiamento da SUDENE - a fábrica trocou boa parte do equipamento ainda de origem inglesa e do começo do século XIX, que deixavam a produção, especialmente na fiação e tecelagem, mais demorada e cara. Na década de 60, ocorre o fechamento da fábrica na Vila Regina, com a demissão de aproximadamente duas mil pessoas.

[43]"O processo de modernização da fábrica leva à demissão: o contingente operário, antes do programa, nas seções de fiação e tecelagem, é em média de aproximadamente 2.300 operários, reduzido, com o programa de reequipamento, para 1.570 operários." (MACÊDO, 1986, p. 99-100 apud VALE, 2008, p. 103).

A falta de renovação técnica foi atestada em diversas indústrias têxteis do Nordeste. A modernização — a partir da compra de uma pequena quantidade de máquinas automáticas— ocorreu só por volta de 1950. A fábrica operou durante muito tempo com máquinas reutilizadas e bem antigas. A necessidade de manutenção e reparos foi constante, inclusive, vários funcionários estrangeiros foram para Rio Tinto, no intuito de ensinar o ofício aos homens recrutados para o trabalho na companhia. Além disso, o maquinário antigo motivou um série de acidentes de trabalho que em, múltiplas vezes, levou a óbito alguns operários. As condições do ambiente de trabalho, com pouca luz e ventilação, muito barulho, poeira produzida pelo tecido, proporcionavam o aparecimento de várias doenças. (MACÊDO, 1986, p. 142).

O corte do operariado se deu sobre vários problemas no que se refere às leis trabalhistas. Nesse momento, os donos da fábrica associaram a demissão e a retirada do direito à moradia, um dos principais motivos da vinda de famílias inteiras para morar no local. A atuação do sindicato[44], junto com seu advogado José Gomes da Silva, foi crucial para que os/as operários/as tivessem acesso a direitos já consolidados na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Vale (2008, p. 103) comenta sobre a organização sindical que impulsionou à resistência da classe trabalhadora diante da perda do trabalho e da casa:

> Os Lundgren, nesse interregno, procuram inserir nova estratégia de diminuição do número de trabalhadores. A fábrica põe em prática medidas, desde a rescisão de contratos de trabalho, até a ação de despejo na vila operária, dos trabalhadores demitidos. A Justiça do Trabalho e as ações movidas contra os patrões dão nova feição às reivindicações operárias.

Operários ou operárias que conseguissem ganhar o processo contra a fábrica, puderam se tornar proprietários/as de suas casas. Esse período e alguns casos que ocorreram durante o fechamento, foram os únicos que as pessoas puderam ter a propriedade da moradia. Até hoje, boa parte dos/as ex-operários/as pagam o aluguel. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) intermediou o recebimento da indenização:

> A dispensa dos operários estabilizados era necessária para que viabilizassem os interesses do capital. Nessa ocasião, a direção da fábrica utilizou o mecanismo de apoio criado pelo Estado. A

[44] "Ainda que Frederico Lundgren afirme sua aspiração a pleno controle […] se dá a articulação de operários e militantes comunistas, no sentido de criação do sindicato no início da década de 30." (VALE, 2008, p. 63)

> instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS caracterizou um claro propósito de acentuar a mobilidade do trabalho. Os trabalhadores com 10 anos ou mais anos transformaram-se em optantes do FGTS, passando a receber a casa como indenização pelo tempo de trabalho. (MARANHÃO, 1983, p. 195 apud MACÊDO, 1986, p. 101).

A outra parte do projeto de modernização foi realizada em 1966, e teve como objetivo a compra de novo maquinário para a fiação (MACÊDO, 1986, p. 104). Um ponto a se destacar sobre o novo maquinário se refere à ausência de treinamento do operariado para operar o equipamento. A essa altura, marcas diferentes de equipamentos eram encontradas na fábrica, que contava com esse quadro de funcionários/as, segundo Macêdo (1986, p. 104):

> Com relação à mão-de-obra empregada na fábrica à época do 2º projeto, o documento declara 04 diretores, 7 técnicos, 172 no escritório, 115 operários especializados, 1238 operários não especializados, 123 da limpeza e manutenção, e o item "outros", com 27 pessoas.

A rotina exaustiva de trabalho não é modificada durante a modernização, ela acabou trazendo desemprego, intensificação do trabalho, inadaptação de uma parcela dos trabalhadores antigos recém-recrutados, deterioração da saúde do operário. Vários aspectos do cotidiano são afetados e espaços da cidade também. O barracão, local onde a população adquiria alimentos perecíveis a preços mais baixos, é fechado e dá lugar a uma feira local com produtores das redondezas. (MACÊDO, 1986). O preço da alimentação aumentou, enquanto o salário não. O hábito de se comprar produtos produzidos pela companhia barateava o consumo ao mesmo tempo em que este era controlado. No entanto, a memória da "bondade" da companhia é a que ficou presente na memória dos/as operários/as até os dias atuais, quando viram seu poder de consumo reduzido.

A partir da década de 60, as movimentações trabalhistas dão um caráter diferente do poder que parecia indestrutível dos Lundgren. Alguns sindicalistas e a presença do Juiz Hermilo Ximenes como aliado dos operários nesse processo, fizeram oposição aos desmandos da companhia (MELLO, 2002) e teve forte atuação, até 1964 (período em não ocupava mais o posto de juiz dessa comarca), nos processos trabalhistas[45], movidos

[45] Sobre a atuação do juiz Hermilio Ximenes junto ao operariado, consultar Vale (2008).

em decorrência da série de demissões e da perda das casas. Data deste período, portanto, a organização da classe trabalhadora em torno da eleição de um representante seu para ocupar o cargo de prefeito de Rio Tinto. Como evidencia Mello (2002, p.104):

> Nos desdobramentos do processo histórico, Fernandes de Andrade ascendeu à Prefeitura de Rio Tinto, em agosto de 1963, graças à aliança dos trabalhadores do campo com os da cidade, o que incluía Ligas Camponesas, Sindicato e forças de esquerda com os Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Era necessário ter alguém que fizesse a representação da classe trabalhadora tendo em vista que o empresariado já conseguia ter alianças necessárias para as suas manobras. Exemplo disso foi a própria instalação da fábrica nas terras que eram conhecidas como Engenho da Preguiça ocorrida mediante alguns acordos[46] com o Estado da Paraíba, dentre eles a isenção de impostos. A fábrica então acabou por transportar tal acordo ao município de Mamanguape e a partir de 1925, começaram os descompassos sobre esse entendimento, que ocorria apenas por parte de um dos lados. A mediação, dos Lundgren com o Estado no que concerne à não municipalização, perdurou até 1956, quando Rio Tinto se tornou um município, impulsionada pelo projeto de Eduardo de Alencar Ferreira, deputado estadual e genro de um dos proprietários: Artur Herman Lundgren. Antes da emancipação, as relações políticas sempre foram frágeis. A uma certa altura, a fábrica conseguiu manter sempre um representante dela em locais políticos privilegiados, na esfera do poder em Mamanguape. Mello (2002) destaca como as relações do poder privado com o poder público, estiveram sempre embricadas no sentido de impulsionar, quando necessário fosse - favorável à fábrica - a emancipação de Mamanguape.

A Lei nº1622 de 6 de dezembro, da Assembleia Legislativa do Estado, sanciona o desligamento e municipalização de Rio Tinto. No momento, o prefeito de Mamanguape era Francisco Gérbasi, que compunha a diretoria da fábrica e havia recebido financiamento para sua campanha. A cidade dependia economicamente da

[46] Desde as primeiras negociações para compra das terras e o acordo para isenção de impostos, os Lundgren foram travando relações políticas que seriam ampliadas ao longo do tempo. Exemplo disso foi o financiamento da campanha de Pedro Gondim (1958/1960), governador que favoreceu a companhia quando estava oucpando o cargo público, especialmente quando foi necessário intervenção policial e/ou militar, durante a ascenção das Ligas Camponesas, da organização sindical e do Golpe Militar de 1964 (VALE, 2008).

fábrica de tecidos Rio Tinto, uma vez que sua produção representava cerca de 75% (setenta e cinco por cento) na receita da cidade (RODRIGUES, 2008).

Adiel A. Rodrigues (2008) traz algumas versões, de autores conhecidos pelo estudo da cidade de Rio Tinto, em que ilustra a crise que se alastra desde o período da modernização, quando o número de operários/as diminuiu consideravelmente. Na década de 90 a fábrica foi completamente paralisada, e, atualmente, seus prédios abrigam um câmpus da Universidade Federal da Paraíba. Um desses escritos é de Mello (2002) abaixo transcrito:

> Hoje as unidades de produção da Fábrica Rio Tinto encontram-se fechadas. A "Manchester Paraibana" fez-se um sonho que custou a fortuna de poucos e a desgraça de muitos. Como quase tudo ao longo da História da Paraíba[47].

A cidade só possuía a fábrica para absorver grande mão de obra e abrigar boa parte da população, que havia migrado para lá em busca de trabalho. Considerável parte das pessoas entrevistadas nesse trabalho tem como divisor de suas memórias sobre a cidade, o fechamento da fábrica. Pouco a pouco, os setores foram parando e ocorreu o transporte de alguns equipamentos e documentos para Paulista. Atualmente funciona um pequeno escritório da fábrica, que recebe mensalmente os aluguéis das casas e guarda alguns documentos dos operários e das operárias daquela época.

Quadro 1 - Cronologia da fábrica. Principais acontecimentos.

1855	Herman Theodor Lundgren chega à Recife e começa seus empreendimentos comerciais.
1861	Abertura da "Powder Factory" no Cabo-PE.
1904	Herman Theodor Lundgren adquire a Fábrica de Tecidos Paulista
1905-1906	Aquisição da Usina Central de Timbó, localizada próxima a Fábrica de Tecidos Paulista
1907	Aos 72 anos de idade, Herman Theodor Lundgren falece
1917	A família adquire as primeiras terras em Rio Tinto
1918	Frederico Lundgren assumiu a frente dos negócios desde a morte do pai, e nesse momento, acelera a compra das terras em Rio Tinto e elege Apolônio Gomes de Arruda como administrador na compra das terras

[47] MELLO, 2002, p. 168(APUD RODRIGUES, 2008, p.249).

1918-1923	Todos os processos de preparação do solo para a construção dos prédios da fábrica são feitos. Início do recrutamento das famílias
1924	Inauguração da Fábrica
1928	Ainda pertencente à Companhia de Tecidos Paulista, o núcleo fabril de Rio Tinto era chamado de: Companhia de Tecidos Paulista-Fábrica de Tecidos Rio Tinto
1943	Por meio do decreto lei de número 1402/1943 é aberto o Sindicato Têxtil de Rio Tinto
1946	Frederico Lundgren falece. O SENAI é inaugurado
1951	É publicada no Diário Oficial a escritura que nomearia agora de Companhia de Tecidos Rio Tinto a fábrica
1956	Rio Tinto se tornou município por meio da Lei 1.622
1959	Abertura da Comarca de Rio Tinto, grande movimentação de processos trabalhistas contra à fábrica e intensificação das lutas sindicais e camponesas
1959-1960	Começo da modernização pela qual a fábrica passa, com a compra de maquinários automáticos, e consequentemente, a demissão de várias pessoas
1960	Eleição de Antônio Fernandes de Andrade, "Bolinha" para presidente do Sindicato
1963	"Bolinha" é eleito prefeito da cidade de Rio Tinto
1963-1964	Fechamento da tecelagem da Vila Regina
1964 (1 de Abril)	Golpe Militar no Brasil e ocupação do Exército na cidade de Rio Tinto que estava sob controle dos operários[48]
1965	Incêncio em parte da prepação da Companhia de Tecidos Rio Tinto
1966	Início da segunda parte do projeto de modernização
1980	Década do fechamento da fábrica. Aos poucos algumas algumas seções começaram a ser fechadas

Fonte: Elaborado com base em Macêdo (1986).

3.5 E A PRESENÇA DAS MULHERES?

A utilização da mão de obra das mulheres desde o começo da industrialização já foi largamente discutida, entretanto, na realidade da incoproração das mesmas na

[48] Documentos sobre esse acontecimento podem ser consultados no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Rio Tinto.

indústria têxtil brasileira, ressaltar alguns pontos faz necessário. A formação da classe operária, que possui dois sexos, como destacou Elizabeth Lobo e outras escritoras marxistas que a seguiram nessa discussão, provoca a reflexão do lugar que foi reservado à essas mulheres no chão da fábrica e no cotidiano doméstico. A semelhança com outros locais do mundo é visível, inclusive foi motivo das primeiras organizações das mulheres ainda na Inglaterra. Saffioti (1981, p. 74) destaca o uso da mão de obra das mulheres, considerada barata, no início da industrialização no Brasil, quando os salários ainda não eram pagos: "Por volta de 1880, a fábrica Beribery empregava 110 mulheres, num total de 130 trabalhadores, entre as idades de 10 e 30 anos, às quais eram fornecidos um espaçoso alojamento, alimentação e roupas de trabalho".

O emprego das mulheres na indústria têxtil de São Paulo na década de 70, objeto de estudo também da autora que assinalou aspectos a serem reproduzidos por apresentarem similaridades com a realidade vivida em Rio Tinto. A presença dessas mulheres era significativa, quando comparada à presença masculina no quadro de funcionários. E os longos turnos de trabalho as impediam de concluirem seus estudos. (SAFFIOTI, 1981).

O indíce de qualificação das mulheres na indústria têxtil continuou baixo até a década de 70. Semelhante ao ocorrido na Fábrica de Tecidos Rio Tinto, nas indústrias têxteis paulistas, muitas não conseguiam qualificar-se nas carreiras. A vida doméstica também era um empecilho (SAFFIOTI, 1981, p. 85-86). A relação entre o nível de salário dos homens e das mulheres é outro aspecto considerado nas pesquisa sobre a vivência das mulheres trabalhadoras. Em Rio Tinto, o ganho era por produção, e em grande medida, só ascendiam a cargos de chefias os homens, mais um fator para se considerar na discrepância salarial. O tempo de serviço para as mulheres também ganhava características específicas, como o tempo de afastamento para a chegada dos/as filhos/as e outros problemas domésticos. Saffioti (1981, p. 86) comenta:

> Os percentuais de mulheres na mais alta faixa salarial, que vai de oito salários mínimos a mais, são muito inferiores às proporções masculinas, com o agravante de só aparecerem mulheres neste nível de rendimento das empresas que empregam mais de mil funcionários. A situação agrava-se em 1974, pois as mulheres não comparecem sequer com taxas insignificantes nem nas empresas de grande porte. É verdade que a remuneração varia também em função do tempo de serviço na mesma firma, mas parece que este fenômeno é mais verdadeiro para os homens do que para as mulheres.

O intuito da pesquisa se aproxima à discussão da inserção das mulheres no mundo do trabalho, especialmente no cotidiano desse núcleo fabril que estava sendo forjado. Enquanto a fábrica era construída, elas estavam sendo recrutadas junto com suas famílias e sua presença era fundamental para que todos/as conseguissem ficar na cidade. As operárias foram essenciais porque ocuparam setores estratégicos (e de maior produção) da fábrica, a fiação e tecelagem, e pelo motivo óbvio de que uma cidade não se faz sem sua participação. Nem muito menos a reprodução da força de trabalho, lugar que constantemente é reservado ao sexo feminino.

Essas mulheres vivenciaram o cotidiano do trabalho e o atribuiram uma importância muito grande em suas vidas. A necessidade as moveu, mas o significado dessa atividade foi além. Muitas reconhecem a exploração, a dificuldade de conciliar (sem descanso) o trabalho doméstico e o desenvolvido durante as exaustivas jornadas de trabalho junto a uma máquina. No entanto, os pormenores de como o trabalho era exercido no espaço privado, devem ser verificados em suas memórias. As mulheres dentro da realidade dessa fábrica não eram só " a forçinha" nos trocados do fim do mês, mas agora a sua existência era motivo de empregabilidade para o resto da família.

Quando mais jovens, trabalhavam na fábrica e ajudavam nos afazeres de casa junto à mãe. Quando casavam, eram obrigadas a deixar o trabalho ou necessitavam trabalhar e cuidar dos/as filhos/as. Grandes aspectos da solidariedade entre as mulheres são verificados dentro desse cotidiano. O cuidado com as crianças, a ajuda nos problemas de cunho pessoal, o aprendizado de um ofício.

A elas cabia sempre acordar mais cedo, cuidar das refeições, sair para um turno, deixar as crianças dormindo, voltar, dar comida às crianças, trabalhar novamente, cozinhar, ir às compras, seguir um cotidiano que respirava trabalho e muitas vezes esquecer até de si. É sobre essas mulheres trabalhadoras, encontradas muito facilmente atualmente, que se fala no presente trabalho. No capítulo seguinte, aspectos do cotidiano serão debatidos através da memória das ex-operárias e de alguns ex-operários, partícipes também desse dia a dia.

4 O MOTO-CONTÍNUO DA MEMÓRIA, DO TRABALHO E DAS LUTAS COTIDIANAS

> "Eu tinha em mim o peso de sê-las e do tornar-me uma. Eu tinha em mim o percurso do fazer o café antes do despertar daqueles que ficaram cinco minutos a mais na cama. O peso da reunião de trocados, do soletrar as contas e do ir à compra do pão. Do retorno antes do levantar da casa. O acaso descaso em caso. Eu tinha em mim a naturalização de nossa construção histórica e de nossa reprodução de discursos fragilizantes, mortificantes.
>
> Eu tinha em mim não a vitimização enquanto gênero, mas uma luta por protagonismo: que as nossas vidas sejam nossas. Que as expectativas sejam nossas. Que as nossas comunidades sejam nossas. "São nosso patrimônio, nossa organização, nossa ocupação".
>
> *Isa Paula Morais, 'Essas mulheres. Essas. São. Sou'*[49]

Os debates em torno da memória, já apontados anteriormente, são essenciais nesse momento da discussão que se propõe a ser mais analítico acerca das fontes orais e documentais trabalhadas adiante. A reconstituição da vivência dentro do ambiente fabril e da vila operária, que depois se transformaria em cidade, só foi possível com o auxílio dos/as moradores/as e antigos/as funcionários/as da Fábrica Rio Tinto que concederam um momento do seu dia para compartilhar a lembrança do tempo em que trabalharam na fábrica têxtil.

Atualmente aposentados/as, passam o tempo engajados em pequenas atividades desempenhadas no lar, o cuidado com alguns parentes com idade mais avançada e, entre outras coisas, o auxílio na criação de netos e netas. As mulheres, principais sujeitas dessa pesquisa, ao recordar o tempo em que trabalhavam "fora de casa", na fábrica, associam-no de imediato à ausência do tempo livre, do qual hoje usufruem, ou a uma não necessidade de cuidado para com os/as filhos/as e marido. Envoltas numa contradição, caracterizam o momento atual como "libertador" por poderem cuidar mais de si e, a um tempo, constatam como a velhice nesse contexto atual pode ser marcada por uma profunda solidão.

Em Rio Tinto, como em outras pequenas cidades, observa-se ao fim da tarde velhos/as e crianças nas calçadas - descansam, conversam ou brincam - em contraste

[49] Trecho do texto de Isa Paula Morais sobre a morte de Cláudia da Silva Ferreira, no dia 16 de março de 2014. Claúdia era uma das muitas trabalhadoras negras brasileiras, moradora de periferia, no Morro da Congonha, Rio de Janeiro. Ela foi transportada no carro da Polícia Militar, sem vida, dentro do porta-malas aberto. Durante o trajeto foi arrastada pelo asfalto apenas amarrada ao carro por uma parte de tecido de sua roupa. Claúdia foi morta pela polícia em uma das suas inúmeras invasões às comunidades em todo o Brasil.

com a pressa e os horários do dia-a-dia que orientam os passos de pessoas que estão na chamada "idade produtiva". Cabe destacar que hoje a população jovem precisa deixar a cidade para conseguir emprego. Os poucos que ficam se empregam em cargos públicos, no comércio ou estudam na Universidade Federal da Paraíba, que possui um campus na cidade.

O tempo da velhice é outro. E, na busca do sustento financeiro, os/as idosos/as relembram com orgulho todos os esforços que já fizeram pelos familiares para poder acompanhá-los/as encaminhando suas vidas. A partida de alguns parentes em busca de trabalho entristece-os/as e acaba por conduzir à afirmação de que "se a fábrica ainda existisse, as pessoas não necessitariam de deixar o seu lugar". A geração atual já não guarda memórias sobre a fábrica, que abriu suas portas em 1924 e abarcou uma população que abandonou suas terras e propriedades - muitos provenientes das zonas rurais nas redondezas - e se lançou na busca de trabalho e casa para criar seus filhos/as com a educação, saúde e perspectiva de emprego prometidos aos que chegavam.

No entanto, cada um/a que chegou ao local enfrentou dificuldades inúmeras até conseguir moradia e emprego. E narram como, por meio da solidariedade, criatividade e resistência, conseguiram sobreviver, se aposentar e morar até hoje na terra que, para muitos, é tida como a "cidade do trabalho".

Sendo assim, é por meio da memória de quem "está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida" (BOSI, 2004, p. 60) que o texto tratará adiante, com referências aos relatos orais sobre cotidiano, moradia e trabalho, considerando também alguns processos trabalhistas movidos por trabalhadoras e o sindicato contra a empresa quando esta não cumpria com a legislação trabalhista.

4.1 MEMÓRIA CONTADA

"A memória tem mãos"

Eduardo Galeano[50]

O que é rememorado está ligado diretamente ao que é vivido no presente, e essa representação realizada a partir dos elementos que se têm no hoje vinculam o testemunho ao seu grupo, suas experiências e identidades, conforme Bosi (2004, p. 55) apreende da leitura que faz de Halbwachs:

[50] Trecho pronunciado em uma entrevista concedida ao jornal Brasil de Fato no ano de 2013, reproduzida novamente no dia de sua morte, em 2014. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/29087>.

> Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria ao inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. [...] Por essa via, Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade.

Seguindo o pensamento de Halbwachs e salientando sua relevância ao estudo aqui realizado, destaca-se a discussão da memória individual e da memória coletiva. Entender como cada uma delas é concebida constitui tarefa essencial para compreender os tipos de relatos que embasam os/as testemunhos/as dos/as ex-operários/as da Fábrica de Tecidos Rio Tinto. E no que se refere às diferentes memórias de homens e mulheres, a formação de suas respectivas memórias, imbuídas de elementos do conjunto social onde se inserem, carregam os elementos culturais que demarcam também os lugares com os quais cada um se identifica.

A memória individual, construída sempre em referência ao vivido no tecido social, pode ser definida segundo Maria Luisa Sandoval Schmidt e Miguel Mahfoud (1993, p. 291) como algo que "[...] pode ser entendida, então, como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das mesmas". Já a memória coletiva "[...] é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns" (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291). Nas palavras do próprio Halbwachs (2006, p. 69) seria:

> De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. [...] Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social.

Outro autor a destacar no debate sobre a memória é Michael Pollak (1989; 1992). Na reflexão que faz sobre "memórias subterrâneas", aquelas que surgem em períodos de grandes tensões sociais, Pollak (1989, p. 8) destaca como os silêncios são importantes na construção de uma nova vivência que o testemunho precisa realizar após

o trauma; e como a memória difundida pelo Estado imprime um caráter inibidor sobre o que é dito ou esquecido: "Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado."

Partindo dessa reflexão, é interessante pensar como as normas difundidas dentro do chão de fábrica formam até hoje uma marca na memória dos/as ex-trabalhadores/as. Há, contudo, a possibilidade de se fugir dessa normatização (tal como houve a resistência nos períodos do trabalho). Entretanto, existe o estímulo do presente para que se pense o contrário e isso seja refletido no que se lembra.

Se a pesquisa fosse realizada contemporaneamente à existência da fábrica, o resultado das entrevistas seria distinto. Mas muito? Apesar de o cotidiano ser verificado como um momento muito exaustivo, existia toda uma cultura afirmadora de que o trabalho era bom e gratificante. Não que todas as pessoas corroborassem dessa defesa, mas a lida diária ensinou resistências e mostrou como o trabalho era a única forma de existir naquele lugar e dentro da sociedade baseada na produção.

Ainda segundo Pollak (1992, p. 201), os elementos constitutivos da memória individual e coletiva são:

> Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

A respeito dessas influências absorvidas dentro do tecido social, e que são fundamentais na formação da identidade, o autor aponta ainda:

> Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade […] *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 201, grifo do autor).

A memória, formada por elementos sociais, também possui sentido, se um relacioná-la aos lugares. Em Rio Tinto, quem ilustra uma estátua edificada na praça

principal é o Coronel Frederico Lundgren. O monumento, construído na década 50, é fruto de uma lembrança construída para significar poder, uma vez que ela se localiza no centro da cidade.

A produção, através da história oral, é também resultado de interação social, uma vez que a sua concepção se dá pela relação do/a entrevistador/a com a pessoa detentora da memória. Sobre esse exercício, onde ambas as partes compartilham do fazer, Verena Alberti (2004, p. 35) destaca dois pontos cruciais para o entendimento do que é uma entrevista:

> Em primeiro lugar, ela é um resíduo de uma ação interativa: a comunicação entre o entrevistado e o entrevistador. Tanto um quanto o outro têm determinadas ideias sobre seu interlocutor e tentam desencadear determinadas ações [...]. Em segundo lugar, a entrevista de história oral é resíduo de uma ação específica, qual seja, a de interpretar o passado. Nota-se que, se chamo isso de ação é porque estou indo um pouco além da constatção inicial de que a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para a possibilidade de ela documentar as ações de constituição de memórias – as ações que tanto o entrevistado quanto o entrevistador pretendem estar desencadeando ao construir o passado de uma forma e não de outra.

A vinculação da memória com o espaço e, portanto, o modo como as pessoas constróem a identidade com o lugar, é um aspecto fundamental quando se pensa nas distinções experimentadas por homens e mulheres dentro desse universo. Sabe-se que cada um edifica uma afinidade com a cidade e com pequenos espaços "só seus", que são sentidos de maneira diversa por cada pessoa quando (re)visitados. Sobre isso, Ricoeur (2007, p. 159) escreve:

> Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que no edifício isolado. A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximação e de distanciamento. É possível ali sentir-se extraviado, errante, perdido, enquanto que seus espaços públicos, suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas.

O prédio da Fábrica de Tecidos Rio Tinto é observado e sentido pelas gerações atuais de uma maneira absolutamente distinta das gerações anteriores, isso é óbvio. Os outros recintos da companhia e as ruas, já largamente modificadas, despertam

sentimentos distintos e inscrevem-se no horizonte das reações que são despertadas pelos/as transeuntes e/ou habitantes. Essas são algumas capacidades que os locais têm de, a partir da vivência em grupo e de sua história, apontar para tantas experiências. A seguir está subscrito o que Halbwachs (2006, p.159-160) reflete sobre a relação do lugar e os membros de um grupo.

> Assim se explica como as imagens espaciais desempenham esse papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras [...] o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável.

Grande parte dos/as moradores/as atuais da cidade de Rio Tinto entrevistados/as para essa pesquisa não nasceram na cidade, mas desenvolveram com ela uma identidade importante que os/as acompanha até hoje. Foram trazidos/as pela motivação, própria ou de seus parentes, da conquista do trabalho e da moradia. A mudança, as descobertas (nem todas positivas) da chegada à vila operária, da relação com a família e da rotina do trabalho serão discutidas adiante.

4.2 MOTO-CONTÍNUO DA LEMBRANÇA

> A tecelagem, um trabalho que na maioria dos casos requer pouca habilidade e que não demorou a se desdobrar em infinitos ramos, resistia, por sua própria natureza, aos grilhões da corporação. A tecelagem foi, por isso, exercida fundamentalmente em aldeias e em vilas sem organização corporativa, que pouco a pouco se tornaram cidades e, até mesmo, não tardaram em se tornar as cidades mais florescentes de cada país.
>
> *Marx (2007, p. 56).*

O narrar de uma vida não é uma tarefa fácil. A memória falha, os fatos se subvertem, os nomes e datas são esquecidos, algumas mágoas afloram e tantas outras arrefecem, mas os momentos de resistência e conquista são ainda lembrados a partir do que se chamaria de “lembrança boa”.

A narração da vida, dos espaços, da chegada à cidade, do medo do sindicato, das arrumações para se criar filhos/as e trabalhar e dos momentos quase heróicos dentro do chão da fábrica são parte do cotidiano de quem nasceu em Rio Tinto ou para lá se mudou ainda cedo, tendo que trabalhar desde sempre para o sustento de outros tantos.

Ao passo que se iniciou o recrutamento das famílias ou que a notícia da construção da fábrica se espalhou, pessoas de várias regiões, inclusive de fora da Paraíba, se dirigiram para Rio Tinto. Eram famílias inteiras, primos ou sobrinhos que vinham acompanhando outros parentes em busca de salário e moradia. Com históricos, vivências e percursos que dividiam semelhanças e contrastes, eles acabaram se aproximando e dividindo um cotidiano muito similar. A grande maioria, que vinha ocupar o chão da fábrica, enfrentou problemas semelhantes no que se refere às longas jornadas de trabalho, busca por moradia, difícil criação dos/as filhos/as e, no caso das mulheres, a dupla jornada de trabalho sem direito ao descanso nem aos domingos.

O cotidiano das mulheres quando essas atingiam a idade mínima para trabalhar na fábrica era dividido entre a fábrica e a casa. Quando muito pequenas, o trabalho no campo e o doméstico já faziam parte do cotidiano. Muitas mães, que já chegaram mais velhas em Rio Tinto, foram impedidas de trabalhar enquanto seu marido e seus filhos e filhas ocuparam o espaço público através do trabalho. Estas, ao ter filhos/as, precisavam contar com a ajuda de suas mães, sogras ou tias, que as criavam na ausência das creches até que atingissem a idade apropriada para a tardia escola. A divisão quanto aos trabalhos domésticos e realizados no espaço público ficava especialmente entre as mulheres.

Mesmo que homens e mulheres fossem operários e operárias, se identificando processualmente enquanto classe operária, o genêro (socialmente construído) possibilitou a experiência distinta para ambos. As mulheres, historicamente responsáveis pelos cuidados com os/as filhos/as e pela reprodução da vida humana, acabavam enfrentando exaustivas jornadas de trabalho na fábrica e em casa. Na memória delas, a chegada dos/as filhos/as era marcada pela completa ausência de tempo livre, uma vez que, aos domingos, elas se dividiam entre a limpeza da casa, lavagem das roupas e cuidado com a prole. Algumas lembram que conseguiam dividir poucas tarefas com os homens. Entretanto, a maioria pondera a quantidade de trabalho que precisou desempenhar, pois aprendiam desde criança que o trabalho doméstico era de sua responsabilidade.

4.2.1 O chegar…

Muitas das famílias que chegaram em Rio Tinto fizeram de maneira espontânea. Quando não aliciadas por funcionários da fábrica, largaram tudo e foram movidas pelas histórias que anunciavam a existência de duas torneiras na vila, "uma que jorrava água e a outra leite". A temática do recutamento na realidade da Companhia de Tecidos Paulista é abordada por José Sérgio Leite Lopes (1988) e Rosilene Alvim (1997). Esse último estudo relata a questão das famílias - verdadeiras unidades produtivas e "o suporte de uma moral" (ALVIM, 1997, p. 12) - que foram recrutadas para o trabalho, e como conseguiram sobreviver através de vários arranjos dentro da fábrica e vila. A chegada das famílias se dava, em grande número, pelo aliciamento de agentes (funcionários dos Lundgren), que iam até as zonas rurais e traziam as famílias transportadas em carros parecidos com paus de arara. O recrutamento era muito semelhante ao que ocorria em Paulista:

> […] contou com regras próprias que se expressavam nas condições de pagamento dos agentes recrutadores: pagamento por cabeça, estimulando a vinda de famílias numerosas, compostas por um grande número de filhos aptos para o trabalho fabril. (ALVIM, 1997, p. 12).

A família de Dona Maria das Dores[51] e de Dona Severina [52] é apenas uma dentre tantas que partiram na aventura de conseguir trabalho após o aliciamento. Tal prática, já muito difundida na Companhia de Tecidos Paulista (como consta no trecho a seguir), foi usada como maneira de recrutamento também em Rio Tinto.

> O aliciamento direto por um corpo de agentes da companhia, numa ampla área geográfica do interior de Pernambuco e estados vizinhos, de famílias aptas a atenderem certas instruções de recrutamento recebidas pelos agentes, esta a forma socialmente vista como constitutiva da força de trabalho em Paulista segundo os depoimentos dos operários. (LEITE LOPES, 1988, p. 39).

Dona Maria das Dores, mais conhecida como D. Bel, chegou a cidade aos oito anos junto com mais três irmãos e os pais. Uma de suas irmãs, Dona Severina teve uma

[51] Maria das Dores Silva - 75 anos. Começou a trabalhar na fábrica aos 12 anos depois de uma data de nascimento falsa, e aos 17 anos foi para a tecelagem. Lá ficou até a década de 80, quando houve o fechamento da mesma. Entrevista realizada em 17 de setembro de 2014.

[52] Severina Soares da Silva - 73 anos. Trabalhou primeiro na palheteira, depois foi para a tecelagem onde, um pouco antes do fechamento da fábrica e de sua saída, já operava oito máquinas. Entrevista realizada em 17 de setembro de 2014.

trajetória de trabalho muito parecida com a sua. Ambas iniciaram na palheteira, sendo depois transferidas para a tecelagem. O pai, ao inventar que a família iria até Rio Tinto com o intuito de visitar um parente, tinha como próposito tentar a sorte na cidade. Dona Severina lembra:

> Tinha um homem em Rio Tinto que o nome dele era Nicanor, ere morava na rua… rua da Linha, Rio Tinto. Aí de vez em quando ele ir buscar gente, né? Pra trabalhar aqui na fábrica. Aí meu pai veio na frente, aí com 8 dias ele voltou e disse que tinha família dele aqui e a gente vinha. Aí foi engano, quando a gente chegou não tinha pra onde ir. Ai fomos pra debaixo de um pé de pau.

O contato com o trabalho da fábrica não foi imediato. A mãe teve que trabalhar na tijoleira, enquanto o pai foi para uma espécie de seção que desempenhava todos os tipos de serviço externos à fábrica - tudo isso para o sustento da família. Dona Bel foi a primeira dos irmãos a se empregar na fábrica. Ela costumava entregar leite na casa de um dos diretores da fábrica da Vila Regina, e o mesmo a abordou oferecendo um emprego.

> - Cigana[53], você quer trabalhar?
> - Quero! […]
> - "Apôis" traga seu registro e vá!

Vinda da zona rural, onde não se tinha o costume de registrar os filhos, e por possuir apenas 12 anos, seu pai teve que modificar sua idade ao registrá-la porque a fábrica só aceitava funcionários/as para o trabalho a partir dos 14 anos. Dona Bel fala que, por ser ainda muito criança, não tinha altura para alcançar as máquinas:

> Só que eu era tão pequena, que não alcançava nas máquinas. As máquinas dessa altura e eu não alcançava nas máquinas. Me trepava num caixão, pra poder alcançar. E o serviço não era tecelã, era botar palheta. Era palheteira. Aí trabalhei, de menor.. E quando fiz 17 anos, aí me deram máquina. Fui tomar conta de máquina. Rodava duas máquinas. Aí fiquei trabalhando aí […].

Aos 14 anos, Dona Severina foi a terceira dos irmãos a entrar na fábrica, e o fez em 1959. Deixou o trabalho apenas em 1982. Saiu pouco antes do fechamento da fábrica e não mais trabalhou até a sua aposentadoria. Porque os pais não trabalhavam na

[53] D. Bel fala que tinha costume de usar roupas compridas e afirma que, naquela época, quem tivesse tal costume era chamada de cigana.

fábrica, as duas irmãs e outros irmãos entregavam todo o salário em casa para contribuir com o sustento. O pagamento era recebido ao fim de cada semana. Recebia-se por produção.

Geralmente era assim que procediam quase todos/as que foram entrevistados/as. Ao conseguirem emprego na fábrica ainda morando na casa dos pais, o salário era entregue, na maioria das vezes, de maneira integral para o sustento de todos. As mães estavam mais à frente da administração do dinheiro, que era pouco, mas auxiliava enormemente nos gastos com alimentação, que levava boa parte da renda.

A família de Dona Josefa, vinda da zona agrária de Cipoal, próximo à cidade de Sapé-PB, foi "convidada" para ir morar na vila com casa já garantida. Com doze filhos e mais duas primas, ela conta como se deu a vinda:

> […] falou da fábrica e disseram que aqui era terra que emanava leite e mel (risos). Aí o pessoal tudo tinha ambição de vir pra esse lugar, né? Ambição não, se era chamado procurava vir. E quem tinha filho pra trabalhar… Diziam logo que os filho ia trabalhar, iam viver numa boa. Era o que diziam as familías, né? E assim fez.

Dona Mara[54] chegou até a cidade aos 15 anos depois que vários membros de sua família já haviam se aventurado em busca de emprego. Foi morar com a sua avó e em 1968 , aos 16 anos, foi ser aprendiz de tecelã. Conta, com orgulho, como em um dia já conseguiu rodar uma máquina ainda sem os fios. Esteve na tecelagem durante os dez anos que trabalhou na fábrica. Ao contrário das outras entrevistadas, Dona Maria não conseguiu engravidar e teve que adotar uma criança para realizar a maternidade. Foi demitida em 1981 no decurso da série de demissões dessa década.

Sobre o recrutamento na fábrica, D. Mara se recorda do diretor da fábrica, que era alemão, S. Shumann [Walter Shummacher]:

> Primeiro pra trabalhar, a gente vinha e falava com ele. E ele falava em alemão. – Sabe ler e escrever? Ele perguntava… se sabia ler e escrever. Pra gente entrar, tinha que saber fazer as quatro operação de conta. Aí fazia… como é que diz?.. Um ditado, assim ditando. Se passasse ficava, se não.. […] Ele chamava de uma em uma no escritório dele. Aí entrou trinta moçinhas de 15 anos, pra ir pra uma escolinha, pra aprender tecelagem. […] O SENAI já tinha terminado. As minhas irmãs passaram no SENAI, mas quando em vim já era uma escolinha na fábrica mesmo.

[54] Maria Severina de Araújo Pereira - 62 anos. Entre idas e vindas, trabalhou dez anos na fábrica como tecelã. Entrevista realizada em 19 de setembro de 2014.

Maria da Silva[55], conhecida como dona Nina, nasceu em 1932 no município de Itapororoca. Foi ainda criança para Rio Tinto, mas não sabe a idade porque o registro só foi feito em 1941, com as idades não exatas. "Eu mesmo me considero, assim, ser nascida em 34, mas meus documentos, tudo, é de 32".

Questionada sobre a motivação da ida dos pais para a cidade, ela é enfática:

> Porque tinha emprego, né, nêga? Tinha emprego, e lá na roça não tinha. Você trabalha na roça, eles eram agricultores, né? Minha mãe era proprietária de terra, vivia naquele sítio muito bem, graças a Deus, mas só que não tinha emprego. Quem quisesse tinha que ser na roça. Agora, disso assim, eu já cheguei pra cá criança, eu não cheguei a trabalhar na roça não.

Ela iniciou o trabalho aos 13 anos. Todos trabalharam na fábrica, exceto seus pais. Seu pai inclusive desiste de morar em Rio Tinto. Dona Nina conta da saudade que ele sentia da roça, e aponta isso como motivação para não ter se incorporado ao trabalho fabril, nem mesmo aos roçados mantidos pela companhia: "Meu pai já tinha saído de casa na época, já tinha se afastado, separado da minha mãe… ele já tinha voltado para o sítio, questão de querer voltar."

Alguns chefes de família foram incorporados nos trabalhos externos à fábrica, que em Paulista se chamava de "gerência externa" (ALVIM, 1997, p. 112-113). Ao levar a cabo a questão da oferta de emprego para toda a população (crianças, jovens, adultos/as, velhos/as), a fábrica tanto consegue recrutar toda a família como mantém no imaginário da população a "bondade" do coronel Frederico. Em Rio Tinto, repetia-se o ocorrido na primeira experiência fabril. Os homens, jovens e mais velhos, foram aproveitados tanto para colher lenhas e gerir a usina como para operar a tijoleira e a produção de cal - ou ainda, como foi o caso do pai de Dona Josefa Celino[56], para trabalhar na construção de casas.

Adevídia Alaíde de Paiva[57], mais conhecida como D. Nita, nasceu na zona rural de Gurinhém. E antes da família se transferir para Rio Tinto, ouviu muitas histórias sobre o local:

---

[55] Maria da Silva - 82 anos. Começou a trabalhar na fábrica aos 13 anos. Saiu depois de casada e, após 16 anos, foi readmitida. Entrevista realizada em 17 de setembro de 2014.

[56] Josefa Celino - tecelã. Começou a trabalhar aos 14 anos e, entre idas e vindas, ficou até 1982. Entrevista realizada em 17 de setembro de 2014.

[57] Adevídia Alaíde de Paiva - 85 anos. Foi recrutada com sua família. Trabalhou na tecelagem até os 50 anos. Uma de suas filhas ainda trabalhou na fábrica. Entrevista realizada em 26 de maio de 2014.

> Rio Tinto precisava de muito trabalhador, que não tinha. Rio Tinto era um lugar muito… só de alemão. Dizem o pessoal, que era muito devassado. O pessoal não casava. Os alemão tomava conta das mulher toda (risos). Aí meu pai não queria ir, muita gente.. pai de família não queria ir. Aí começaram a dizer: isso é mentira.. [...] Aí o cara disse: isso é conversa do povo, seu Euclides. Lá é muito bom, tá precisando de operário… Aí eu sei que terminou nós indo. Quatro família. [...] Era um caminhão e um ônibus. [...] - Seu José, lá é tão bom que até a torneira dá leite! [...] Nós fomos pra rua São Paulo, aquela rua mesmo. Aquela rua… as casas eram tudo novinha. Tudo nova, nova mesmo. Nós já viemos certo que tinha casa pra nós todo. E o pessoal disse: só vou se tiver casa! Agora tinha família que não tinha casa, aí ficava duas famílias numa casa só. Por exemplo, se fosse duas famílias parentes… aí ficava tudo numa casa só. Até fazer outra casa, porque as casa tava fazendo. A casa da gente ainda não tinha nem porta.

A família, que morava numa região mais afastada de Gurinhém, se muda e só assim tem contato com o agenciador da companhia, que fala sobre a fábrica à família de D. Nita e mais outras quatro famílias. Ela contou que as famílias tiveram que se organizar umas nas casas das outras durante a espera pelo transporte que as levaria até Rio Tinto. No dia combinado estavam a postos esperando. No entanto, só passados uns dois dias o "carro" chegou para buscá-los. Com esse arranjo, de várias unidades familiares juntas, se deu a ocupação das poucas casas disponíveis que eles/elas encontraram ao chegar até o local de trabalho.

Ao ser questionada sobre a forma como cada membro da família[58] foi colocado em seu posto de trabalhado, ela descreve: "Quando a gente veio já tinha um encarregado da fábrica que já vinha com a lista, com o nome da gente. Quando eles foram buscar já dizia assim: quem tiver filho de maior, mulher ou homem, se for pra tecelagem tem direito a uma casa pra morar".

A respeito da quantidade mínima de membros da família: "De quatro a cinco pessoas. Um só ia morar na casa dos outros. Mas eles nunca traziam um só, eles traziam sempre assim, família. Que tivesse 5 ou 6".

4.2.2 O ofício e os salários

Ao chegarem à cidade, por não conhecer o manuseio das máquinas, as mulheres que buscavam emprego na fábrica eram encaminhadas ao SENAI, fundado em 1946 na

[58] A família, como unidade produtiva, funciona como uma condição para o recrutamento para a fábrica.

cidade[59]. Josefa Jacinto[60], conhecida como D. Bebé, lembra que além de aprender o ofício, também estudava:

> Comecei a trabalhar com 14 anos no SENAI. Aí tinha uma escola no SENAI, que ensinava tecelagem. Aí eu me matriculei nessa escola, aí fiquei. A gente trabalhou seis meses. Quer dizer, estudou né? Fazia, como é…, os trabalhos da tecelagem e tinha uma escolazinha que a gente ia aprender uma coisa, né, que os professores ensinava. [..] De manhã a gente estudava, de tarde fazia o trabalho dos pano, né? A gente trabalhava com tecido.

Outras operárias, por não terem alcançado o funcionamento do SENAI ou por não terem passado por ele mesmo durante a sua existência, assumiram seus postos na condição de aprendizes enquanto uma tecelã mais velha as ensinava o ofício, tal como aconteceu a Maria Barbosa de Paiva[61], a D. Bina:

> Com 14 anos fui trabalhar. Fui pra tecelagem, passei uns quatro meses lá como aprendiz e depois fui tomar conta de quatro máquinas. [..] Tinha as tecelã antiga, aí entrava as novata, como eu entrei com 14 anos. Aí, ia pra aquela pessoa que era antiga me ensinar. Aí ficava ali, passava dois, três meses com aquela pessoa. Quando tava apta pro trabalho, eles diziam: pode já trabalhar com máquina.

A mudança de posto de trabalho era mais comum entre os homens. As mulheres iam ampliando, ao longo do tempo de serviço, o manuseio do maquinário. Era conhecida como um progresso dentro da fábrica. Elas relatam com orgulho como conseguiram avançar a quantidade do número de máquinas que operavam. Dona Severina comenta esse percurso: "Trabalhei de palheteira, depois peguei duas máquinas, depois foi quatro, depois foi seis, depois foi oito. Terminei em oito máquinas. Máquina xadrez, tudo em xadrez. Pronto! Aí foi tempo em que a fábrica fechou…"

Dona Nita conta:

---

[59] Sobre a construção do SENAI e sua importância para o ensino do ofício, consultar a tese referenciada de Morais (2011).

[60] Josefa Jacinto de Sousa - 71 anos. Nasceu em Rio Tinto e, segundo suas "contas", trabalhou 24 anos e 7 meses como tecelã na fábrica. D. Josefa surpreendeu porque foi a única que, depois de ter chegado em Rio Tinto, conseguiu sair da cidade e trabalhar em outros lugares. Levada por um das irmãs mais novas, ela chegou a trabalhar na Fábrica Têxtil Santa Cecília, em Fortaleza, e na Fábrica Tibiri - Companhia de Tecidos Paraibana.

[61] Maria Barbosa de Paiva - 73 anos. Trabalhou pouco mais de 7 anos e foi "dispensada" quando engravidou. Trabalhava na tecelagem e, após ter o filho, foi convidada para retornar as atividas, mas foi influenciada pelo marido a ficar em casa. Entrevista realizada em 09 de setembro de 2014.

> Cada uma da gente tinha uma pessoa pra ensinar a gente, você era uma tecelã, vamo dizer assim. [..]Você trabalhava com duas máquinas. Aí botava eu pra ser sua aprendiz. Que nem uma professora ensina um aluno. E eu ia ser sua aprendiz. Ali a moça pegava aquele fio pra ensinar a dar o nó. [..]Comecei com a mulher que tinha duas máquinas. [..]Tinha a tecelã, que era dona da máquina, e eu era a ajudante. Enquanto eu não aprendi dar o nó no fio, que o fio num quebra?! Aí a gente aprendia a dar o nó pra ficar com a pontinha bem fininha. É um nózinho bem delicado. [..]depois que aprendia o nó, e que a gente aprendia a passar na agulha. [..] depois ainda vai aprender a separar as cores dos fio.Tinha um rolo, um pano assim, que era muita cor de fio. [..] Quando a gente tava de dois meses, três meses de aprendiz, aí ela mandava a gente pegar a máquina. [..]Quando fazia uma falha, desmanchar.

O salário recebido em sua grande maioria por produção, semanalmente ou quinzenalmente, tinha funcionalidade diferente dependendo do estado civil e de local que essas mulheres ocupavam no orçamento doméstico. Em algumas famílias apenas as filhas trabalhavam, e quando se casaram, o seu salário acabou sendo boa parte do dinheiro usado nos gastos mais básicos. Muitas delas dividiam com os maridos as despesas relacionandas à alimentação, algumas conseguiam guardar um pouco para outras despesas, mas isso variava conforme a quantidade de filhos e de filhas.

Dona Severina lembra que assim que entrou na fábrica o salário era recebido semanalmente, depois ocorreram mudanças na frequência, que poderia ser quinzenal ou mensal. O dinheiro era recebido pela própria mãe que ia até o local para receber. O recurso era utilizado para compra de comida e roupas para todos. Ao se casar, entregava parte do salário ao marido, que era responsável pela feira de alimentos e o resto guardava para uso próprio ou para gastos com os filhos. Ela lembra que ganhava uma nota amarela e alguns centavos.

Dona Marlene começou a trabalhar na fábrica aos 17, 18 anos. O salário, enquanto solteira, era dividido na ajuda com as despesas de casa e em compras pessoais. Conta que mesmo trabalhando na fábrica, relata que ajudava um pouco nos trabalhos de casa. Seu horário de trabalho na fábrica era das 5h às 10h, e das 14h às 18h, em uma semana. Na semana seguinte, era das 10h às 16h e das 18h às 22h. Cumprindo horário também aos domingos das 6h ao meio dia.

Dona Bel conta do recebimento do pouco salário, mas lembra do ‘poder de compra’ possibilitado porque os produtos eram fornecidos pela companhia. Ela comenta das Casas Pernambucas e dos ‘quartos’ da companhia, uma espécie de barracão e mercearia, para venda de produtos alimentícios.

> Mesmo que nós ganhava pouco, porque a gente não ganhava muito. Hoje nós ganha o dobro, e no caso a gente ganha, mas num era como antigamente. A gente ganhava pouco, mas tudo em dia, tudo era mais barato. E hoje a gente ganha muito mais e não dá pra nada (…) A gente ganhava pouco e nada dava pra se manter, quer dizer, não dava pra comprar tudo.

O salário ganho por produção, também provocava algumas disputas entre as operárias no que se refere a quem pegava primeiro os materiais. Havia também alguns desentendimentos nos acordos coletivos pontuais, conforme aponta Dona Bebé:

> Lá na tecelegam, onde a gente trabalhava, às vezes faltava trama pra gente trabalhar, né? Aí a gente saia pegando, nos tabuleiros que tinha muita… saia pegando de uma e de outra pra completar. Aí tinha mulher que escondia pra gente não tirar, pra fazer a produção dela e a da gente cair, né? Aí teve o dia que ficou parada as máquinas, porque não tinha trama pra rodar. Aí a gente foi falar lá com rapaz, aí veio e trouxe um carro de trama. Quando trouxe o carro de trama, voarem em cima, e pegaram tudinho e eu só peguei dez. Aí quando terminou, a gente parou, né? Aí ele (o chefe) queria que a gente fizessem um serão (trabalho noturno). Largava de 18h e ele queria que a gente ficasse até 22h, pra fazer um serão sem ganhar nada. Aí a gente combinou com umas três ou quatro pra não fazer serão. Aí quando for na hora a gente sai. Aí esperei e ninguém saiu, só saiu eu e outra mulher. Aí pronto, a gente foi suspensa.

4.2.3 Moradia

A memória da moradia esteve sempre presente na fala das mulheres. Ter onde morar é condição necessária para manter a classe operária fixada próxima ao local de trabalho. Durante o processo de industrialização, iniciado na Inglaterra, a construção de vilas para manter o operariado junto às fábricas partiu da iniciativa dos empresários, que as construíam para sublocar aos/as operários/as. Segundo Blay (1985, p. 15), as casas funcionam como um controle "[…] permitindo ao proprietário-industrial exercer um duplo mecanismo de dominação sobre o inquilino-operário".

A vila-operária, que começou a ser construída quase que ao mesmo tempo dos outros prédios da fábrica, é marcada por divisões hierárquicas em suas casas. Estas indicam a posição do funcionário ou funcionária dentro da fábrica. No entanto, esse não é o problema mais complicado enfrentado pelas famílias operárias, a ausência de moradia era mais grave.

Dona Bel e Dona Severina, ao chegarem com a família na vila, passaram por diversas intempéries até de fato conquistarem uma casa.

> Aí a gente ficamo morando lá na casa do meu primo e… […] pra melhor dizer, a gente morou até debaixo de um pé de pau. […] Depois, porque a minha mãe… o meu pai bebia, era muito esquentado, nós morava na casa da minha tia, aí ele… era uma ruma de irmão. De primo. E era ciumento, tinha ciúme dos sobrinhos, né? Com a minha mãe. Aí arranjou uma barraquinha num canto assim, a gente foi morar. E ele ajeitou a barraca. Quando ele ajeitou, no caso a mulher ou… o homem pediu. Aí ele não tinha pra onde ir. E aqui era muito difícil de dar casa antigamente […] não tinha casa logo. Aí ele foi… e fomo morar debaixo do pé de pau.

Na altura, a mãe, que estava grávida, teve o filho na casa do vizinho para depois retornar à casa improvisada *"debaixo do pé de pau"*. Dona Bel recorda que durante todo esse tempo sua mãe estava trabalhando na produção de tijolos. Elas chegaram a ganhar uma casa em um lugar que sempre alagava durante as enchentes do rio que deu nome a cidade pela sua cor avermelhada. Só depois de um bom tempo conseguiram conquistar uma casa onde foi possível acomodar toda a família.

Sobre a situação das casas e a propriedade da Cia., D. Bel comenta:

> Até hoje essas casa é de indústria, né? É de indústria. Da onde a gente trabalhou. É tudo da companhia. E eu acho que não tem nenhum canto aqui que tenha mais casa de indústria. Por aqui, é tudo casa de… cada cá tem a sua, né?

A quantidade de membros da família de D. Josefa e a possibilidade de várias pessoas para trabalharem na fábrica acabaram por favorecê-los/as a "ganhar" logo uma casa pra morar. Mas não era uma só família que vivia nela, o arranjo de parentes era uma constante:

> E trouxeram.. a família veio, pra rua do Porto… arranjaram uma casa […] eram doze filhos, fora duas primas que moravam com a gente, lá na rua do Porto. E a gente veio de caçuá e de cavalo pra Rio Tinto. […] Morava tudo junto e ainda botava família de fora. Quando chegava família de fora, ainda acumulava dentro de casa. As vezes era duas famílias, três. […] A casa era três quartos e quintal, né? Os casal dormia no quarto e os que não era casal, dormia em cama de vento. […] cama de lona, rede. E era assim. Só sei que cabia todos.

Atualmente não existe mais de maneira tão rigorosa, como na época de funcionamento da fábrica, a hierarquia de ocupação das casas. Por exemplo, Dona

Maria Anunciada[62] e Seu José Marcelino[63], ambos ex-operários da fábrica, hoje residem em uma rua antes habitada apenas pelos chefes e mestres por ter alguns chalés e ser à entrada da cidade. As primeiras casas para operários/as foram construídas na entrada da fábrica ou nas ruas vizinhas. Com a expansão da vila, foi ocorrendo pouco a pouco a construção em locais mais periféricos, mas não nas áreas mais elevadas, que era onde ficavam os donos da companhia.

Dona Nita narra que, ao chegar em Rio Tinto, as famílias recrutadas se dirigiam à Rua São Paulo, que tinham casas recém-construídas. Ela comenta que a residência da família não tinha porta, inclusive. Existia também a preferência para quem ia receber a casa - estar na tecelagem era um privilégio. "[…] E quem fosse pra tecelagem tinha direito a uma casa. Tendo duas tecelãs, tinha direito a uma casa. A tecelagem era a coroa da fábrica. Que dava pano pra todo lugar do mundo". Ao chegarem ao local, as famílias buscavam pelas casas prometidas, mas algumas não conseguiam e precisavam ficar na casa de parentes ou conhecidos.

Muitas vezes a companhia não facilitava o acesso dos/as trabalhadores/as à moradia e outros métodos de ajuda tinham que ser postos em prática. Foi o caso de Dona Severina, que só conseguiu casa por intermédio de outra pessoa:

> Ganhava a casa não, pagava aluguel. Mas a casa que eu morei, já foi um velho que morava lá, aí veio morar aqui (Mamanguape) que ele tinha um sítio, aí deu a casa pra gente morar. Mas não foi casa que eu arrumasse com a companhia não. Aí eu fiquei só pagando, eu pagava quinze cruzeiros do aluguel da casa… quinze cruzeiros com a luz.

A hierarquia não se restringia apenas aos locais de moradia, mas se estendia à estrutura das casas e também ao acesso a energia elétrica. Segundo Seu José, apenas a casa dos chefes, contra-mestres e ajudantes tinha luz. Com a luz vinda da hidrelétrica de Paulo Afonso, ele conta que pagou 5 (cinco) cruzeiros para adiantar a instalação, uma vez que tinha uma enorme fila de espera, que a depender do posto de trabalho, recebia à eletricidade:

> Nesse tempo a companhia queimava lenha […] a luz era própria, né? Nesse tempo, essa casa não tinha luz, só as casas dos chefes. Entendeu? Só nas casas dos chefes. Veio botar luz depois que 'pegou' Paulo Afonso. As casas dos chefes e dos contra-mestres, depois, teve

[62] Maria Anunciada - Tecelã. Entrevista realizada em 07 de julho de 2013.

[63] José Marcelino - Contra-mestre. Entrevista realizada em 07 de julho de 2013.

> direito a dois bicos de luz. […] eu fui trabalhar de ajudante de contra-mestre e ganhei. A gente mandava… dava cinco cruzeiros, naquele época (trecho não compreendido) pro oficial ligar as luz da gente, né?

Os postos de trabalho influenciavam diretamente na quantidade de luz que cada um teve depois que a energia passou a vir de Paulo Afonso. Silvano[64] relembra sua infância e as histórias que ouvira sobre a eletricidade em Rio Tinto:

> […] uma parte que me deu pena foi quando não existia energia em Rio Tinto, que eu vi um gerador a vapor, que a companhia comprou na Alemanha, veio de navio esse gerador, e ele foi montado; a roldana dele, Letícia, eu acho que seria uns três homens em pé, um em cima do outro, pra alcançar esse... muito grande a roda que fazia com que ele gerasse energia. E dali saía energia pra fábrica e para algumas casas de alguns chefes que moravam próximo à fábrica. Que o restante das casas, a cidade era toda iluminada, a luz de candeeiro, né? Inclusive a rua. Que a companhia mantinha na rua aqueles candeeiros nos postes. Eu não lembro disso. Mas os mais velhos falavam.

Dona Nita refere-se aqui à relação que existia entre a eletricidade e o posto de trabalho que se ocupava. Ressalta mais uma vez a importância da tecelã:

> Nós não tinha água em casa… encanada. Nós não tinha luz. Só depois, bem uns 5 anos foi que apareceu. Mandaram botar luz. E outra coisa, quando botaram luz na rua só tinha direito a um bico de luz desse quem tivesse uma tecelã dentro de casa. Quem não tivesse tecelã não tinha direito a luz. Ou contra-mestre, ou mestre, ou tecelã. Era o pessoal que tinha direito a luz. Eu era tecelã e tinha direito a um bico de luz […] Agora depois, que não sei como foi, aí passou pra todo mundo. Aí todo mundo tinha luz em casa.

Seu Zezinho do Sindicato, como é mais conhecido na cidade, é o responsável por manter aberto e funcionando o espaço que conserva a pouca memória documental do sindicato da fábrica. O prédio, "cedido" pela companhia, funciona atualmente através do aluguel de pequenas salas no seu interior. Em seu salão principal funciona semanalmente o curso de corte e costura. A maioria das frequentadoras do curso são mulheres, que se dividem nas várias máquinas de costura distribuídas pelo espaço. Além de guardião dos documentos e do local, seu Zezinho nutre certa desconfiança sobre um movimento que ganhou mais força nos últimos anos para a compra das casas

[64] Silvano Soares de Carvalho nasceu em 02 de novembro de 1968 em Mamanguape. Trabalhou sete anos na CTRT e, após o seu fechamento, na administração de casas e terrenos da companhia (começou em 1993). A mãe e o pai são de João Pessoa. O pai foi para Rio Tinto procurar emprego na década de 1920. A mãe prestou serviço à fábrica na costura, mas trabalhava em casa. O pai trabalhava como serralheiro na fábrica.

que ainda são da companhia[65]. "Tudo era dela e continua até 90% dela (se refere à companhia). A gente respeita porque tem, porque trabalhou". Somada a essa defesa, ele alega que tal articulação para financiamento/compra das casas é puxada por uma pessoa que não é da cidade e que, segundo ele, não reconheceria o "papel da fábrica" para o local. Atualmente esse tema é pouco falado na cidade, é como se as pessoas estivessem adaptadas à rotina do pagamento mensal ou não tivessem tanta confiança que a essa altura as casas possam ser suas.

4.2.4 Família e as pequenas ajudas do cotidiano

As mulheres que foram entrevistadas nessa pesquisa, ao serem questionadas sobre as relações com a família, se adiantavam e já comentavam sobre os filhos, quantos tiveram ou quantos morreram, e como se davam os cuidados.

O recrutamento de famílias completas tinha uma série de finalidades. A de empregar todos os componentes, inclusive porque era essa a condição de ter acesso a casa, por exemplo, e porque a questão moral (família composta por homem, mulher, filhos/as) foi sempre ratificada pelos donos da fábrica. Da mesma forma, a vinda de famílias funcionou na ausência de creches construídas pela companhia, por exemplo. As mulheres continuavam tendo filhos/as, mas não tinha onde deixá-los/as no tempo de trabalho. Nesse momento as sogras, as mães, cunhadas e tias eram convocadas para que houvesse a divisão dos cuidados com as crianças.

Mesmo que elas soubessem da dificuldade de trabalhar e criar filhos/as, apenas uma falou abertamente sobre nunca tê-los/as desejado, mas que, por não contar com esclarecimentos - no caso os métodos contraceptivos -, acabou engravidando quase todo ano. O percurso do casamento e maternidade era praticamente destinado a elas. No entanto, formou-se em Paulista um grupo de operárias celibatárias, que optavam por não se casar conforme aponta Alvim e Leite Lopes (1990, p. 6), tal fato não foi abordado durante as entrevistas em Rio Tinto:

> A dedicação das moças a seus pais levava-as, por vezes, a continuar trabalhando como operárias para sustentá-los e para fazer jus, com tempo, ao benefício de uma aposentadoria em geral precoce, já que sua vida ativa começara muito cedo. Ao lado de sua posição como

[65] Sobre o projeto de compra das casas de Rio Tinto mais informações, acessar CEHAP. Disponível em: <http://www.cehap.pb.gov.br/noticia/governo+encaminha+proposta+para+resolver+situacao+de+casas+em+rio+tinto-67>. Acesso em 09 de agosto de 2014.

> arrimo de família, esse é um dos fatores mais importantes na constituição de um celibato operário feminino [...]. Assim foi que as operárias da fiação e da tecelagem formaram, a partir do final dos anos 50, um dos grupos mais estáveis no interior da fábrica, tendo como objetivo, do mesmo modo que os contramestres, terminar sua vida profissional naquela empresa. E foi para garantir tal possibilidade que esses dois grupos, até então passivos nos conflitos de trabalho que começaram já no início dos anos 50, apareceram, no início dos anos 60, como os mais mobilizados em torno do sindicato operário.

Se a rotina já apresentava limitações e esforços quando eram solteiras, ao se casar, engravidar e assumir uma casa elas precisavam criar uma rede de auxílio para dar conta de viver os desafios de mulheres trabalhadoras, sem poder contar com creches para deixar os filhos/as (as escolas só recebiam as crianças a partir dos três anos de idade).

Todas deixavam os/as filhos/as na casa de parentes e, quando estes/as já estavam um pouco maiores, cuidavam dos/as menores e ficavam "sós" em casa. D. Bebé conta que deixava os dois primeiros filhos na casa da avó materna, onde também residia. Só quando teve o terceiro filho que conseguiu uma casa. D. Bel brinca sobre a criação dos filhos e diz:

> Minha filha foi criado como Deus criou batata. Ficavam em casa, eu sai pra trabalhar e deixava em casa. A minha mãe vinha, olhava, dava de comer, que ela morava aí na outra rua e ia embora. […] Na época que eu fui trabalhar de noite eu tinha o mais novo. Saia, dava de comer a ele de 17:00 e ia pra fábrica, pra pegar de 18:00. Aí deitava ela e ela só saia do berço quando eu chegava de 23:00. […] Quando eu chegava em casa ai eu ia […] fazer comida pra ele, dar de comer e botar no berço de novo. Ele já tava acostumado. Muitas e muitas vezes eu chegava e ele tava na vizinha. Que ele se acordava e ficava dentro de casa chorando, num podia sair do berço, era nova, né? Era pequena. Ele com seis meses. Aí ela levava ele lá.

Dona Severina e Dona Bel foram as únicas que falaram sobre a divisão dos cuidados, com os respectivos maridos. A primeira disse que ele cuidava mais dos filhos do que ela, por ter um horário mais flexível, que possibilitava ir até à casa com mais frequência olhar as crianças. Conforme trecho abaixo, ela enfatiza bem que se dava de maneira tranquila o compartilhar dos cuidados. A vizinha ajudava com o filho mais novo e "olhava" os mais velhos.

> Quem tomava conta da casa era eu ele. Os dois tomavam conta. Ele tomava conta dos meninos mais que eu. Eu saia de 4h da manhã, chegava 10h do dia. Ele pegava de 7h — trabalhava de motorista — largava de 11h, eu largava de 10h e pegava de 14h. E ele trabalhava "de tarde", mas sempre vinha em casa. E eu ia deixava também a

> vizinha olhando os pequenos… os maiorzinhos ficava solto na rua. E os mais novinho que não sabia comer, a vizinha tomava conta.

No caso de Dona Bel ela contou que nos primeiros quatro anos de casada morou com sua mãe, mas depois que saiu, o seu marido assumiu a terefa de comprar os mantimentos da casa. Ele trabalhou na fábrica de gelo, depois como negociante, e em seguida, fazendo carvão. Por ter um horário mais flexível, dividia algumas tarefas com a esposa.

Culturalmente, as mulheres são ensinadas desde criança a casar e tornarem-se mães para assim ocupar uma posição "de respeito" dentro da sociedade — é importante resgatar as mulheres celibatárias encontradas em Paulista. Quem fugisse a essa normalidade, dentro de uma vila operária, seria vista com péssimos olhares. D. Josefa, talvez pela péssima experiência que teve no casamento, falou enfaticamente que ter se casado foi a maior perda de sua vida. O marido bebia, roubava seu salário e, enquanto casado com ela, conseguiu se casar com outra mulher no civil. Ela fala da separação sem nenhum problema, mas reconhece que não deveria ter se casado. Apesar de ter trabalhado fora de Rio Tinto e ter experimentado a vida em outras cidades, a idade avançada de sua mãe inspirava vigilância e cuidados muito grandes, o que acabou por trazê-la de volta à vila.

Como foi apontado anteriormente, a legislação trabalhista para as mulheres era mesmas baseada nos princípios da família e os trabalhos noturnos eram para elas proibidos. No entanto, em alguns turnos durante a madrugada existia a presença das mulheres. Muitas faziam um turno a mais para aumentar a renda no fim do mês e eram conhecidas como "aventureiras". Dona Severina contou que muitas vezes saia de casa às 4h da manhã para tentar "aventurar", ou seja, aumentar a produção trabalhando um pouco mais, e recebendo um acréscimo por isso. Dona Bel explica:

> Se a gente quisesse dar mais produção, vamo supor: eu largava de 23:00 — eu não fazia isso porque morava aqui na Vila, gente que morava lá embaixo fazia — [...] as de lá debaixo chegava em casa, só fazia tomar um banho, trocar de roupa, comer e já ia trabalhar. Chegava lá de 23:50, 00:10, 00:15 e a hora de pegar era de 01:00. Aí se começava a trabalhar de 00:10 até 01:15 ela já fez um pouco de letra[66], né? Aí chama de "aventureira". [...] Fulana é muito "aventureira", aí já aumentava a produção dela.

[66] Medida para contagem da produção

Cada uma possui uma história diferente pra contar sobre esses arranjos com os cuidados das crianças. Mas todas salientavam sobre a ausência de tempo livre e a necessidade de, no domingo, colocar todos os afazeres domésticos em dia, e do medo de deixar as crianças sozinhas em casa.

4.2.5 E o lazer?

Quando questionadas sobre o que faziam no tempo livre, muitas respondiam de imediato: "tempo livre, que tempo livre?". Muitas relataram que, quando solteiras não podiam sair de casa por ordens do pai. Quando casavam, eram impedidas de sair pelos cuidados com a casa ou os/as filhos/as. O lugar que quase todas podiam frequentar era a igreja.

Dona Severina conta:

> Só ia pra Igreja, e nem todas vezes... o cinema se fosse ia todo dia, mas é que meu tempo era pouco e cansativo, não era? Mas todo dia a gente entrava no cinema de graça [...]. A mãe dele levava tudinho. As vezes eu ia. As vezes ela só levava os maior, os pequeno não ia não, porque não ia dar trabalho a ela. Eu ficava com os pequeno.

Depois Dona Severina diz que era cobrado ingresso para o cinema, mas que era "baratinho", sua família não pagava por amizade.

Dona Bebé conta que seu lazer e sua liberdade se resumem aos dias de hoje. Diz que, tanto na época de solteira como quando já casada e com os filhos ainda novos, só podia ir poucas vezes até a igreja. As outras festividades foram raras. Atualmente ela organiza várias comemorações festivas com ex-funcionárias da fábrica e as integrantes de um grupo da "melhor idade" do qual faz parte, e a que ela mais se anima em falar é a Lapinha (tipo de festa/dança que acontece na época natalina), que ocorre quando das festividades natalinas.

Severino Gonçalves Alves[67], o Seu Biu, conta que a fábrica gostava de fazer festa para os funcionários, cujas rendas para a maioria não ultrapassavam um salário mínimo. Havia os clubes com o carnaval e os bailes. A festa do algodão e a festa das rosas eram patrocinadas pela fábrica. Diz que cantores como Nelson Gonçalves e

[67] Severino Gonçalves Alves entrou na fábrica por volta dos seus 19 anos. Seu primeiro ofício na fábrica foi de 'contínuo', depois como ajudante de eletricista e depois como eletricista, sua profissão no presente. Trabalhou na fábrica de 1973 até o seu fechamento. Chegou a passar temporadas curtas em outras fábricas dos Lundgren.

Waldick Soriano se apresentaram nesses locais. Cita também o cinema como um dos fatores de divertimento. Depois foi construído o Catolé Club. Diz que todo domingo havia festa. Havia também transporte para buscar e levar as pessoas. Relembra que seu pai diz que todo clube tinha uma orquestra nos bailes de carnaval.

Dona Marlene[68] conta que frequentava sempre a missa no sábado e domingo, mas que não costumava participar das festas da Igreja. Diz também que, quando solteira, frequentava muito os bailes. Seu Biu diz que alcançou a época dos times de futebol na cidade, e que gostava muito de participar de pelada/jogo de futebol.

Silvano, filho de um dos ex-operários da fábrica, conta como se davam os momentos de divertimento. Relata que o pai não deixava que eles saíssem muito. Diz que, quando criança, deve ter ido ao cinema apenas umas três vezes por causa da programação e do custo do ingresso. Mas ele costumava ficar em frente, olhando a movimentação: "Eu via o movimento. Eu lembro. Era filas imensas pra entrar no cinema". Fala de duas exibições que agitaram a cidade e mobilizaram esforços maiores: os filmes "O Anticristo" e "Terremoto". Diz que também havia exibição de filmes eróticos em horários diferenciados. A respeito das festividades, diz que a festa do algodão e a festa das rosas também chamavam sua atenção. As festas eram promovidas pelo clube, que era patrimônio da companhia (o clube foi vendido à igreja presbiteriana). Na festa do algodão havia o desfile de filhas de operários. Mas só sabia dos acontecimentos através de relatos de terceiros. Lembra que em 1988 já não havia mais essa festa. Diz que as crianças não participavam do carnaval promovido pela companhia. O carnaval de rua não era muito forte, geralmente apenas brincadeiras que envolviam crianças e jovens, mas não se lembra de blocos. Relata que ouviu falar sobre a banda mantida pela fábrica, mas nunca assistiu a nenhuma apresentação. Havia também o Catolé Club, criado com o objetivo de captar água para os moradores da Vila Regina e que depois serviu como clube de lazer. A presença dos homens nesse lugar era sempre bem superior à das mulheres, demonstrando assim que elas ainda permaneciam, na larga maioria, dentro dos espaços privados, responsáveis pelos cuidados com a casa, os/as filhos/as ou outros parentes. O Sindicato, por sua vez, promovia mais festas no 1 de Maio, quando juntavam os operários para ouvirem discursos e participarem de sorteios.

[68] Marlene Neves de A. Alves começou a trabalhar na fábrica aos 17, 18 anos. Trabalhou na preparação dos fios para a tecelagem. O aprendizado do ofício se deu na própria fábrica, onde trabalhou por sete anos até engravidar.

4.2.6 Acidentes de trabalho e a saúde

Os maiores problemas de saúde relatados são referentes aos acidentes de trabalho, muitos provocados pelas lançadeiras, que nas máquinas antigas costumavam escapar e atingiam quem estivesse operando-a, ou motivado pelo forte ruído destes equipamentos, conforme conta Dona Severina:

> A menina que eu levei pra ela entrar na fábrica, que ela tinha vontade de entrar, aí na hora do horário eu entrei com ela, né? Ela disse que ainda hoje é môca (surda). Porque era uma zoada tão forte que ninguém falava com o outro. A gente falava por aceno. Só conversava com o outro por aceno. Aí a gente ia lá pras máquinas, mas só falava gritando, porque ninguém escutava.

Quando questionada sobre os acidentes de trabalho ela conta,

> Tinha acidente assim, de lançadeira. As lançadeiras voava, batia na pessoa… pegava na cabeça, qualquer canto. Teve uma vez que bateu aqui na minha cabeça e me botou abaixo. Na hora eu saí, aí levaram eu pro hospital .[…] Ainda peguei quatro pontos na minha cabeça.

Segundo Dona Severina, se alguém ficasse doente teria que ir até o médico da fábrica e conseguir o atestado, caso contrário, perderia o dia de salário. Existia um ambulatório dentro do local de trabalho, e ela conta também do hospital de Dr. Júlio, onde os casos mais graves eram atendidos. Em 1960 foi inaugurado o SAMDU- Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência, que prestava serviço à população dentro do Hospital da fábrica. O SAMDU é resultado de reivindicações da classe trabalhadora para atendimento nos recorrentes casos de acidente de trabalho. (VALE, 2008).

Dona Bebé conta de um caso de doença que passou e da licença maternidade:

> Ai minha filha, quando tava doente pedia "saída". E às vezes eles não queriam nem deixar. Uma vez, eu fui trabalhar com um caroço na perna, chega tava assim (gestos), uma febre, os olho ardendo… mas eu fui pra não perder o horário. Ele (marido) não trabalhava, era eu sozinha.

Ela comenta da dor que estava sentindo e complementa que o chefe a autorizou de sair, e ela foi para o hospital. Passou nove dias de licença e ia diariamente ao hospital fazer curativo. Quando retornou ao trabalho, recebeu ajuda de outra operária para manusear as máquinas.

> Graças a Deus só dessa vez que eu incomodei um pouquinho. E a licença de "parturinha" (maternidade) que eu tirava era porque tinha que tirar mesmo, né? […] Era um mês e quinze dias, aí ganhava […] Se fosse negócio de operação (parto cesárea) eles davam três meses pra pessoa ficar em casa. Mas quando era normal, não.

Dona Bel conta que já viu muito acidente de trabalho, ao ser questionada se a mesma já havia sofrido algum, ele conta que não, mas depois lembra que já havia passado por um acidente, precisando dicar de atestado médico durante três dias:

> Eu mesmo, pelo menos, nunca me acidenteu não […]. Pra dizer que eu nunca me acidentei, eu fui uma vez, assim que eu entrei na fábrica… Quando eu entrei nas máquinas, que eu fui chegando… As bicha (máquinas) que a gente trabalhava, são deste tamanho (gesto), né? Aí ela tinha um bico de ferro aqui (gesto), e outro aqui (gesto), noutra ponta… uma ponta e noutra pra ela bater. Quando eu entrei no corredor da máquina ela voou. A outra tecelã tava trabalhando, e eu ia soltar (trocar de turno) ele, né? Pra ela ir embora, e eu ficar. Aí quando eu entrei no corredor da máquina, que eu colocando o avental aí a bicha (lançadeira) saltou […]. Se caísse um pêlinho ali (entre os liços), ela já voa […]. Aí ela bateu aqui (cabeça) não furou não, mas fez um '"galo"[69].

Dona Bel também conta o caso de uma operária da fiação que perdeu todo o cabelo porque a máquina arrancou, e praticamente, foi levada pela máquina. Narra também que quando se estava de atestado médico, necessitava de se encaminhar diariamente até o hospital para assinar "o ponto", comprovando que estava afastada devido à doença.

A solidariedade entre as operárias podia ser vista na ajuda em casos de doença, como narra Dona Josefa:

> Não faltava que não ajudasse. As amigas, né? Às vezes tinha uma passando mal… porque as máquinas (…) são assim na carreira (fileira): duas assim, duas ali. Aí quando uma via a outra passando mal, ajudava e levava ela pra banca do chefe. E o chefe mandava ou pro hospital ou pra casa […] Saindo de lá não perdia o dia não, saindo assim de licença médica […] Eu passei um bocado de tempo assim (afastada). Eu sofri um acidente… cortou meus lábios aqui (gesto). Quebrou a dentadura e quebrou tudo. Foi uma lançadeira. E depois aqui na minha mão, e eu passei um bocado de tempo em João Pessoa. Eu ia pra João Pessoa fazer fisioterapia. Eu sei que era assim, quando era acidente não perdia nada não, ficava recebendo em casa, como acidentado.

[69] Inchaço provocado por alguma batida ou pancada.

Dona Nita ratifica a questão da licença médica e do recebimento correto do salário, mas comenta sobre o desconto no salário caso fosse necessário utilizar os serviços médicos - caso não fosse acidente de trabalho:

> Era de graça não, eles descontavam no salário da gente. A companhia pagava o dentista e o médico, e descontava da gente. Só se usasse (o serviço). Por exemplo, você adoeceu e eu sou o médico, aí você vem pra mim. Ai não dá um atestado? Eu lhe dava um atestado e você levava para o seu chefe. Aí seu chefe anotava lá. No fim do mês, descontava aquilo… no seu dinheiro quando chegava. Daquela doença que você teve, somente. Mas se você não fosse (ao médico) não descontava não. Tinha dentista, tinha tudo lá.

Na entrevista com seu Biu e dona Marlene ambos dizem que não havia muitos acidentes de trabalho. Seu Biu diz que na época não havia protetor auricular, mas que não havia muito acidente no seu setor. Diz que na década de 50 havia acidentes na tecelagem, por causa do modelo das máquinas: "O acidente era as lançadeiras voar, mas era raramente. Na década de 70, 80, já não existia essas máquinas. As lançadeiras já eram automáticas, não existia risco nenhum".

Mais adiante complementa:

> O que havia muito em Rio Tinto era problema de barulho. Porque na época não tinha tanta rigidez com aparelho auricular. Mas depois, na década de 70, 75, veio o Ministério do Trabalho, né? E exigiu que montasse uma... como eu posso dizer? Um órgão chamado CIPA[70], de prevenção de acidente, mais ou menos isso. Aí era obrigado. Você era obrigado a usar o aparelho auricular, porque tinha muito barulho. Meu pai mesmo tinha um problema muito sério […] um calo no tímpano, e o médico disse que aquilo foi causado pelo barulho de onde ele trabalhava. Na década de 40, 50 [...].

Dona Mara lembra de algumas pessoas conhecidas que sofreram acidente de trabalho e ela inclusive:

> Eu lembro de quando eu sofri um acidente, pela lançadeira. Teve outro homem na minha rua que perdeu o olho, a lançadeira pulou… da máquina e atingiu o olho dele, e ele ficou cego, tava só com um olho. Morava lá rua que eu moro. E teve outra mulher lá do Barão (uma rua da cidade) que trabalhava parece na enroladeira, ou na espoladeira, que a máquina pegou o cabelo dela e arrancou tudinho[71]. Ela usava um pano aqui (gesto)… Dona Tereza, lá do Barão.

[70] Comissões Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho
[71] Mesma história relatada por Dona Bebé.

Seu Biu explica que havia o SAMDU e, posteriormente, o hospital do município e uma casa da Saúde. Em 1980 a CIPA obrigou a ter dentro da fábrica um posto de saúde:

> Ela (a fábrica) não fez de graça não, não fez porque queria. Ela fez porque foi obrigada mesmo. Você sabe que nenhum patrão gosta de gastar dinheiro com isso. Mas até porque a quantidade de pessoas que pedia atestado era muito grande; aí foi que houve um acordo com o sindicato. Aí montaram um posto de saúde lá dentro. Aí tinha dentista, tinha o clínico geral, enfermeiro 24h, uma ambulância, 24h, motorista [...].

4.2.7 Homens, mulheres e o espaço

Duas entrevistas foram realizadas com casais, e ambos haviam trabalhado na fábrica. A primeira acabou acontecendo de maneira acidental. A entrevista estava sendo realizada com dona Anunciada[72], quando seu marido ouviu a entrevista e acabou participando. Seu José Marcelino[73] conseguia falar com propriedade sobre a chegada da energia elétrica na cidade e os espaços da fábrica. Ao ser questionada sobre quais espaços empregavam mais mulheres, ele se adiantou a dona Anunciada e respondeu: "tecelagem, fiação, urdideira, acabamento[…]." Tal fato, respondeu aos questionamentos iniciais que existiam sobre como se dava a presença dos homens e mulheres nos espaços públicos e/ou privados.

O marido respondeu as perguntas, mesmo quando não eram dirigidas ao mesmo, e Dona Anunciada apenas complementava comentando que não sabia de algumas informações expostas pelo mesmo: "Quando a gente dava uma produção boa, ela (a Companhia) pega um caminhão e era – quem quer ir pra praia? Aí a gente queria ir pra praia no domingo, né?" Dona Anunciada complementa que, pelo marido ser contra-mestre, sempre ganhava premiação por produção - muitas vezes uma caixa de cerveja, que era motivo de reuniões dos/as trabalhores/as em sua casa no domingo.

A entrevista com seu Biu e dona Marlene também foi bem característica na questão da divisão dos espaços e ele assumiu o protagonismo do relato a partir das perguntas. Ela acabou ficando mais calada e justificou que tinha pouco conhecimento devido ao menor tempo que permaneceu na fábrica. Por ocupar um posto de trabalho

[72] Maria Anunciada F. Ferreira - 71 anos, nascida em Rio Tinto, trabalhou na tecelagem, tanto na Vila Regina como na cidade.

[73] Seu José Marcelino trabalhou na fábrica como ajudante de contra-mestre. Trabalhava na tecelagem.

que tinha acesso livre a todos os espaços da fábrica, ele conseguiu explicar bem todo o caminho da produção da mercadoria, desde quando o algodão chegava à fábrica até a saída do tecido pronto.

> Começava por uma máquina chamada batedor, que é quanto o tecido vinha bruto, o algodão vinha bruto. Na década - eu não alcancei essa parte não - mas na década de 50,quando meus pais trabalhavam lá, eles tinham uma beneficiadora de algodão. A fábrica comprava o algodão bruto, com semente e tudo. Então, existia uma máquina lá... deixa eu me lembrar o nome da máquina... Não me recordo o nome não. Que ela tirava, separava o algodão das sementes; que inclusive a fábrica fazia o óleo da semente de algodão. Então, aí depois disso aí a fábrica já fechou essa parte e começou a comprar o algodão sem o caroço. Aí é quando entrava o batedor; depois do batedor era a manta, que a gente chamava de manta; Eu conheço porque eu trabalhava com (inaudível) e eu conheci essas máquinas tudinho. Aí depois do batedor o algodão ia pra um herbário chamado cardas, que o algodão entrava em manta, como se fosse uma manta, uma manta mesmo, de algodão. E depois das cardas ia pras orvideiras (?), que já entrava um pouco grosso, e em alta velocidade ela se transformava em fio fino, que ia pra os fidatórios; e depois ia mais pra onde a gente trabalhava, que fazia o rolo... esfoladeira (?) e tal, e daí por diante ela ia: esfoladeira, engomadeira; depois da engomadeira ela ia pra tecelagem e da tecelagem já saía o tecido pronto. Era uma cadeia de trabalho, né? Era muito bonito.

As duas entrevistas realizadas com os casais teve a característica do protagonismo da fala pelos homens. Não houve interferência alguma, no intuito de perceber quem falaria mais, e com qual propriedade descreveriam ou não, os locais tanto da fábrica como da cidade.

A discussão a respeito dos espaços públicos e privados é crucial nessa pesquisa. Quando se fala numa construção de igualdade, em acessos democráticos aos espaços para homens e mulheres, reflete-se sobre como e por quê fronteiras foram criadas, e até hoje são utilizadas como justificativa para manter as mulheres nos espaços privados, inclusive como argumento contrário para que o Estado não possa legislar em casos de violência doméstica, por exemplo (MIGUEL; BIROLI, 2014).

O conhecimento limitado dos espaços da fábrica e a restrição de mulheres em postos de trabalho já pré-determinados contribuíam para o quadro de inexistência de promoções de trabalho para elas. Muitas entravam como tecelãs e saiam como tecelãs, progredindo apenas no mesmo posto através do acúmulo de máquinas sob seu domínio, como foi pontuado anteriormente.

Esses postos de trabalho, exclusivamente ocupados por homens, são descritos por dona Bel: "[…] sempre de mestre, contra-mestre e ajudante, tudo era homem. […] os tecelão tinha pouco (trecho não compreendido) tinha pouco homem, era mais mulher. Mas no caso dos mandão, que era os mais sabido, os que sabia trabalhar... eles eram homens [...]."

A relação dos homens e das mulheres ganha vários contornos não só no ambiente da fábrica, mas também no espaço privado das casas. Além da questão da divisão sexual do trabalho, já comentada, existe a questão da violência doméstica, apontada sutilmente pelas mulheres que já foram vítimas. Elas apontam uma relação muito próxima do consumo excessivo de álcool com os atos de violência. Dona Bebé contou das inúmeras vezes que teve de correr para não ser atingida:

> Mas bebia, bebia. Sofri carrerira, sofri faca… atrás de mim com faca, (eu) sem fazer nadinha. Você sabe, esse povo quando bebe, quando chega em casa vê (com licença da palavra) vê o diabo, não vê a mulher nem nada. Eu com a barrigona do primeiro filho, segundo, terceiro… ele veio deixar de beber quando meu menino mais novo — derradeiro — já tava com 12 anos.

Dona Maria Ferreira contou de maneira mais sútil a relação do álcool e a violência: "A gente viveu assim 32 anos, aí depois eu me separei dele. Que ele… era um homem bom quando não bebia, quando bebia não era bom. Aí eu não aguentei mais, os meus meninos já tava grande, o mais novo tava com 14 anos, aí eu me separei dele".

O controle que as mulheres sofriam por parte das figuras masculinas, iniciado já no nascimento pelo recebimento de ordens da primeira autoridade, a paterna, acabou sendo vivenciado em outros espaços, inclusive o público. Em praticamente todas as indústrias, os postos de chefia eram e ainda são ocupados quase que exlusivamente por homens. Os espaços sindicais também são masculinizados. Um ponto interessante da pesquisa é que as mulheres, ao serem questionadas sobre o sindicato, sua função ou mesmo sobre as greves que ocorreram, preferiam falar pouco, não falar ou mudar de assunto. Diziam não precisar do sindicato ou julgar que essa "era uma confusão na qual mulher não se metia".

4.2.8 Sindicatos e lutas

A discussão das mulheres nesses espaços de decisão e luta para a classe trabalhadora é ressaltada por Rago (1985) ao comentar a participação das operárias nas organizações anarquistas. Cabe novamente a colocação de que essa problemática perpassa a ocupação dos espaços públicos e privados.

> O movimento operário, por sua vez, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar. Ao reproduzir aexigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino da mãe, "vigilante do lar" o movimento operário obstaculizou sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção, demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade. […] Na prática, esses movimentos eram controlados por elementos do sexo masculino, que certamente tinham maior liberdade de circulação, maior acesso à informação e maior organização entre si. As mulheres deveriam participar enquanto filhas, esposas ou mães, isto é, na condição de subordinadas aos líderes. (RAGO, 1985, p. 63-64).

Até que ponto os espaços, que deveriam ser os mais democráticos, carregam esse peso de ratificar a segregação entre homens e mulheres, encaixando-os em espaços públicos ou privados? É na esfera do trabalho, pois, local de experimentação também da libertação da mulher em relação ao homem (mesmo diante de tantas adversidades), que as mulheres enfrentam a ideia ainda muito negada de que a opressão referente aos espaços privados se restrige a eles mesmos. Pelo contrário, ela é uma marca fortalecida nas vivências sociais. Em contrapartida, nutre-se a resistência e a busca pela unidade da classe.

Muitas mulheres associavam o sindicato com a greve e, portanto, nutriam muito medo de manter qualquer relação com os mesmos. Isso poderia estar muito relacionado tanto ao controle dos chefes sobre as operárias, bem como a resistência de ocupar esses espaços marcados por figuras masculinas e pela política, tão exlcudente com as mulheres. Quando elas já estavam casadas e não tinham tempo sequer para o lazer, como iriam espontaneamente ocupar esses lugares?

Dona Maria Ferreira comenta que não lembra de nunhuma greve desde que iniciou no trabalho fabril, mas recorda que ouviu comentários sobre o quebra-quebra

(começou a trabalhar só na década de 50). Ao ser questionada sobre a questão dos direitos trabalhistas e a relação com o sindicato, ela automaticamente muda e fala sobre a facilidade para compra de roupas nas Casas Pernambucanas. Ou seja, era um assunto que claramente era evitado. Ao ser questionada sobre algum momento quando as fábricas foram paradas, ela lembra do incêndio que começou pelo teto de uma das seções da fábrica, que ocorreu em 1965.

Dona Nina ao ser questionada comenta que o sindicato ajudava sim quando as pessoas preisavam receber alguma informação sobre direito trabalhista, mas ressalta que não gostava de se envolver. Ela lembra de 'oradores'(sindicalistas que vinham de fora) que vinham nas festas do 1 de Maio para discurssar.

> Eu não gostava muito de me envolver nessas coisas não, eu era mais desligada. Agora tinha o sindicato, todo ano fazia uma festinha […] no dia do trabalho […] distribuia prêmios… As festas era porque vinham aqueles oradores, né? Pra falar… por que tem que ter né? É uma reunião, sempre têm pessoas pra falar, pra orientar.

Ao ser questionada sobre o acontecimento de alguma greve, Dona Severina lembra de um dia onde a fábrica permeneceu parada, mas ela não soube falar com precisão o período desse acontecimento:

> A greve foi […] nesse dia eu não tava trabalhando ainda não. Mas meu marido […] trabalhavam os irmãos dele. Bel (sua irmã) já trabalhava. E a fábrica era arrudiada de arame, aqueles arame que têm uns ferros, uns ganchos. Era arrudiada de arame, não tinha muro. Quem pode correr, correu. Mas quem não pode ficou lá até a greve terminar […]. Só foi um dia mesmo de greve. […] Depois que eu fui trabalhar eu não lembro de greve não […]. A gente parava por parar. Parava mas de repente chegava a ordem pra voltar. Quando não queria botar o salário, ou tiravam, eles fazia isso com a gente, e a gente parava ali. Parou, ninguém trabalha e pronto! Ficava tudo escorado nas máquinas, e as máquinas tudo parada. Aí de repente ele ia lá (alguém do sindicato) pra secretaria, que lá ajeitava […]. Aí ele ia com a gerência pra lá, ajeitava lá com os chefes, com o povo. Aí voltava e falava: pode voltar! E a gente voltava.

Com muito medo do sindicato, que ela associava à greve[74], Dona Bebé conta que sempre fugia nesses momentos, apesar de ter uma cunhada, já falecida, que foi liderança no sindicato:

[74] "Estes embates encontram evidências nas diferentes fontes pesquisadas. Por meio das fontes escritas e fontes orais, reforçamos o estudo da classe trabalhadora e seus embates contra os projetos patronais. O

> Só teve uma greve na época que esse… trabalhava lá no sindicato, que minha cunhada trabalhava lá também, Noca. Aí ela era a chefona assim do povo, parava as máquinas do povo pra fazer greve! Ela fez uma greve lá, aí parou as máquina tudinho, e todo mundo parou. Aí parou, nesse tempo parou mesmo nessa greve. Aí depois voltaram […]. Passou uns dois dias e um pedaçinho somente, coisa pouca. Os portões tudo fechado […]. A gente tudo chorando porque queria trabalhar e não podia […].

Sobre o motivo da greve, ela contou: "Acho que era o salário que tava pouco, não quiseram aumentar. Aí fizeram essa greve. Desse tempo, que eu me lembre, só teve essa greve." Ela não soube precisar em que época ocorreu. E a respeito do sindicato:

> Eu nunca fui não pro sindicato. Tinha muito medo demais. Dessas coisas de greve… eu tinha medo. O povo ia e eu me afastava, ia não. Aí depois eu perguntava: "O que foi que houve?". E falavam: "Deu tudo certo!". Isso foi na época de Antônio Bolinha[75]. Foi isso, foi no tempo dele, que ele era presidente. Ele que fazia os negócio e puxava o povo pra lá.

Por ter iniciado o trabalho na Tecelagem Regina, Dona Bebé recorda de uma greve iniciada por lá:

> Quando eu fui trabalhar lá logo, garota nova houve uma greve aí, que menina… Ai meu Deus do céu. Foi muita coisa feia. Foi tiro, foi tudo […] Eu não sei nem porque foi que começou a greve. Eu sei que quando dá fé, já tava gente saindo de portão afora e outra turma entrando, botando o povo tudo pra fora e o povo saia […] era gente pulando cerca, pulando os arame, e correndo abaixada, o povo correndo por aqui, por um portão grande que tinha aqui… e o povo dando tiro, mas dando tiro assim pra cima, não pra bater em ninguém […] Vamo supor, vai fazer uma greve, aí reunia aquele povo todinho ali […] nós vamo entrar na sala A, que era a primeira logo do portão, quando entrava, você tava trablhando, né? Aí quando dá fé, quando você olhava pro portão tava invadido de gente, aí eles faziam assim (gesto) pra pessoa parar, né? Parar as máquinas. Se você não parasse e enfrentasse as máquina pra rodar, aí eles entravam com toda mulesta. Aí lá dentro eles iam bater em você […]. Empurrava você e parava suas máquina […] Parece que era uma coisa assim, eles (sindicato) queria botar um salário e eles (chefes) não aceitavam, não sei bem porque era assim.

---

impacto na imprensa paraibana, do movimento dos trabalhadores e do sindicato em Rio Tinto, é observado nos jornais *Correio da Paraíba*, *O Norte* e *A União.* Este último, órgão do governo do estado desde 1893, foi pesquisado nos anos de 1917, 1918 e 1924 (com a intenção de perceber os registros sobre a instalação e a inauguração da fábrica); 1930 e 1933 (acerca das primeiras greves), 1951 e 1952 (verificando o registro da greve pelo abono de Natal e os primeiros embates trabalhistas), e de 1959 a 1964 (tempo em que ganha destaque a movimentação dos trabalhadores, a atuação da prefeitura e do sindicato em defesa dos interesses dos trabalhadores)." (VALE, 2008,p.2, grifo do autor).

[75] Antônio Fernandes ficou conhecido por 'Bolinha' ou 'Antônio Bolinha'. Para mais informações consultar Vale (2008).

Sobre o questionamento sobre a existência de homens e mulheres na direção do sindicato ela comenta sobre Antônio Bolinha e ressalta que ele teve que sair "fugido" de Rio Tinto, por "trabalhar pelos pobres":

> Menina, eu não sei nem te dizer o negócio do sindicato como era. Eu sei que a gente pagava o sindicato. Mas eu não sei te dizer se tinha mulher. Eu conhecia o presidente do sindicato, que saiu daqui por causa disso, né? Saiu escondido. Era "Antônio Bolinha" […]. E ele saiu daqui por causa de greve… Dizem que era no tempo de, da… da Ditadura Militar […]. Eles (sindicato) eram à favor dos operário, e eles (chefes) não queriam que eles fossem à favor dos operários".

Ao ser questionada sobre a lembrança de alguma greve, Dona Josefa narrou: "Às vezes, aquele menino que era do sindicato Antônio, Antônio… às vezes ele chegava e mandava parar, todo mundo. Parar as máquinas e sair na rua". Foi indagado se saiam às ruas protestando, ela respondeu que sim e contou sobre a pauta da greve: "[...] contra os (baixos) salários, as horas de trabalho". E sobre a sua participação em algum dos protestos: "Parece que eu ainda fui uma vez, ainda era solteira, não pensava bem (risos)".

A relação muitas vezes se dava pela necessidade de resolver algum problema relacionado aos direitos trabalhistas, dona Mara ponderou que o sindicato sempre ajudava nesses momentos. Quando questionada sobre a lembrança de alguma greve, ele relaciona o 1 de Abril de 1964 à greve:

> Parece que a greve foi em 64, que parou tudinho. O exército veio pra aqui e houve quebra. Quem tava aqui era minhas tia e meu irmão mais velho […]. Lembro assim, porque eles contaram, porque eu ainda morava lá com meus pais. Depois que eu vim eles falavam, né? Até meu irmão foi pro meio da pista botar pedaço de pau, fizeram tudinho. Aí quando pensava que não, o exército chegou pra tirar tudinho.

Ela conta que o sindicato era só o presidente mesmo, e se dirigia até lá, quando saia da fábrica para conferir se estava tudo certo. Seu Zezinho, outro entrevistado, se orgulha por ser conhecido na cidade como "Zezinho do Sindicato", e representa atualmente essa ideia "do sindicato ser só o presidente". Ele entrou para o sindicato na década de 70, mais ou menos em 1978. E se tornou presidente em 1987, época em que a fábrica já estava perto de fechar. Como fechamento, o acordo foi firmado para se caso a fábrica retomasse as atividades, a mesma diretoria do sindicato voltaria. Ele ficou na incumbência de tomar conta da sede do sindicato, dos papéis e arquivos.

> […] os meninos me pediram pra fazer o acordo deles e tinha deles que queria ir embora mesmo… é eu conversei com o Departamento Pessoal, o chefe do Departamento Pessoal, e eles fizeram o acordo de todos eles. Pagaram todos os direitos deles. E ainda ficou ressalvado os direitos deles, se a fábrica voltasse a funcionar, automaticamente a fábrica voltava com a mesma diretoria. Na cópia da recisão ficou um carimbo lá: "Ressalavado seus direitos!"

Ele comenta que começou a participar do sindicato ajudando os operários e as operárias a conseguirem acesso ao auxílio quando se estava doente. Ele narra que andava todas as seções da fábrica para ajudar as pessoas. Ao ser questionado sobre quem fazia o trabalho, quando ele se afastava para realizar tais atividades, ele conta que os amigos sempre cobriam: "E esse movimento de pedir auxílio para as pessoas e num é que pegou? Todo mês tinha um pessoa doente, ou quando não tinha, me chamava pra pegar o nome".

Quando questionado sobre o que seu Biu achava do sindicato, ele observa:

> […] o sindicato era uma faca de dois gumes. Ele nunca foi contra a fábrica nem também contra o funcionário. Havia um acerto. Um meio termo... até porque a cidade só tinha ela. Então você não tinha aquele termo de vamos fazer isso porque... porque não tinha outra; não tinha disputa. Sempre o sindicato era muito conivente com o... Só tinha aquelas brigazinhas lá, pelo salário, né? Porque ali já é de praxe todo sindicato querer albergar (?) o trabalho, né? Mas, no entanto, era tudo normal. Conheci vários. Conheci Zezinho do Sindicato. Conheci Seu Júlio, que é falecido. Tem um menino, Valdir, também, que é... faz parte hoje de uma rádio em Rio Tinto que era do sindicato [...] Então, não tinha muita briga não. Só na década de 64, que foi na revolução, que o sindicato se envolveu na época lá. Mas eu não sei muita história disso não, quem sabe é o pessoal mais antigo. Na época de 64 eu era um garoto, me lembro só da revolução de 64. Se eu não me engano, se eu não tô enganado, alguém deve ter dito já que era da unidade Bolinha, né? Que era o presidente do sindicato. Eu conheci só os filhos dele. Ele eu não cheguei a conhecer não. Mas era um sindicato forte. Pra época era forte. Mas viver em harmonia, nunca houve [...].

Ao ser perguntado sobre a existência de alguma greve ele diz não se lembrar de nenhuma grave ou paralisação: "Até porque, Letícia, não tinha outra alternativa. Ou você trabalhava na fábrica ou ficava desempregado, né?" Dona Marlene complementou: "Podia fazer greve não".

Ao passo que afirmam a 'provável' passividade do sindicato, o medo e a própria afirmação da 'ausência de harmonia', levam a ponderação da atuação através do enfrentamento do empresariado. E apesar das diversas opiniões sobre o sindicato e os receios com as greves, ele serviu de meio para que o operariado se informasse e lutasse

por direitos trabalhistas que já se encontravam compilados na CLT, no entanto, não era de conhecimento de todos/as e nem era cumprido totalmente pela fábrica. Os processos trabalhistas foram o meio, para junto à Justiça do Trabalho cobrar o acesso aos direitos.

4.3 PROCESSOS TRABALHISTAS

Os processos trabalhistas e os inquéritos policiais constituem dois exemplos de material de pesquisa nos quais os indivíduos são reconhecidos pelo nome, distiguindo-os assim de outras fontes que não consideram as particularidades e trabalham com generalidades sobre a classe trabalhadora. Cada documento desse tem finalidades completamente distintas, mas carregam resistências e desobediências. Os processos, movidos por trabalhadores contra as fábricas ou o contrário, ilustram a dinâmica de luta e conhecimento dos direitos adquiridos pela classe que estava em processo de organização. Os inquéritos, por sua vez, mostram traços de arranjos não tão simples do cotidiano e outros delitos, que são cometidos por motivações diversas como, por exemplo, passionais (“amorosas”) ou de carência nutricional (furto de alimentos).

Segundo Giselle Martins Venâncio (2001), que analisa as principais leis trabalhistas promulgadas em favor das mulheres nas décadas de 10, 20 e 30 do século XX, estas demonstram como o Estado brasileiro (permeado por inúmeras disputas políticas), promulgou tais leis como “tentativa de neutralização dos conflitos sociais”. Outro aspecto a se destacar é que “a lei determinava medidas exclusivas para as mulheres e menores operários, criando uma legislação específica para esses grupos”. (VENÂNCIO, 2001, p. 178).

Durante a República Velha, havia o predomínio de uma produção agrária e a ingerência dos estados mais ricos da federação. No entanto, os empresários do setor industrial, que estava se organizando em várias partes do país, frente às mobilizações operárias ganhando corpo e força, ponderaram algumas medidas de proteção trabalhista no intuito de diminuir as pressões da classe trabalhadora. Ainda segundo a autora, as mobilizações dentro da Câmara Federal acirraram-se diante do debate da regulamentação trabalhista.

Em síntese, o projeto apresentado em 1917, pelo deputado Maurício de Lacerda, versava sobre aspectos referentes ao trabalho noturno e a licença-maternidade das mulheres, da mesma forma que continha aspectos moralistas como a separação dos homens e mulheres nos locais de trabalho. (BRASIL, 1917 apud VENÂNCIO, 2001).

Outros dois projetos, de autoria do mesmo deputado, seriam apresentados no ano de 1917. Estes versavam sobre a idade mínima exigida para o trabalho e a necessidade de construção de creches nas fábricas. No entanto, o que se fixou em um Código do Trabalho foi apenas a abolição do trabalho noturno e o descanso de "25 dias antes e 25 dias depois do parto" para as mulheres. (VENÂNCIO, 2001, p. 187).

Nos anos 20, mesmo com o arrefecimento parcial do movimento operário, as mulheres sufragistas, organizadas na Federação Brasileira para o Progresso Feminino, despontaram nas lutas pelo maior reconhecimento das medidas de proteção às trabalhadoras. Apesar da forte resistência do empresariado, em 1925 e 1926 são promulgados dois decretos favoráveis à classe trabalhadora. O primeiro versava sobre o direito de férias e o segundo sobre o "Código de Menores" (VENÂNCIO, 2001, p. 189).

Finalmente, com a nova configuração do governo a partir de 1930 e suas medidas para conciliar as classes, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os anos seguintes foram marcados por alguns avanços no que concerne a legislação trabalhista para as mulheres. O decreto de 1932, com o número de 21.417-A, é um compêndio do que já havia sido conquistado com algumas modificações. Segundo Venâncio (2001, p. 194), essas são as principais permanências e acréscimos:

> Por esse decreto, proibiu-se o trabalho noturno das mulheres, exceção feita para aquelas que exerciam atividades junto a outros membros da família ou em serviços de telefonia, radiofonia, em hospitais, clínicas, manicômios ou sanatórios. Ao mesmo tempo, proibiu-se o trabalho feminino em atividades insalubres, quando depreendessem emanações nocivas, vapores ou poeira, na maior parte dos ramos químicos, com produtos voláteis ou inflamáveis. [...] Proibia-se o trabalho de mulheres grávidas de quatro semanas antes e quatro semanas após o parto. [...] Permitia que a mulher rompesse o contrato de trabalho sem qualquer obrigação, desde que estivesse grávida. Em caso de aborto não criminoso, eram concedidas duas semanas de descanso. Previam-se ainda dois intervalos de descanso diário em caso de amamentação nos seis primeiros meses de vida do bebê e creches em locais onde trabalhavam mais de 30 mulheres. O decreto estabeleceu ainda a norma do salário igual para o trabalho igual, independente do sexo do trabalhador.

À guisa de uma conclusão, segundo ainda a autora, quando foi promulgada a CLT na década de 40, não houve quase nenhuma mudança no que se refere à legislação trabalhista para as mulheres pelo fato de já ter abarcado o que se considerava suficiente numa ótica estatal. No entanto, ela adverte para o caráter familiar, que mais uma vez coloca a mulher no espaço da reprodução e do cuidado com os/as filhos/as.

Os processos de trabalho, que serão pontuados adiante, são todos após o decreto 21.417-A e a própria CLT e, no entanto, conservam várias demandas das trabalhadoras frente à Justiça Trabalhista de direitos já adquiridos. Diante das ingerências da Cia., as trabalhadoras apresentam suas acusações junto aos sindicatos e tentam se manter no trabalho.

Conforme o historiador Vale (2008; 2010), o período que vai dos anos 1959 a 1964 é especialmente marcado por uma grande movimentação trabalhista, que recorre aos processos junto à Justiça do Trabalho no intuito de serem recompensados pelas injustiças cometidas pela Fábrica de Tecidos Rio Tinto. Outros pontos a destacar, ainda segundo o autor, se referem à quantidade de documentos encontrados no arquivo da Vara do Trabalho em João Pessoa, e são os seguintes:

> 1. Quando se consolida a comarca de Rio Tinto em 1959, muitos processos são solucionados na própria cidade, não necessitando de ser enviados à capital: "Desde o início dos anos 1950 que os trabalhadores de Rio Tinto, souberam utilizar da Justiça do Trabalho, enquanto instrumento legal de reivindicar seus direitos, em certos casos burlados pela fábrica. Com a criação da comarca de Rio Tinto em 1959, muitos processos são resolvidos em primeira instância, outros eram ajuizados na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. Portanto, havia a tradição dos trabalhadores requererem seus direitos na Justiça do Trabalho, tendo como suporte a CLT. Os anos de 1959 a 1964, as rescisões de contratos de trabalho e as tentativas de despejo da vila operária, movimentam a Comarca. Estas ações demonstram que os trabalhadores, estavam cientes de que uma via para lutar pela moradia e permanência no trabalho, é a justiça do trabalho." (VALE, 2008, p. 123)
> 2. "Nos dois primeiros anos de década de 1950, a movimentação dos operários de Rio Tinto na Junta de Conciliação e Julgamento, é evidente [...] Estes processos seriam fontes primordiais, contudo, no Arquivo das Varas do Trabalho, em João Pessoa, foram preservados poucos processos das décadas de 1950 e 1960: foram *incinerados, pois, não tinha como acondicioná-los*, assim afirma o funcionário, frustrando intentos de pesquisa." (VALE, 2008, p. 106).
> 3. "Os poucos documentos que se encontram hoje no Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa são provenientes da Junta de Conciliação e Julgamento. O arquivo apresenta uma lacuna em alguns anos e a busca pelos documentos apresenta algumas dificuldades. Os processos dos anos de 1948, 1950, 1951, 1952 e 1963 (esse com muito mais obstáculos) foram encontrados e os dados dos anos de 1948 e 1963, serão abordados adiante. Outra característica a se destacar é que todos são processos que envolvem a fábrica e as operárias." (VALE, 2008, p. 106).

Quadro 2 - Características de alguns processos trabalhistas de 1948-1963

Ano	Reclamante: Fábrica de Tecidos Rio Tinto	Reclamante: Operárias
1948	5	23
1950	0	21
1951	0	3
1952	1	14
1963	0	1

Fonte: Elaboração própria com base nos processos consultados no Arquivos da Vara do Trabalho em João Pessoa-PB.

Em 1948, as motivações das reclamações da fábrica contra as operárias envolvem o abandono do trabalho depois delas darem à luz. As queixas das mulheres contra a fábrica são as seguintes:

1. Diminuição dos salários;
2. Despedida sem justa causa, sem aviso prévio e exigência do pagamento de salário;
3. A operária realizava alguma reclamação contra a fábrica e era afastada, mas depois era realizada uma conciliação. Quando a mesma voltava para o trabalho, era despedida;
4. Depois de 11 anos de serviço, foi despedida no mesmo momento do seu cônjuge;
5. Suspensão do emprego, sem ganho do salário já conquistado anteriormente (ganho na produção);
6. Depois de ter voltado da licença maternidade, foi rebaixada de função.

Em 1950, as alegações são:

1. Reintegração ao trabalho;
2. Demissão sem justa causa ou aviso prévio;
3. Pedido de pagamento de indenização (sem motivações apresentadas no processo);
4. Homologação de acordo de pagamento referente ao art.500[76] da CLT.

[76] Art. 500: O pedido de demissão de emprego estável só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato e, se não o houver perante autoridade local competente do Ministério do Trabalho ou da Justiça do Trabalho.

Em 1951:

1. Rescisão de contrato na fábrica;
2. Despedida sem justa causa e aviso prévio.

O ano de 1952 apresenta as alegações dos anos anteriores.

No ano de 1963, destaca-se o processo 578-63[77] e 579-63[78] movido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape, em favor de Luzia Francisca da Cruz[79] e Sebastiana Silva dos Santos[80], suspensas do seu trabalho. A primeira começou a trabalhar na fábrica em 1947 e a segunda, em 1959. Ambas apresentaram queixas semelhantes. O tecido produzido saiu defeituoso e elas alegaram que o problema havia sido da máquina. A reclamação, na hora da produção dos rolos, não foi aceita pelo contra-mestre, e quando o tecido saiu defeituoso, elas foram suspensas por três dias. A audiência foi marcada para o dia 24 de Julho do mesmo ano e o advogado do sindicato na época era José Gomes da Silva, conhecido por travar junto ao presidente do sindicato Antônio Fernandes muitas lutas contra à fábrica[81]. Dentro do processo é possível identificar os recursos escusos que a companhia utilizou para colocar o operariado em conflito. Ao alegar que sua máquina não funcionava bem e por isso o tecido (nesse caso o popeline nuvem) saiu com defeito, Dona Sebastiana foi posta em dúvida porque outra operária foi posta em sua máquina para produzir o mesmo material, que segundo a reclamada, saiu sem problema algum.

---

[77] *Processo n. 578/63. Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de sua associada Luzia Francisca de Souza. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Suspensão Injusta. Valor: Cr$ 7.512,00 Procedência: Rio Tinto. 03 de fevereiro de 1963. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB. p.13.

[78] *Processo n. 579/63. Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de sua associada Sebastiana Silva dos Santos. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Suspensão Injusta. Valor: Cr$ 7.512,00 Procedência: Rio Tinto. 03 de fevereiro de 1963. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB. p.13.

[79] A operária recebia seu pagamento por produção e trabalhava na Tecelagem Regina. Ela já havia trabalhado antes na fábrica, mas a sua última data de entrada foi no ano de 1947. Era muito comum que isso ocorresse, as operárias se afastavam por algum motivo do trabalhado e depois eram convidadas a retomarem o trabalho, ou iam até a fábrica se apresentar novamente para o posto de trabalho. No processo o sindicato pede que a Companhia arque com os gastos referentes à produção do tecido, ao tempo de suspensão e os dias não trabalhados, incluindo o de descanso.

[80] A operária também recebia por produção e trabalhava na Tecelagem Regina. No processo o sindicato pediu que a Companhia ressarcisse dona Sebastiana pelos três dias de suspensão, os dias de produção do material e as folgas.

[81] Sobre a trajetória do sindicalista Antônio Fernandes consultar Vale (2008).

O caso de Dona Luzia foi sobre a produção do tecido de pano forro com defeitos por duas vezes consectivas. Dentro da descrição do processo é possível encontrar a defesa da empresa, que alega que as operárias que substituíram as duas outras, ainda eram aprendizes e que, portanto, a culpa recairia inteiramente para as operárias que são as reclamantes. Um ponto destacado por uma das operárias era condizente a realidade da fábrica, a presença de maquinário muito antigo. Dona Luzia também se defendeu com o mesmo argumento. A audiência foi remarcada para o mês seguinte e sem o comparecimento das operárias o processo acabou sendo arquivado, conforme consta no Art. 844[82] da CLT. Não tendo entrado em acordo e com a ausência das operárias muito motivado pelas dificuldades de locomoção para João Pessoa, o sindicato foi punido a pagar multa à justiça.

Dona Bel comandou seis máquinas de fiação ao mesmo tempo e comenta sobre a qualidade dos rolos e como isso influenciava a produção. Ela fez questão de contar como a diminuição da quantidade de tecidos afetava a todos, e ainda comenta sobre a existência das máquinas bem antigas chamadas de "pé duro" comandadas em sua maioria por mulheres, enquanto os homens comendavam as máquinas mais leves e automáticas, porque elas eram mais altas e a maioria das operárias não alcançavam.

> Quando acabava o rolo... porque aquilo... eles botam o rolo cheio na máquina, de fio e a gente vai trabalhando, trabalhando... aqueles rolo se acaba, o fio daquele rolo, né? Passa um mês, passa dois, mas ele se acaba, aí se acabava. Quando ele se acabava que a gente chamava, aí levantava a bandeira (indicação de quando o rolo acabava) que o rolo acabousse, né? Aí ele vinha (contra-mestre) cortava o pano, tirava aquele pano, tirava o ferro e colocava outro rolo, botava outro, aí no que ele botava, que ia ajeitar e armar. Se aquele rolo que ele botou fosse ruim e não desse produção, eles tirava. A gente tinha que tá em cima deles (contra-mestres) reclamando, porque você quer ver o aparreio, a gente tá com uma máquina, você bota ela pra rodar, deixa ela rodando, vai pra outra ali. Quando chega lá que olha ela tá parada, você roda a de lá, quando chega ela já quebrou uma "ruma" de fio, você emenda, passa, aí bota pra rodar, vai rodar a outra e quando chega ela tá quebrada, aí o fio não presta [...] Se o rolo for bom ela (a máquina) dá descanso a gente e a gente ficava tranquila, mas se for ruim minha filha, a gente não tinha sossego não. Porque você uma trama numa máquina- a trama é deste tamanho (faz gestos com a mão)-, você botava, ela rodava até acabar aquela trama, era uma delícia, a máquina era boa... o rolo era bom, não quebrava. Mas se você botava uma aqui... e ela não fazia um palmo de pano e quebrava, não presta, não prestava e a gente ficava doidinha.

[82] Art. 844. O não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão, quanto a matéria de fato.

Quando questionada sobre o tempo de existência das máquinas:

> É antiga, bem antiga mesmo. Pronto a que a gente trabalhava... você chama antiga e a gente chama pé duro... a gente chamava pé duro, as máquinas da gente, que nós trabalhavamos era pé duro, não era máquina da especial, a máquina especial era outros meninos que trabalhava noutra sala "pegada".

Portanto, mesmo com a vinda das novas máquinas em 1959 em decorrência da modernização, as antigas permanceram sendo operadas e constantemente geravam problemas às operárias, como no caso das duas operárias que aparecem nos processos e no depoimento de Dona Bel.

O ano de 1948 tem uma quantidade considerável de processos, tanto da Companhia contras as operárias, como o contrário. Os que estão dentro do primeiro critério somam cinco, mas apresentam informações essenciais para a compreensão do funcionamento da fábrica.

Nessa altura, ainda com o nome de Companhia de Tecidos Paulista-Fábrica Rio Tinto processou a operária Maria Nazareth Alves[83], com base no art. 853[84] da CLT. A companhia alega que a funcionária abandonou seu posto de trabalho. No dia 13 de Abril de 1948 ocorreu a audiência na Junta de Conciliação e Julgamento em João Pessoa. Com a ausência da operária o processo foi julgado procedente e a funcionária demitida sem qualquer direito trabalhista.

> A reclamada não compareceu à audiência pelo que, não proposta a conciliação. – Não havendo prova a exibir, no prazo das razões, sustentou os termos da inicial, o advogado da requerida. – Assim, e: - Considerando que o não comparecimento do reclamando à audiência demonstra o seu propósito de não se defender da falta grave que lhe é atribuída; - Considerando que todas as formalidades legais foram satisfeitas, não havendo justificativa para o despreso com que a ex-empregada recebeu o chamado da Junta; - Considerando o mais que os autos consta, decide a Junta, por unanimidade, julgar procedente o inquérito requerido contra Maria Nazareth Alves e, consequentemente, autorizar a Companhia de Tecidos Paulista-Fábrica de Tecidos Rio Tinto, a demitir a mesma independente do pagamento de qualquer indenização.

[83] *Processo n. 140/48. Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de sua associada Maria Nazareth Alves. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Suspensão Injusta por abandono de trabalho.Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

[84] Art. 853. Para a instauração de inquérito para a apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de 30 dias, contados da data de suspensão do empregado.

Outro processo da Companhia contra a operária Josefa Ribeiro da Silva[85] também baseado nos mesmos artigos da Constituição, mas com a alegação de que a funcionária saiu para ter a licença da gravidez e não retomou aos seu emprego. No dia da audiência, 28 de Abril de 1948, o advogado da Companhia Giácomo Porto comparece sozinho para audiência. A justiça decide que sua demissão sem indenização é procedente. Pode-se perceber que o advogado da Companhia estava autorizado a representá-la no processo acima exposto e no contra a operária Corina Brazilio[86] que também não compareceu ao julgamento e foi demitida sem indenização. A indústria a processou por abandono de emprego. Consta em anexo no processo, a intimação fechada, uma vez que a operária não foi encontrada em casa. O último processo dessa natureza que encontrado foi contra a operária Aurea Fernandes de Azevedo[87]. Todas as funcionárias processadas não compareceram às audiências e os motivos podem ser variados. A distância e a dificuldade de chegar até João Pessoa podem ser considerados. Muitas vezes, por não conhecerem nada dos direitos trabalhistas, muitas situações foram resolvidas de maneira informal. Durante as entrevistas realizadas na cidade, por motivação da pesquisa, foi percebido que algumas comentaram sobre a saída e a volta para a fábrica, caso fossem convocadas e tivessem a ficha "limpa" (sem notificações dos chefes). Quando as mulheres ocupavam postos de trabalho na tecelagem, elas eram ainda mais facilmente chamadas ao trabalho novamente. Muitas não conseguiam retornar imediatamente quando tinham filho/a porque não tinham com quem deixá-los, vale lembrar que a companhia não construiu nenhuma creche a legislação para construção de creches nas fábricas é apenas de 1967[88]. Com uma legislação tão tardia se

[85] *Processo n. 171/48. Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de sua associada Josefa Ribeiro da Silva. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Abandono de trabalho. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

[86] Processo nº 170/1948 *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de sua associada de Corina Brazilio. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Abandono de trabalho. Arquivo das Varas do trabalho de João Pessoa, PB.

[87] Processo nº 557/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de sua associada Aurea Fernandes de Azevedo. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Suspensão Injusta. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

[88] Art. 389 [...] § 1º Os estabelecimentos em que trabalham pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

comparada a data da CLT, é visível a tentativa durante anos de manter as mulheres fora do mercado de trabalho. A luta por creches ainda é pauta de luta da classe trabalhadora e é essencial para que as mulheres continuem trabalhando fora de casa.

Data de 1948, um dos maiores processos encontrados. Trata de uma ação apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem reprsentando 6.349 funcionários/as contra à companhia pela paralização de várias seções tanto em Rio Tinto, como na tecelagem Regina, do dia 24 de dezembro até 2 de janeiro[89]. O sindicato pede então o pagamento dos salários referentes aos dias de trabalho perdidos. No processo estão descritas algumas seções da fábrica e quantidade de funcionários/as que ocupavam cada local: Fiação 2.225, Preparação 911, Tecelagem Rio Tinto 1.235, Tecelagem Regina 1.286, Tinturaria 24, Acabamento 177, Beneficiamento 151 e Olarias 270 (p.3).

No dia 17 de setembro de 1948 ocorreu a audiência. Estavam presentes o presidente do sindicato Jovino Nascimento e o advogado Edigardo Soares, representando a indústria estava Gabriel Felipe do Rego Barros e o advogado Giácomo Porto. Segundo o operário Manoel Carlos de Lima, também presente e trabalhador da seção de fiação, apenas os contra-mestres e ajudantes trabalharam nessa semana de paralisação. Ele comenta que não sabe o que houve durante esse período, uma vez que os operários não podiam ter acesso à fábrica. Durante o interrogatório foi questionado por exemplo, se o operário sabia com quantas pessoas ele trabalhava, com a intenção de contrapor os números apresentado pelo sindicato. Dentre os vários operários que compareceram quatro tecelãs também representaram o operariado, inclusive algumas delas moveram processo contra a companhia no mesmo ano. O representante da companhia alegou que esse tempo foi necessário para a realização de consertos nas máquinas. Depois de ouvidas as partes, o juiz decide que a fábrica teria de pagar os salários atrasados com base no salário mínino da região. A companhia recorre da decisão apresentando uma longa defesa e um dos pontos discorre sobre a não representatividade do sindicato para todo o operariado. Em resposta ao recurso o

---

§ 2º A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais.

[89] Processo nº 533/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa*. Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de 6.349 operários. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Pagando de salário por nove dias de trabalho. Valor: Cr$ 761.880,00 Procedência: Rio Tinto. 03 de fevereiro de 1963. Arquivo das Varas do trabalho de João Pessoa, PB.

Tribunal Regional do Trabalho destaca (para o argumento anteriormente citado) o art. 513 da CLT que prevê que os sindicatos devem representar "[...] os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida". Segundo tal documento em resposta ao da Companhia, quando recorreu a sua decisão, o Tribunal escreve:

> A atitude da Companhia reclamada, foi, como afirmamos inicialmente ILEGAL, INJUSTA e DESUMANA. É hábito da quasi totalidade das grandes empresas e estabelecimentos comerciais no Brasil, proporcionar aos seus empregados, nas festas da Natavidade, um dia mais feliz e mais farto. Algumas ha que proporciona aos empregados um mês de salários. Outras fazem indiretamente em festas publicas onde distribuem brindes e premios as famílias de seus trabalhadores. A Companhia de Tecidos Paulista, fugindo a essa tradição ja se tornou até uma pretenção de funcionalismo público, fez justamente o contrário.

Após a entrada do Procurador Geral que advogou em prol da Companhia, nova sessão foi realizada e "por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, dar provimento ao recurso para anular o processo ab-inicio, por ilegitimidade de parte". O Sindicato foi então obrigado a pagar, como custos do processo, o valor de Cr$ 6.326,80 (cruzeiros). O não pagamento, levaria a penhora dos bens, que foi o que ocorreu em 24 de maio de 1949. Uma máquina Remington e um cofre foram penhorados.

Outros vinte e três processos foram movidos por operárias contra a fábrica. A maioria deles diz respeito a despedida injusta e sem aviso prévio. Nove dessas mulheres pediram uma quantia determinada de indenização, mas acabaram ganhando menos. Com base nesses nove processos, foi construída a tabela abaixo, com a relação ocupação e remuneração.Vale ratificar, que essa é uma média salárial do ano de 1948, tendo por base as operárias que moveram reclamações contra a fábrica. A remuneração variava, inclusive devido à produção que cada uma fazia por semana:

Quadro 3 - Média salarial baseada em processos trabalhistas do ano de 1948

Função	**Média de remuneração**
Enroladeira	Cr$ 110, 00 produção semanal
Servente	Cr$ 7,10 a 10,00 por dia
Limpeza de panos	Cr$ 30,00 produção semanal
Tecelã	Cr$ 80,00 a 160,00 produção semanal

Retorcedeira	Cr$ 80,00 produção semanal
Banqueira	Cr$ 130,00 produção semanal
Fiandeira	Cr$ 115,00 produção semanal

Fonte: Elaboração própria com base nos processos consultados no Arquivos da Vara do Trabalho em João Pessoa-PB.

A tecelã Adelaide Conceição Silva também despedida sem justa causa, foi contratada pela fábrica em 19 de abril de 1940[90]. Se afastou de maio de 1942 até junho de 1943. Ao reclamar da diminuição do salário foi dispensada. Durante a conciliação, a funcionária foi admitida. A mesma pediu Cr$ 2.712,60 de indenização, mas recebe apenas Cr$ 50,00. No entanto, nos processos acima citados nenhuma delas foi readmitida. Outro processo de infração dos direitos trabalhistas é da operária Beatriz Guedes de Lima que começou a trabalhar para a indústria em 1938. Se afastou no ano de 1947 com licença médica e no ano de 1948 ao retomar o trabalho como fiandeira, descobriu que tinha sido mudada de posto – para auxiliar de banqueiro-, "com rebaixamento de funções" e de salário. Uma das testemunhas alega que a operária não poderia ocupar essa nova função, uma vez que ela é "apropriada para o artesão do sexo forte". O advogado da companhia tenta então alegar que muitas fiandeiras estão sendo transferidas para os bancos e "que a função de banqueiro é mais bonita do que a de fiandeira". A funcionária ganha a causa, sendo a companhia obrigada a recolocá-la em sua função e pagar os salários anteiores. No entanto, o Procurador do Trabalho pede que a decisão seja revista e por fim, a operária pode voltar ao seu antigo posto de trabalho mas não recebeu nada do dinheiro atrasado. Transcrição abaixo de parte da decisão:

> Acordam os membros do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso interposto para o fim de ser reformada a decisão de 1ª instância, na parte em que determinou a volta da recorrida à anterior- função, mantido desse modo o ato da recorrente, devendo a recorrida apresentar-se ao serviço dentro de 10 dias, sem direito aos salários correspondentes ao período do seu afastamento. Custas na forma da lei.

Outros casos relacionados ao rebaixamento de salário ou de função foram encontrados. As funcionárias muitas vezes iam reclamar seus direitos e eram suspensas,

[90] Processo nº 239/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Conceição Silva. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Despedida Injusta, aviso prévio e férias. Valor: Cr$ 2.712,60. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

pediam indenização e não conseguiam, foi o caso do processo de Rita Luzia da Silva (tecelã)[91] e Ana Maria da Silva (enroladeira)[92]. Há ainda casos de licença para tratamento médico, que as operárias acabaram sendo demitidas, como foi o caso de Maria das Neves da Conceição[93]. Por tal constrangimento a funcionária pediu Cr$ 2.439,00 mas recebeu apenas Cr$ 200,00. Poderia acontecer também durante o processo de "conciliação" a desistência de da operária de continuar o processo.

As operárias Joana Ramos da Silva[94] e Angelina Luiza da Conceição[95], já citadas no processo 533 do Sindicato contra a Companhia, reaparecem pedindo reintegração ao trabalho, no mesmo ano e apenas alguns meses (em Setembro) depois do processo anteriormente citado. A fábrica concorda em pagar Cr$ 150,00 a cada uma e reintregrá-las ao trabalho. Em Novembro com outro processo[96], Angelina Luiza da Conceição vem novamente mover processo contra a Cia. que dessa vez havia lhe retirado uma das máquinas que a mesma trabalhava, diminuindo assim a sua produção. Entretanto, no documento de conciliação já aparece o pagamento que a empresa deveria fazer em decorrência de sua despedida e aviso prévio. Portanto, depois de todos os processos a funcionária acabou sendo demitida.

Foram encontrados também dois processos em nome da operária Rosa Maria da Conceição. O primeiro sobre "despedida injusta e aviso prévio"[97] datado de 15 de Setembro de 1948. Foi decidido o seguinte:

---

[91] Processo nº 268/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa*. Reclamante: Rita Luiza da Silva. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Suspensão Injusta. Valor: Cr$ 90,00. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

[92] Processo nº 640/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa*. Reclamante: Ana Maria da Silva. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Suspensão Injusta. Valor: Cr$ 315,00. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

[93] Processo nº 657/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa*. Reclamante: Maria das Neves da Conceição. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Despedida Injusta. Valor: Cr$ 2.439,40. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

[94] Processo nº 575/1948 *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Joana Ramos da Silva. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Despedida injusta e aviso prévio. Valor: Cr$ 150,00. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

[95] Processo nº 576/1948 *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Angelina Luiza da Conceição. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Despedida injusta e aviso prévio. Valor: Cr$ 150,00. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

[96] Processo nº 702/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Angelina Luiza da Conceição. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Diminuição da produção. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

> 1º A reclamante volta ao exercício de suas atividades no estabelecimento do empregador podendo ser transferida de secção exceto para execução de serviço nas máquinas de confecção de xadrez;
> 2º O empregador se obriga ainda a pagar ao reclamante a importância de Cr$ 50,00 e as custas no valor de Cr$ 5,80.

Em novo processo[98] no mês de Novembro, a operária alega que ao voltar ao trabalho recebeu a notícia que não podia ser admitida. A funcionária foi definitivamente afastada de seu trabalho, recebendo a indenização de Cr$ 1.200,00. Sem dúvida, o processo servia para exemplificar para alguns operários e algumas operárias, como a justiça trabalhista ainda não estava ao lado da classe trabalhadora e para os que se colocavam no enfrentamento à Companhia, muitas vezes eram demitidos.

Nos três anos seguintes (1950; 1951; 1952) os processos seguiram as mesmas queixas do ano de 1948. Despedida sem justa causa e sem aviso prévio, licença para tratamento médico e volta em diferente posto de trabalho, reintegração ao trabalho,rescisão de contrato e pedido de homologação de acordos baseado no Art. 500: O pedido de demissão do empregado estável só será válido quando feito com assistência do respectivo Sindicato e, se não o houver, perante autoridade local competente do Ministério do Trabalho ou da Justiça do Trabalho.A partir de 1959 os processos são movidos muito mais devido aos efeitos da modernização pela qual a fábrica passou.

Os processos de trabalho são uma importante ferramenta de pesquisa para atestar como, na prática, toda legislação trabalhista já consolidada enquanto lei ainda era descumprida com o intuito de promover sempre o lucro. Mesmo com a garantia do afastamento por problemas de saúde ou licença-maternidade, as mulheres ainda eram despedidas ou afastadas do trabalho. Existiam os casos em que elas se afastavam por vontade própria e eram depois convidadas a se integrar novamente ao serviço, mas não são esses casos que devem ser analisados e sim os que burlam um direito já garantido pela classe trabalhadora.

---

[97] Processo nº 630/1948 *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa*. Reclamante: Rosa Maria da Conceição. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Despedida Injusta e aviso prévio. Valor: Cr$ 50,00. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

[98] Processo nº 686/1948 *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa*. Reclamante: Rosa Maria da Conceição. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Despedida Injusta. Valor: Cr$ 1.200,00. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita deste trabalho começou expondo as principais influências para o debate da história social do trabalho. Por meio das contribuições dos historiadores Edward Thompson (1981; 1998; 2001; 2002) e Eric Hobsbawn (2000) , o percurso foi inciado. Foram apontadas algumas discussões da sociologia do trabalho junto à história das mulheres, para incitar uma reflexão sobre os desafios à mão de obra feminina. A seguir, foram apontados alguns conceitos essenciais para análise das fontes, na delimitação e estudo do problema da pesquisa. Como se fala de classe operária foi pertinente desenvolver a discussão a partir do conceito de classe. Ao se propor estudar as mulheres, foi levantada a questão do gênero, da história das mulheres e das principais correntes temáticas que podem ser vinculadas a esse objeto. Avançando, veio à discussão do espaço, que no caso estudado da cidade-fábrica, apresenta um campo de possibilidades de discussão, que vai desde a relação do espaço rural com o urbano, e toda a tensão que envolve a atividade industrial dentro desses locais. Rio Tinto, a cidade estudada e lida, cenário marcado pelas experiências do cotidiano protagonizadas pelas pessoas que foram recrutadas para construir a participação na cidade através do trabalho, e as que já nasceram lá. As lembranças dessa vivência foram estudadas no capítulo 4, mas inicialmente foram pontuadas algumas reflexões teóricas sobre o tema.

Não haveria possibilidade de estudar o operariado de Rio Tinto sem mencionar as primeiras iniciativas de se consolidar um parque industrial no Brasil e a relação desse processo com a formação da classe operária brasileira. Para, além disso, foi pontuada a questão da moradia para os trabalhadores e as trabalhadoras, e a relação com a construção dos complexos fabris. Finalmente, se discutiu a construção de Rio Tinto e como as mulheres ocuparam esse espaço.

O último capítulo dedicado à análise das entrevistas inicia com uma discussão sobre a memória e o presente, e segue com a discussão sobre os temas escolhidos para pesquisa, finalizando com o debate sobre os processos trabalhistas movidos pelas operárias contra a fábrica.

O objetivo deste trabalho era mostrar como através do cotidiano as mulheres e os homens tiveram experiências distintas dentro dos espaços por eles ocupados. Essa diferença se deu enquanto as mulheres eram solteiras, ao ocuparem os postos de trabalho e quando se casaram. A dominação por parte de figuras masculinas não é unanimidade. Por exemplo, na vida de Dona Bel e Dona Severina (irmãs) a pessoa que

poderia ser identificada como chefe de família era a mãe. A memória de ambas, portanto, é marcada pelos exemplos de coragem, de trabalho dentro e fora de casa, de administração doméstica, tudo vinculado à mãe. As duas, ao iniciarem o trabalho na fábrica, ao fim da semana, entregavam o salário a mãe, ou esta mesma ia buscar o salário no local indicado. Foram as mesmas também, que comentaram sobre a divisão de tarefas cotidianas com os maridos.

As discussões dessa investigação foram primordiais para se compreender e escrever a história das mulheres de Rio Tinto. A lacuna que existe da presença das mulheres na experiência dessa cidade-fábrica acaba sendo recorrente em vários estudos. É como se as mulheres não estivessem presentes na história, ou como se contar sua vida não fosse necessária. Felizmente a situação vem mudando constantemente e muitos estudos com essa temática estão sendo publicados. Ainda não em número suficiente para que estejam presentes em livros didáticos, mas pouco a pouco o espaço está sendo ocupado.

Além da constatação da ausência de estudos como este na história da cidade-fábrica, a Paraíba é um estado com alarmantes índices de violência, impunidade e descaso do Estado em relação à construção de políticas públicas para as mulheres. Outrossim, a atual conjuntura política e econômica trouxe enormes perdas para as trabalhadoras. Ao enfrentarem inúmeros problemas de permanência no trabalho, as mulheres quando desempenham funções semelhantes aos homens, ainda ganham menos que eles.

No entanto, a melhora na vida das mulheres muitas vezes é medida pela sua presença em trabalhos nos espaços públicos e na ocupação em cargos de chefia nas grandes empresas. Um indicador a partir destes dados não mede a realidade de todas as trabalhadoras, não utiliza os dados da precarização do trabalho, nem mensura a exploração entre classes. Onde estariam às operárias e as trabalhadoras mais precarizadas nestes cálculos?

O grau de escolaridade e qualificação das mulheres segundo pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas de 1970 a 1974, abordado por Saffioti (1981, p. 85) no contexto da indústria têxtil indica que:

> Todavia, como grande parte desta indústria trabalha em três turnos, estando a mulher excluída apenas do turno que tem início às 22 horas e havendo troca semanal de turnos, as moças ficam impedidas de

> continuar seus estudos, já que semana sim semana não trabalham até 22 horas.

Ou seja, predominantemente as mulheres trabalhadoras encontram grandes dificuldades de se qualificar e mudar de postos de trabalho para ocupar cargos que remunerem melhor, ou empregos menos precarizados.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que pesquisou de 2003 até 2015 comprovou um significativo aumento da diferença salarial entre homens e mulheres, chegando aos 14,38%[99](GUTIERREZ, 2015). Um dos fatores seriam a qualificação e o "receio" de algumas empresas, sobre a possibilidade das mulheres se voltaram mais ao trabalho doméstico, podendo negligenciar o emprego. Ou a questão de que algumas profissões bem remuneradas, ainda são ocupadas em grande medida pelos homens.

Não se pretende com essas reflexões, afirmar que o trabalho doméstico é maléfico ou as mulheres são menos importantes por desempenhá-lo. O que se aponta, é a responsabilização feminina pelo trabalho doméstico, apenas. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)[100] que apurou dados em vinte e seis países, comprovou como o tempo de trabalho doméstico das mulheres é o dobro dos homens. E isto, interfiriria sobre o cálculo da remuneração das mulheres.

A retirada atual de direitos trabalhistas, orquestrada pelo Congresso mais conservador dos últimos 50 (cinquenta) anos faz regredir os direitos da classe trabalhadora até pelo menos a instauração da CLT. O Projeto de Lei 4330/2004 de autoria do deputado Sandro Mabel, acerca da terceirização: "Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes"[101], constituí a declaração da derrocada de direitos conquistados a partir da luta e organização da classe trabalhadora brasileira. As mulheres ocupam a maioria dos empregos terceirizados, sinônimo de grande precarização, onde as mulheres não recebem os abonos salarias e podem ser despedidas com a mudança de empresas contratadas. Um bom número do trabalho de limpeza que funcionam em instituições públicas, contratam mulheres para desempenharem as atividades domésticas, extensão do trabalho realizado em suas casas.

---

[99] GUTIERREZ, Felipe. Desigualdades de salários entre homens e mulheres mais que dobra em 12 anos. 2015. Disponível em: <http://classificados1.folha.com.br/ >. Acesso em: 15 de jul. 2015.

[100] IPEA. "Trabalho para o mercado e trabalho para a casa: persistentes desigualdades de gênero". 2012. Disponível em:< http://www.ipea.gov.br/portal/ >. Acesso em: 14 de jul. 2015.

[101] MABEL, S. Projeto de Lei 4330/2004. 2004. Disponível em:< http://www2.camara.leg.br/ >. Acesso em: 14 de jul. 2015.

Dentro desse acervo de medidas contra os/as trabalhores e trabalhadoras, estão ainda as Medidas Provisórias 664 e 665[102], sobre o auxílio-doença, pensão por morte, seguro defeso, abono salarial e seguro desemprego. Sobre este último, o tempo de trabalho para ter acesso ao benefício aumentará e, portanto, as mulheres que ocupam setores com grande rotatividade serão profundamente prejudicadas. Sobre a pensão por morte, a juventude, especialmente, a da periferia será afetada. O novo texto diz que terá de existir uma contribuição mínima de dois anos e o mesmo tempo de união estável.

A investigação do cotidiano mostrou como ele contribui para atribuir e compartilhar os traços que dão unidade a uma classe trabalhadora em formação. A população de Rio Tinto veio de várias regiões do estado da Paraíba e arredores, o que os uniu de imediato foi a busca por trabalho e prosperidade; fugiam da vida do campo, que apresentava enormes dificuldades para o sustento da família. Com o tempo, os moradores e as moradoras começaram a experimentar um cotidiano praticamente comum, em um espaço semelhante de cidade e de trabalho. Isso aproxima e cria aos poucos a solidariedade, que impulsiona a luta da classe por mais direitos trabalhistas. O sindicato só consegue protagonizar ações importantes, porque através desse dia-a-dia o operariado percebe como a opressão atingia a todos. Como escreve também Ferreras (2006, p.218):

> […] A homogeinização da classe teve lugar no cotidiano, nas condições de vida. A constituição de um modo de vida próprio e diferenciado das outras classes sociais permitiu a identificação entre seus membros. As condições de vida tornaram-se o elemento central na conformação da classe trabalhadora de Buenos Aires.

A divisão do cotidiano experimentado pelas mulheres e pelos homens fomentou também dentro dos grupos situações de solidariedade e unidade. Elas se ajudavam em casos de doença, e especialmente, contavam umas com as outras no cuidado com os/as filhos/as.

As entrevistas corroboram com essa premissa da ajuda das mulheres. Devido à ausência de creches e a necessidade de permanecer no trabalho da fábrica, elas tiveram que criar essas redes de ajuda mútua. Ao ocuparem o trabalho fabril, elas lembram como o cotidiano era duro, com longas jornadas na operação de máquinas e os serviços domésticos, mas dizem como o trabalho foi importante, além do dinheiro, do próprio

[102] BRASIL. Previdência Social. Resumo das regras nas Medidas Provisórias número 664 e número 665. 2015. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/ >. Acesso em: 13 de jul. 2015.

reconhecimento de produzir uma mercadoria que chegou a todos os lugares do Brasil, algumas contaram.

A memória, muito baseada no cotidiano que elas têm hoje em dia, é povoada também de boas lembranças da fábrica. A cultura coronelista que difundiu o trabalho e a disciplina parece estar ainda presente. O modo como enxergam hoje a cidade e as condições de vida, fazem parte de uma inscrição no modo de viver, na experiência e no corpo dessas mulheres. É inevitável que elas se recordem do poder de compra que possuíam. Ao passo que apontam o quanto o salário era baixo, afirmam que podiam consumir mais do que atualmente. O baixo valor dos alimentos e das vestimentas é sempre recordado.

Elas também comentam que hoje vivem muito melhor que antes, uma vez que não precisam cumprir horários, realizar com tanto rigor os trabalhos domésticos, cuidar de crianças, portanto, reconhecem essa autonomia como uma importante conquista. Trabalharam, garantiram a aposentadoria, e hoje podem usufruir de uma velhice tranquila.

Algumas contaram que não queriam ter se casado, gostariam de ter saído da cidade ou não ter tido filhos, entretanto, por obediência aos pais ou aos maridos, ou por falta de opções, acabaram casando e constituindo família.

A cidade de Rio Tinto é marcada por prédios que ilustram o tempo quando a cidade esteve marcada pela atividade fabril, estas referências estão presentes na memória das mulheres. Muitas afirmam que a cidade teve seu fim, que ali não é lugar de jovens porque não tem trabalho, ou vêm de maneira desconfiada a presença da universidade. O que elas olham hoje na cidade não faz sentido com a experiência que elas tiveram.

Ao afirmarem que a cidade acabou muitas mulheres a relacionam apenas ao tempo do trabalho. Ou seja, a relação do espaço-tempo com o ofício, parece não fazer sentido mais. No universo pesquisado neste trabalho, elas estabalecem essa relação do local com a velhice. Desfrutar do tempo livre e da aposentadoria, só foi possível para muitas por meio do trabalho na fábrica, em condições difíceis. Mesmo que essas mulheres não tenham protagonizado espaços de luta trabalhistas, se pode afirmar que elas não vivenciaram uma experiência de solidariedade de classe frente ao árduo cotidiano?

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade**: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

_____. ; LOPES, José Sérgio Leite. Famílias Operárias, Famílias de Operárias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 5, n. 15, out. 1990.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. História, espaço e tempo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n.36, jul./dez. 2006, p. 460-476.

BATALHA, C. H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho. **Anos 90** - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 13, n 23/24, p. 87-104, jan/dez .2006.

_____. ; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Cultura de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: UNICAMP, 2004.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel,1985.

_____.**Trabalho domesticado**. São Paulo, Ática, 1978.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRUSCHINI, C. Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho Brasileiro: o trabalho da mulher no Brasil e nas regiões nordeste e sudeste na década de oitenta. In: LOBO, E. **Assessoria, Trabalho e Política Públicas**. 2. ed. São Paulo: CFEMEA/ELAS, 1996. p. 87-118.

_____. Gênero e trabalho feminino no Brasil. Novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995. In: ROCHA, M.I. B. (Org.).**Trabalho e gênero:** mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP/ NEPO, UNICAMP, Cedeplar, UFMG, Editora 34, 2000.

_____. A Mulher e o Trabalho. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo**. Consolidação das Leis do Trabalho.** Legislação Complementar: textos revistos, anotados e atualizados. 55. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2012.

_____ .; SILVA, Fernando T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cad. AEL**, Campinas, v. 14, n. 26, p.11-45, 2009.

CISNE, Mirla. MARXISMO: uma teoria indispensável à luta feminista. In: CÓLOQUIO DE MARX E ENGELS, 4., 2005, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2005. Disponível em:<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>. Acesso em: 23 de abr. 2015.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John . Etnografia e imaginação histórica. **Revista Proa**, v. 1, n. 2, p. 1-72, 2010.

CUNHA, Maria de Fátima da. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. **Hist. Ensino**, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Cotidiano de trabalhadores na República**: São Paulo (1889/1940). São Paulo: Editoria Braziliense, 1990.

_____. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves..**Históríal oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ENGELS, Frederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Analia C. Torres. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

FERNANDES, João Batista. **O extinto Rio Tinto**. Rio Tinto: [s.n.], 1971.

FERRAZ, Cristiano Lima. Marxismo e teoria das classes sociais. **POLITEIA: História e Sociedade,** Vitória da Conquista, v. 9, n.1, p. 271-301, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FERRERAS, Norberto Osvaldo. **O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)**. Niterói: EdFF, 2006.

FURTADO, Celso**. Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, Geraldo Necoechea; MONTENEGRO, Antonio Torres (Comp.). **Caminos de historia y memoria en América Latina**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011.

GOÉS, Raul de. **Um sueco emigra para o Nordeste.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

GOLDMAN, Wendy Z. **Mulher, Estado e revolução**: política familiar e vida social soviéticas (1917-1936). Tradução. Natália Angyalossy. São Paulo: Boimtempo, Iskra Edições, 2014.

GONÇALVES, Andréia Lisly. Gênero e história das mulheres na historiografia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 16, n. 3, p.1107-1133, set./dez. 2008.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de B. O Hábitat Operário no Nordeste Industrial: Os Núcleos Fabris de Paulista e Rio Tinto. In: PANET, Amélia et al. **Rio Tinto**: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002, p.137-161.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARDMAN, Foot; LEONARDI,Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**:das origens aos anos 20. São Paulo: Editora Ática, 1991.

HAPUT, Georges. Por que a história do movimento operário? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n.10, p. 208-231, mar/ago. 1985.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas,** Florianópolis, SC, n. 94, p. 93-1001994.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JORNAL A UNIÂO. **A inauguração da Fábrica de Rio Tinto.** João Pessoa: União, 1924.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

KOSSELECK, Reinhardt. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio,2006.

LE GOFF, Jacques**. História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos Conflitos de Classe na "Cidade das Chaminés".** Brasília, DF: Marco Zero, Editora Universidade de Brasília, 1988.

MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações tecnológicas e vivências operárias** – O caso de Rio Tinto 1950-1970.1986. Dissertação (Mestrado em Economia)− Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1986.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boimtempo, 2007.

_____.**O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: Campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, São Paulo, v.19, n.19, p.5-15, 2013.

_____.Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. **Por uma história das mulheres.** Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.** 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MELLO, José Octávio de A. Arqueologia Industrial e Cotidiano em Rio Tinto. In: PANET, Amélia et al. **Rio Tinto**: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002, p. 65-122.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. Considerações teórico-metodológicas acerca do estudo da história operária. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., São Leopoldo, MG. **Anais...** São Leopoldo: ANPUH, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia**. Feminismo e política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAIS, José Jassuipe da Silva. **Educação entre tornos, notas e salários:** Escola de Aprendizagem Conorel Frederico Lundgren. Rio Tinto (1944-1967). 2011.156 f.Tese (Doutorado em Educação)− Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Braziliense, 2007.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____ (Org.).; BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____ . Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n.18, p. 09-18, ago./set. 1989.

_____ . **Os excluídos da história**: Operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. A presença da História Social do Trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

_____ . Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio – São Paulo. **Cad. AEL**, Campinas, v. 14, n.26, p. 257-344, 2009.

_____ . Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 8, p. 62-78, dez. 1997.

_____ . O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos (Org.). **Territórios do cotidiano**. Porto Alegre: UFRGS/ EDUNISC, 1995.

_____ . **Rotina, alienação, resistência, criação:** algumas reflexões sobre a teoria da vida cotidiana. Trabalho apresentado na III Semana Acadêmica de História/FURG,1995a.

PERE, Gabriel. Una historia social y politica del mundo del trabajo. **Vasconia**: Cuadernos de historia-geografia, Barcelona,n.30, p. 15-31, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

_____ . Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 103-130.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____ . Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 88-98, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução: Alain François et al. Campinas: UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Adiel Alves. **Panorama de Mamanguape**: uma exposição histórica do município. Recife: Comunigraf, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)

_____. **Do artesanal ao Industrial**: A Exploração da Mulher. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

_____. Trabalho Feminino e Capitalismo. **PERSPECTIVAS - Revista de Ciências Sociais,** São Paulo, v.1,p.118-163, 1976.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma geografia nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v.2, n.18, , p.24-42, 2008.

SARDENBERG, Cecília M. B. O gênero da Memória: lembranças de operários e lembranças de operárias. **Coleção Bahianas**, Bahia, n. 3, 1998.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M.. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 285-298, 1993.

SCHMIDT, Benito Bisso. Práticas e táticas: Michel de Certeau (re) inventa o cotidiano. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação,** Rio Grande, RS, v. 6, p. 79-93, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **The American Historical Review**, **v. 91, n. 5,** p. 1053-1075, dez. 1986**.** Disponível em:<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1864376?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101254488441>. Acesso em: 04 de mar. 2012.

SILVA, Fernando Luís. **Cultura coronelista e administração estratégica de recursos humanos**: o caso da fábrica de tecidos Rio Tinto. 2003. Tese (Doutorado em Administração)− Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.

SILVA, Maria Odila Leite da. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

STOLCKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. **Revista Estudos Feministas**. 2004, vol. 12, no. 2 pp. 77-105.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução de Renato Busatto Neto e Claúdia Rocha de Almeida. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

_____. **A voz do passado**: história oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____ . **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.3, p. 29-62, 1994.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história**: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). 2008. 221f. Dissertação (Mestrado em História Social)− Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

_____. Os usos da Justiça na busca por direitos: estratégias de reivindicação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, vol.2, n.3, p. 261-280,2010.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Lugar de Mulher é… Na fábrica; Estado e Trabalho Feminino no Brasil (1910-1934). **História: Questões & Debates**, Curitiba, PR, n. 34, p.175-200, 2001.

WALTON, John K. Aproximaciones a La historia de La vida cotidiana en Inglaterra, 1850-1940. **Ayer**, Madrid, n. 19, p.15-47, 1995.

ANEXOS

ANEXO A – Entrevistas e Processos utilizados

Entrevistas

- Maria das Dores Silva - 75 anos. Começou a trabalhar na fábrica aos 12 anos depois de uma data de nascimento falsa, e aos 17 anos foi para a tecelagem. Lá ficou até a década de 80, quando houve o fechamento da mesma. Entrevista realizada em 17 de setembro de 2014.

- Severina Soares da Silva - 73 anos. Trabalhou primeiro na palheteira, depois foi para a tecelagem onde, um pouco antes do fechamento da fábrica e de sua saída, já operava oito máquinas. Entrevista realizada em 17 de setembro de 2014.

- Maria Severina de Araújo Pereira - 62 anos. Entre idas e vindas, trabalhou dez anos na fábrica como tecelã. Entrevista realizada em 19 de setembro de 2014.

- Ana Maria da Silva - 82 anos. Começou a trabalhar na fábrica aos 13 anos. Saiu depois de casada e, após 16 anos, foi readmitida. Entrevista realizada em 17 de setembro de 2014.

- Adevídia Alaíde de Paiva - 85 anos. Foi recrutada com sua família. Trabalhou na tecelagem até os 50 anos. Uma de suas filhas ainda trabalhou na fábrica. Entrevista realizada em 26 de maio de 2014

- Josefa Jacinto de Sousa - 71 anos. Nasceu em Rio Tinto e, segundo suas "contas", trabalhou 24 anos e 7 meses como tecelã na fábrica. D. Josefa surpreendeu porque foi a única que, depois de ter chegado em Rio Tinto, conseguiu sair da cidade e trabalhar em outros lugares. Levada por um das irmãs mais novas, ela chegou a trabalhar na Fábrica Têxtil Santa Cecília, em Fortaleza, e na Fábrica Tibiri - Companhia de Tecidos Paraibana.

- Maria Barbosa de Paiva - 73 anos. Trabalhou pouco mais de 7 anos e foi "dispensada" quando engravidou. Trabalhava na tecelagem e, após ter o filho, foi convidada para retornar as atividas, mas foi influenciada pelo marido a ficar em casa. Entrevista realizada em 09 de setembro de 2014

- Maria Anunciada F. Ferreira nasceu em 1943, Rio Tinto. Trabalhou na tecelagem, tanto na Vila Regina como em Rio Tinto.

- José Marcelino trabalhou na tecelagem como ajudante de contra-mestre.

- Silvano Soares de Carvalho nasceu 1968, em Mamanguape. Trabalhou sete anos na CTRT e, após o seu fechamento, na administração de casas e terrenos da companhia (começou em 1993). A mãe e o pai são de João Pessoa. O pai foi para Rio Tinto

procurar emprego na década de 1920. A mãe prestou serviço à fábrica na costura, mas trabalhava em casa. O pai trabalhava como serralheiro na fábrica.

- Marlene Neves de A. Alves nasceu em 1955, em Rio Tinto. Começou a trabalhar aos 17/18 anos de idade. Foi tecelã por 7 (sete) anos.
- Severino Gonçalves nasceu em 1955, em Rio Tinto. Começou a trabalhar aos 19 anos. Foi contínuo. Assistente de eletricista, depois eletricista. Permanceu na fábrica de 1973 até o seu fechamento.
- José Gualberto de Souza nasceu em 1954, em Rio Tinto. Começou a trabalhar 19 anos. Foi servente na manutenção, ajudante de filatórios, ajudante de mecânico, fazia manutenção em várias peças, trabalhava na montagem de máquinas, foi conta-mestre e trabalhou pouco tempo como mestre de produção. Permanceu na fábrica de 1974 até o seu fechamento.
- Josefa Jacinto de Souza nasceu em 1943, em Rio Tinto.Entrou aos 14 anos no SENAI e logo depois foi ser aprendiz. Trabalhou como tecelã por quase 25 anos.
- Maria Ferreira nasceu em 1943, no Rio Grande do Norte. Começou a trabalhar aos 16 anos na fiação. Trabalhou por 12 (doze) anos não consecutivos.

Processos do Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa-PB.

- Processo nº 268/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Rita Luiza da Silva. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Suspensão Injusta. Valor: Cr$ 90,00. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.
- Processo nº 640/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Ana Maria da Silva. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Suspensão Injusta. Valor: Cr$ 315,00. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.
- Processo nº 657/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Maria das Neves da Conceição. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Despedida Injusta. Valor: Cr$ 2.439,40. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.
- Processo nº 575/1948 *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Joana Ramos da Silva. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto.

Objeto: Despedida injusta e aviso prévio. Valor: Cr$ 150,00. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

- Processo nº 576/1948 *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Angelina Luiza da Conceição. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Despedida injusta e aviso prévio. Valor: Cr$ 150,00. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

- Processo nº 702/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Angelina Luiza da Conceição. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Diminuição da produção. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

- Processo nº 630/1948 *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Rosa Maria da Conceição. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Despedida Injusta e aviso prévio. Valor: Cr$ 50,00. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

- Processo nº 686/1948 *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Rosa Maria da Conceição. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Despedida Injusta. Valor: Cr$ 1.200,00. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

- Processo n. 578/63. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de sua associada Luzia Francisca de Souza. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Suspensão Injusta. Valor: Cr$ 7.512,00Procedência: Rio Tinto. 03 de fevereiro de 1963. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB. P.13

- Processo n. 579/63. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de sua associada Sebastiana Silva dos Santos. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Suspensão Injusta. Valor: Cr$ 7.512,00 Procedência: Rio Tinto. 03 de fevereiro de 1963. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB. P.13

- Processo n. 140/48. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de sua associada Maria Nazareth Alves. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Suspensão Injusta por abandono de trabalho. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

- Processo n. 171/48. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de sua associada Josefa Ribeiro da Silva. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Abandono de trabalho. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

- Processo nº 170/1948 *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de sua associada de Corina Brazilio Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Abandono de trabalho. Arquivo das Varas do trabalho de João Pessoa, PB.

- Processo nº 557/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de sua associada Aurea Fernandes de Azevedo. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Suspensão Injusta. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

- Processo nº 533/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de fiação de Mamanguape. Em favor de 6.349 operários. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Pagando de salário por nove dias de trabalho. Valor: Cr$ 761.880,00 Procedência: Rio Tinto. 03 de fevereiro de 1963. Arquivo das Varas do trabalho de João Pessoa, PB.

- Processo nº 239/1948. *Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.* Reclamante: Conceição Silva. Reclamado: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Objeto: Despedida Injusta, aviso prévio e férias. Valor: Cr$ 2.712,60. Arquivo das Varas do Trabalho de João Pessoa, PB.

ANEXO B – Planilha dos Entrevistados

Data da entrevista	Nome Entrevistada/o	Nasceu na cidade?	Data de nascimento	Idade aproximada que começou a trabalhar	Função ou funções que desempenhou na fábrica	Tempo que trabalhou na fábrica	Situação conjugal atual/ Filhos(as)
19 de setembro de 2014	Ana Maria da Silva	Não. No campo, em Itapororoca num distrito perto de Mamanguape	Incerta. Provavelmente em 1932 (em documento). Mas ela acha que nasceu em 1934	Aproximadamente 13 (treze) anos	Trabalhava como liçadeira (faz parte da tecelagem)	Quase 4(quatro) anos. Depois de 16 anos de casada voltou à fábrica	7 (sete) filhos
19 de setembro de 2014	Maria Ferreira	Não. No campo. Veio do Rio Grande do Norte	1943	Aos 16 (dezesseis) anos.	Fiação	12 (doze) anos não consecutivos. Sempre saiu da fábrica entre uma gravidez e outra	9 (filhos). Um faleceu
12 de outubro de 2014	Silvano Soares	Sim	1968	Aos 25 (vinte e cinco) anos	Administração/Escritório da Fábrica		2(duas) filhas
17 de setembro de 2014	Josefa Celino Marinho	Não. Proximidades de Sapé	1939	Aos 14 (quatorze anos)	Tecelagem	Trabalhou até 1982, com o intervalo de alguns anos, onde trabalhou numa tecelagem em Fortaleza e outra em	6 (seis) filhos

						Tibiri.	
07 de julho de 2013	Maria Anunciada	Sim	1941	Aos 14	Tecelagem		
17 de setembro de 2014	Severina Soares	Não. Nasceu em Serra da Raiz	1943	Aos 14 (quatorze) anos	Tecelagem	Trabalhou 23 (vinte e três) anos	8 (oito) filhos
20 de agosto de 2014	Marlene de A. Alves	Sim	1955	Aos 17 (dezessete)/18 (dezoito) anos	Tecelagem (preparação de fios)	Trabalhou por 7 (sete) anos	2 (dois) filhos
20 de agosto de 2014 (junto com D. Marlene)	Severino Gonçalves	Sim	1955	Aproximadamente 19 (dezenove) anos	Contínuo. Assistente de eletricista, depois eletricista	De 1973 até o fechamento	2 (dois) filhos
17 de setembro de 2014	Maria das Dores Silva	Não. Nasceu em Serra da Raiz	1939	Aos 12 (doze) anos – a fábrica aceitava a partir dos 14	Palheteira. Tecelã	Trabalhou 9 (anos). E depois de 2 (meses) foi recontratada na Fábrica da Vila Regina. E na de Rio Tinto, trabalhou por 31 (trinta e um anos), 6 meses e 5 dias	6 (seis) filhos
09 de setembro 2014	Maria Barbosa de Paiva	Sim	1941	Aos 14 (quatorze) anos	Tecelã	7 (sete)/ 11 (onze)anos e alguns meses	
19 de setembro 2014	Maria Severina de Araújo Pereira	Não	1952	Aos 15 (quinze) anos	Tecelã e preparadora	10 (dez) anos	
07 de julho de 2013	José Marcelino Ferreira	x	x	x	x	x	X
21 de maio de	José Gualberto	Sim	1954	Aos 19 anos	Manutenção (servente)-	Começou em	

2014	de Souza				Ajudante de filatórios- Ajudante de mecânico- Fazia manutenção em várias peças, trabalhava na montagem de máquinas- Conta-mestre- Trabalhou pouco tempo como mestre de produção	1974 até ao fechamento	
26 de maio de 2014	Adevídia Alaíde de Paiva	Não . Baixinha - Distrito de Gurinhém	1929	Mais ou menos aos 19 anos	Tecelã	Trabalhou 30 (trinta) anos	9 (nove) filhos
19 de setembro de 2014	Josefa Jacinto de Souza	Sim	1943	Aos 14 entrou no SENAI e logo depois passou a ser aprendiz	Tecelã	Quase 25 (anos)	3 (três) filhos